



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

DIOMARIO DA SILVA JUNIOR

**MILTON SANTOS O EXU DA GEOGRAFIA: A CRÍTICA COMO
DECOLONIALIDADE**

SEROPÉDICA
2026





DIOMARIO DA SILVA JUNIOR

MILTON SANTOS O EXU DA GEOGRAFIA: A CRÍTICA
COMO DECOLONIALIDADE

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação, Área de concentração: Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Orientador(a): Dr. Luiz Fernandes de Oliveira

SEROPÉDICA/NOVA IGUAÇU
2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/Central de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
Com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586m Silva Junior, Diomario da, 1963-
Milton Santos o Exu da Geografia: a crítica como
decolonialidade / Diomario da Silva Junior. -
Seropédica, 2025.
120 f.: il.

Orientador: Luiz Fernandes de Oliveira.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2025.

1. Milton Santos. 2. Educação. 3. Decolonialidade.
4. Pedagogia de Exu. 5. Geografia. I. Oliveira, Luiz
Fernandes de, 1963-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Tese, desde que seja citada a fonte

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

DIOMARIO DA SILVA JUNIOR

MILTON SANTOS O EXU DA GEOGRAFIA: A
CRÍTICA COMO DECOLONIALIDADE

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor no Programa de
Pós-graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares,
Área de concentração em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares.

Tese aprovada em 26 de fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

ATA DE DEFESA DE TESE N° 623/2025 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)
(N° do Documento: 41)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/03/2025 09:46)
GENY FERREIRA GUIMARAES
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO
CTUR (12.28.01.30)
Matrícula: ###53242

(Assinado digitalmente em 21/03/2025 19:49)
LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepeCMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: ###50891

(Assinado digitalmente em 29/03/2025 18:49)
DIOMARIO DA SILVA JUNIOR
DISCENTE
Matrícula: 2020####4

(Assinado digitalmente em 25/11/2025 12:08)
DENILSON ARAUJO DE OLIVEIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.297-##

(Assinado digitalmente em 05/02/2026 17:22)
KATIA ANTUNES ZEPHIRO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.627-##

(Assinado digitalmente em 21/03/2025 18:14)
VINÍCIUS DE LUNA CHAGAS COSTA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.787-##

Aos que me fazem nunca desistir, esses humanos que em suas negruras iluminam e energizam a minha existência/insistência/resistência: Nilce, Jane, Isis, Laila, Kauê, Dionilce e Maria. Não agradeço, só compartilho essa vitória, pois a palavra agradecimento torna-se pequena na amplitude do reconhecimento e na referência que são no meu ser e no meu agir. Quero sempre dividir os meus batimentos do coração com vocês!

AGRADECIMENTOS

Início esse momento de agradecimento/parceria a partir do meu orientador, professor doutor Luiz Fernandes de Oliveira, que, mesmo diante de todo itinerário percorrido e de muitas barreiras a serem transpostas, sempre me alertava a importância de estarmos vivos. Com sua humanidade na fala, ele contribuiu significativamente para atenuar a pressão imposta ao meio do percurso acadêmico. Esse apoio um dos pilares para a existência deste momento.

Acreditando na vida, assim como na produção acadêmica resultantes da coletividade, o que entendemos e podemos chamar de aquilombamento, destaco e agradeço a presença nesta trajetória e as trocas que contribuíram para o meu amadurecimento intelectual e em minhas ações ao Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas (GPMC), Movimentos Sociais e Culturas (UFRRJ/UERJ), Conjuntura Nacional e Luta contra o Racismo (UFRRJ), Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia e História da Educação (Unirio), aos coletivos de Geografia e às coordenações e direções das instituições escolares às quais estive vinculado e às que ainda mantenho vínculo, aos participantes dos Diálogos Insurgentes e às minhas alunas e alunos.

Agradeço aos amigos e parceiros pela convivência escolar, acadêmica e gastronômica, Vinícius, Marcus, Zé Ricardo e Marcelo Ferro, essa interlocução foi importante no caminhar da vida.

Amauri Mendes Pereira, Joselina Silva e Renato Noguera sem palavras pela solidariedade neste longo trajeto, sempre incentivando e acreditando ser possível furar a bolha das dificuldades.

Registro aqui, agradecimento a todos do corpo administrativo e docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que proporcionaram condições para a conclusão deste momento importante da minha vida.

Todos fazem parte do melhor desta tese, pois os seus problemas são só meus.

RESUMO

SILVA JUNIOR, Diomario da. **Milton Santos o Exu da Geografia: a crítica como decolonialidade**. 2026. 120p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2025.

Essa tese objetiva a realização de cruzamentos possíveis a partir das encruzilhadas epistemológicas, tendo como referência a produção acadêmica de Milton Santos e os intelectuais do grupo modernidade/colonialidade. A metodologia que usamos para sustentar nossos argumentos foi trabalhar a partir de análise bibliográfica e de forma relacional às principais proposições de Santos em sua obra “Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica” (1978[2021]) com as ideias decoloniais. Dessa forma, o texto explora, exemplifica e apresenta as contribuições do geógrafo para a desconstrução da colonialidade.

Palavras-chave: Milton Santos; Geografia Crítica; Modernidade/Colonialidade Educação; Pedagogia de Exu.

ABSTRACT

SILVA JUNIOR, Diomario da. **Milton Santos, The Geography's "Exu": the Criticism as Decoloniality**. 2026. 120p. Thesis (Doctorate in Education) – Postgraduate Program in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands, Institute of Education e Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, 2025.

This thesis aims to make possible intersections based on epistemological crossroads, taking as reference Milton Santos' academic production and the intellectuals of the modernity/coloniality group. The methodology we used to support our arguments was to work from bibliographic analysis and in a relational way the main propositions of Santos in his work "For a New Geography (1978 [2021])" with decolonial ideas. In this way, the text explores, exemplifies and presents the geographer's contributions to the deconstruction of coloniality.

Keywords: Milton Santos; Critical geography; Modernity/coloniality; Education; Exus' Pedagogy

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

[AGB] [Associação dos Geógrafos Brasileiros]

[BPG] [Boletim Paulista de Geografia]

[CEPAL] [Comissão Econômica para América Latina e o Caribe]

[ENG] [Encontro Nacional de Geografia]

[FAHUPE] [Faculdade de Humanidades Pedro II]

[GLAES] [Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos]

[GPMC] [Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas]

[IBGE] [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]

[LGBTQIAPN+] [Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binário]

[MCP] [Matriz Colonial de Poder]

[PJA] [Programa Jovem Aprendiz]

[SME] [Secretaria Municipal do Rio de Janeiro]

[UCAM] [Universidade Cândido Mendes]

[UFRJ] [Universidade Federal do Rio de Janeiro]

[UFRRJ] [Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro]

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA – América Invertida.....	página 43
MAPA – Brasil no Centro do Mundo.....	página 44
MAPA – Milton Santos: caminhos percorridos.....	página 46

Sumário

1	INTRODUÇÃO	10
2	CAPÍTULO I: Na Geografia: O Encontro com o Professor Milton Santos	20
3	CAPÍTULO II: Milton Almeida dos Santos: Cidades Mutiladas e a Construção do Intelectual	35
4	CAPÍTULO III: Do Colonialismo até a Decolonialidade: Referenciando o Exu 46	
5	CAPÍTULO IV: Por uma Geografia Nova: Uma Escrita Decolonial, Do Colonialismo para uma outra Geografia.....	55
5.1	Crítica à Geografia: Tradicional e Quantitativa	63
5.2	Por uma Geografia crítica “brasileira”	89
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS.....	111

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de nossa formação universitária, compreendemos que a produção científica é ordenada pelas epistemologias do Norte Global e alicerçada na construção eurocêntrica, onde o entendimento da modernidade/desenvolvimento do mundo ocidental reflete a hegemonia do seu pensamento único. Essa forma de construir uma análise, por demonstrar apenas um lado da moeda, consequentemente, nos permite perceber a condição colocada na penumbra de outras formas de saberes e vivências.

Sendo assim, notamos ser desconfortável e desfavorável a utilização da visão única constituída para dar conta das realidades múltiplas existentes nos territórios conquistados pelos que se dizem centros de saber. Centralidade definida pelas nações europeias, principalmente França, Inglaterra e Alemanha, que ainda hoje, no século XXI, são referenciadas na estruturação das universidades brasileiras e de todo modelo educacional. Estas se posicionam como possuidoras de lastro histórico de produção intelectual, onde suas academias foram constituídas e trabalharam no fortalecimento dos seus estados nacionais, funcionaram e funcionam, e se entendem como faróis a iluminar e civilizar o mundo descoberto e a ser descoberto.

A partir destas premissas, que incomodam este doutorando, apresentamos esta tese na qual trabalhamos com autores que, em suas produções, nos possibilitam pensar a partir de uma chave analítica capaz de contestar, reinterpretar ou propor caminhos outros em relação às propostas acadêmicas dominantes do Norte Global na construção do conhecimento geográfico, histórico e educacional. Nosso principal objetivo é investigar as afinidades/encruzilhadas entre o intelectual Milton Santos e os escritos do grupo Modernidade/Colonialidade, como elaboradores de correntes de pensamento que contribuem para repensar as condições de existência dos subalternizados e fortalecer suas ações no caminho da produção de um outro mundo.

Na nossa condição de negro e professor de geografia, ter Milton Santos como referência, representa uma afirmação racial e intelectual, que nos leva a pensar no que podemos, como georreferenciados racialmente e intelectualmente. Além disso, entendemos que a corrente na qual está vinculada a obra de Santos, proporciona uma formação geográfica crítica ampliando nosso horizonte do pensar. Este alinhamento foi capaz de fortalecer parte das minhas inquietações ao longo do curso de graduação e na ação em sala de aula. Somos atravessados por uma conjuntura extremamente difícil que nos convoca a discutir problemas estruturais que nos assolam. Estudar e

estar sendo inspirado por Milton Santos, grande pensador social crítico latino-americano, homem público engajado na defesa de um mundo mais justo e igualitário e construir diálogo do seu pensar com as propostas epistêmicas dos decoloniais, é uma busca de contribuir para a valorização do pensamento intelectual latino-americano, e seu viés educacional, demonstrando os compromissos históricos dos subalternos na luta por transformar as condições que lhe são impostas.

Nossa hipótese principal é de que os pensadores decoloniais não criaram os conceitos de colonialidade e decolonialidade e sim denominaram um processo epistemológico que já vinha em processo de construção por investigadoras e investigadores tais como Frantz Fanon, Paulo Freire, Lélia González, Milton Santos. Porém como o espaço de uma tese é limitado e a Geografia como disciplina está mais próxima de nós, escolhemos para a comprovação deste pressuposto as construções do caminho de Milton Santos.

Neste trabalho, os conceitos de Colonialidade e Decolonialidade são basilares, afinal, é o diálogo com eles e a proposta miltônica que sustentam nossa hipótese. Logo, compreender que a Colonialidade é o “lado obscuro e necessário da Modernidade” (Ballestrin, 2013, p. 100), que entendemos como o modelo constituído pelo colonialismo, de exploração e rebaixamento hierárquico dos povos e saberes das áreas coloniais, está entranhado nas sociedades pós-colonialismo.

Colonialidad no significa lo mismo que colonialismo. Colonialismo denota una relación política y económica, en la cual la soberanía de un pueblo reside en el poder de otro pueblo o nación, lo que constituye a tal nación en un imperio. Distinto de esta idea, la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza.¹⁴ Así, pues, aunque el colonialismo precede a la colonialidad, la colonialidad sobrevive al colonialismo. La misma se mantiene viva en manuales de aprendizaje, en el criterio para el buen trabajo académico, en la cultura, el sentido común, en la auto-imagen de los pueblos, en las aspiraciones de los sujetos, y en tantos otros aspectos de nuestra experiencia moderna. En un sentido, respiramos la colonialidad en la modernidad cotidianamente (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

Nesse processo, entendemos a Decolonialidade como a insurgência a esse modelo instaurado de forma objetiva e subjetiva nos países que passaram pela colonização. Reexistir, desconstruir e reconstruir, enquanto dá voz aos subalternizados, principalmente através dos movimentos sociais organizados que interferem na construção acadêmica, como crítica principalmente ao capitalismo.

Não estamos sós nessa premissa, afinal, Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016) destacam que existe uma continuidade nesta relação desde os pós-coloniais¹, nos pensadores negros e negras, mesmo não citando nosso geógrafo.

Sem utilizar precisamente o termo “colonialidade”, já era possível encontrarmos a ideia que gira em torno desse conceito em toda a tradição do pensamento negro. A título de exemplo, podemos encontrar contemporaneamente essa ideia em autores e autoras tais como W. E. B. Du Bois, Oliver Cox, Frantz Fanon, Cedric Robinson, Aimé Césaire, Eric Williams, Angela Davis, Zora Neale Huston, bell hooks etc. (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p. 17).

Para tanto, esta tese se propõe a uma análise bibliográfica a partir da seguinte obra de Milton Santos “Por Uma Geografia nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica (1978[2021])”, encruzilhada com as propostas teóricas e as interrogações dos intelectuais latino-americanos propagadores do pensamento decolonial: Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres, Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel e Santiago Castro-Gómez. Por que este livro, entre tantos que Santos promoveu a divulgação de sua epistemologia? Por dois motivos centrais: primeiro, porque o livro é de um momento histórico tanto quanto pessoal para Santos, a volta ao Brasil depois da imposição violenta da Ditadura Civil-Militar de exílio; e segundo, por ser uma crítica à concepção eurocêntrica da Geografia anterior à definição de Colonialidade/Decolonialidade pelos pensadores latino-americanos. Essas duas finalidades se unem à ideia de nossa hipótese de entender nosso geógrafo como um dos precursores da crítica à colonialidade e produtor de uma episteme decolonial.

A metodologia que usamos para sustentar nossos argumentos foi trabalhar de forma relacional com as principais proposições de Santos em sua obra “Por Uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica (1978[2021])” – principalmente as partes 1 e 3 – com as ideias decoloniais. Dessa forma, a tese explora, exemplifica e apresenta as contribuições de Milton Santos para a desconstrução da colonialidade do saber. Para a execução do presente estudo, constituímos nossa análise com base teórica com procedimentos metodológicos que

¹ O pensamento pós-colonial tem início em discussões nos anos 1970, porém se consolidou a partir dos anos 1980, no mundo anglofônico. Se caracteriza por uma releitura da colonização a partir da diáspora (Stuart Hall, 2003, p. 109) e discussões sobre a descolonização de colônias africanas e asiáticas (após a Segunda Guerra Mundial). Foi central a construção do Grupo de Estudos da Subalternidade do Sul e da Ásia, liderado por Ranajit Guha, que pretendia dismantelar a razão colonial e nacionalista na Índia, colocando os sujeitos subalternos como sujeitos plurais e descentrados.

se pautaram em: a) revisão bibliográfica que investiga as encruzilhadas nas produções dos autores visitados e como estes se constituem em pensamentos outros, novas metodologias e abordagens; b) aprofundamento das categorias e conceitos miltonianos dialogando/aproximando com o suporte teórico/conceitual decolonial.

Os caminhos por nós escolhidos, são construídos e percorridos com intuito de demonstrar a importância e a necessidade de entender como intelectuais que não estão referenciados na condição imposta pelos formatos hegemônicos europeu ou estadunidense, constroem uma nova epistemologia. Este projeto parte de Milton Santos e seu pensamento referenciado na Geografia Crítica e os pensadores do movimento Modernidade/Colonialidade, que desenvolve estudos sobre as concepções da colonialidade e da decolonialidade, que apontam novas epistemes capazes de aguçar o olhar sobre o Sul Global² e como suas propostas se cruzam.

A escolha de Milton Santos como objeto de nossa pesquisa ocorreu em função da nossa formação enquanto professor de Geografia e atuante nos espaços escolares e pela preocupação com o entendimento do processo de ação do sistema colonial/moderno e suas implicações no espaço geográfico. Nas nossas aulas, a figura do geógrafo negro, famoso academicamente em todo o mundo, estava (e está) como fundamento para afirmar que nós do outro lado do mundo também fazemos ciência.

Ao conversar com outros professores da Geografia, percebi que a maioria também se alicerçava nos estudos de Santos, principalmente na ideia de que uma Geografia Crítica deveria ser essencial na educação básica ao provocar análises das mudanças sociais que durante muitos anos se fixou em decorar as estruturas físicas do planeta como função da disciplina. Nestes diálogos, constituídos de maneira espontânea nas várias escolas que trabalhamos, assim como em encontros, onde a pergunta estava sobre o que vínhamos pesquisando e problematizando em relação a essa tese, sempre fica explícito a preocupação social da disciplina e como a mesma deve ser conduzida no espaço escolar, não sendo importante se é nas escolas de educação básica da rede pública ou privada de ensino. A expressão habitual, e que achamos pertinente, entre os professores de Geografia, é que a disciplina deve “contribuir para a formação de cidadãos críticos, capazes de intervir na sociedade de forma a construir um mundo melhor”. Ou seja, ser uma lupa que amplia o olhar social instrumentalizado pela disciplina para a construção de um mundo de e para todos,

² Termo cunhado pelo ativista americano Carl Oglesby, para denotar um conjunto de países assolados pelo domínio do Norte Global por meio da exploração política e econômica.

diante da pluralidade que somos, de forma a aguçar também a preocupação do que é/e como a natureza e seus recursos sustentam o mundo.

Enquanto percebemos que a presença e a orientação do nosso orixá Milton Santos são referenciadas, e até de certo modo, cultuadas pelos colegas professores, o conhecimento em relação aos autores e conceitos sobre a discussão decolonial fica na superficialidade. Fica evidente que alguns já se depararam em algum momento com o conceito em suas leituras, porém, outros não apresentavam nenhuma aproximação com a discussão, demonstrando que diferente da ideia de Geografia Crítica que efetivamente já se instalou na educação básica, a colonialidade/decolonialidade ainda são desconhecidos.

A produção de material didático em Geografia, desde o final da década de 70, traz na sua elaboração a presença de Milton Santos e da corrente intitulada Geografia Crítica, essa condição se relaciona com o contexto brasileiro, onde a ditadura civil militar estava sendo questionada, a luta pela redemocratização estava em pauta. Os movimentos sociais e políticos energeticamente tomavam as ruas, os noticiários e chegavam a escolas de educação básica com os livros a serem trabalhados com as alunas e alunos.

Ao encontrar nos estudos pós-graduados os estudos decoloniais, percebemos que as ideias, para nós revolucionárias, de Milton, são pensamentos que se cruzam e principalmente descrevem o que fazemos na sala de aula: uma geografia que se compromete com as quebras de paradigmas eurocentrados e explica as nossas vidas. Por isso, aqui estamos a inferir como os cruzamentos suleares³ nos darão condições para ampliar o processo pedagógico de maneira a dialogar sobre as possibilidades de construir um espaço verdadeiramente humano, na esperança de um novo universalismo, bom para todos os povos e pessoas, como nos aponta Santos (2001).

Em relação ao pensamento miltoniano, nos deparamos com uma vasta produção que aponta ser o pensador preocupado com a questão epistemológica da Geografia, assim como na proposição metodológica, na busca de compreender o papel ativo do espaço neste conhecimento na sociedade. Esta proposição é bem demarcada no livro “A natureza do Espaço” (1996), assim como em outras obras. Porém, o que nos atravessa, é sua investigação e teoria sobre como se estabelece a

³ O verbo sulear foi criado pelo físico brasileiro Márcio D’Olne Campos, aparecendo pela primeira vez no texto “A Arte de Sulear-se”(1991). Sendo utilizado por nós para dar visibilidade à ótica do Sul, de forma a contrariar a lógica eurocêntrica que representa o Norte como referência universal.

Geografia Crítica e seu uso como epistemologia no território do Terceiro Mundo⁴, expressão comum na sua escrita, mas que na atualidade foi ressignificada.

No tempo presente, voltamos nossos olhares aos povos subalternos e às suas reflexões sobre a condição hegemônica de algumas nações, consolidando a construção do pensamento único, construído a partir de formas e parâmetros previamente estabelecidos e homogeneizantes. Padrões fechados de análise, deixam de fora outras possibilidades do pensar, não levando em consideração o saber local, como nos aponta Mignolo (2020). Estas ponderações nos fazem entender que a universalidade da produção do conhecimento se faz a partir dos países do Norte Global, inclusive no esboço de relatar a condição da vida social nos países colonizados, que para os pensadores centrais, são incapazes de relatar as realidades vividas. O parâmetro universal demonstra a falta de um olhar investigativo e reflexivo do cotidiano do território social, que se reflete pela representação da forma política, econômica e das dinâmicas dos seus ocupantes, sendo seus saberes considerados irrelevantes e desnecessários, dentro da perspectiva global. Neste sentido, Santos (2004)⁵ expõe

Acho que o primeiro choque foi quando tentei aplicar à Bahia o modelo proposto por Michel Rochefort e que vínhamos usando havia dez anos. Vi que não funcionava e escrevi um texto sobre o Recôncavo Baiano no qual mostro que não é possível aplicar inteiramente a teoria. Essa foi a minha primeira tentativa de deformação do que me sugeriam fazer (Santos, 2004, p. 19).

A ação exposta data do ano de 1958. Neste período, o autor percebe que as propostas teóricas dos estudos desenvolvidos e transferidos para o Brasil, oriundas da geografia europeia de inspiração francesa, necessitavam de adaptações. O modelo de pensar importado não cabia para uma realidade diferente dos padrões europeus. Trabalhando no antigo continente, Milton Santos, chega à seguinte conclusão em

⁴ A expressão Terceiro Mundo foi utilizada pela primeira vez pelo demógrafo e economista francês Alfred Sauvy, referindo-se aos países subdesenvolvidos, que estavam no meio da disputa envolvendo os países capitalistas ocidentais e os países comunistas orientais, que disputavam a hegemonia sobre as nações ditas atrasadas durante o período da Guerra Fria, essa descrição está no artigo de SAUVY, A.; MEDEIROS, D. A. de; BARBOSA, J. R. de A. Três mundos, um planeta. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 12, n. 1, p. 155-158, 2023.

⁵ Nesta tese vamos utilizar a voz de Milton Santos quase sempre pelo seu “Testamento Intelectual” (2004), livro constituído a partir de entrevista dada a Jesus de Paula Assis, contando com a colaboração de Maria Encarnação Sposito e colocado a público a partir da intervenção da sua esposa Marie-Hélène T. Santos, que ao descobrir esse texto inédito, convida Adriana M. Bernardes Silva e Myrna T. R. Rego para torná-lo publicável.

relação à proposta do ensino da geografia e a sua representação perante os objetos de estudo.

Quando vou ensinar na França, cria-se realmente o primeiro choque, porque compreendo que não podia continuar ensinando do jeito clássico e começo a repensar a geografia do Terceiro Mundo. Percebo que ela não cabe naquele esqueleto intelectual e começo a me perguntar como sair daquilo, como propor sem chocar, porque eu era professor e, dependendo de renovação de contrato, não desejava me chocar com os colegas. Mas dois anos depois de estar na França ensinando, cheguei à conclusão de que isso não era possível (Santos, 2004, p. 20).

Entendemos que a escrita de Milton Santos, apontada anteriormente e constituída na segunda metade do século XX, baseia-se em uma preocupação com a imposição teórica advinda da Europa e os problemas que está provoca quando utilizada em espaços subalternizados. Ou seja, a centralidade dos saberes dos países do Norte Global, como os denominamos hoje, não é capaz de evidenciar as condições reais dos lugares que se organizam politicamente a partir de outras epistemologias. O lugar é assumido como um conceito de análise da Geografia, entendido como um espaço do acontecer solidário e dimensão espacial na qual se vivencia o cotidiano. Segundo Milton Santos (1996),

A ordem global e a ordem local constituem duas situações geneticamente opostas, ainda que em cada uma se verifiquem aspectos da outra. A razão universal é organizacional, a razão local é orgânica. No primeiro caso, prima a informação que, aliás, é sinônimo de organização. No segundo caso, prima a comunicação (Santos, 1996, p. 272).

Na perspectiva de Santos, a ordem global é constituída por interesses externos, uma imposição da relação de poder, fruto da concepção europeia, existindo assim uma tensão, no que se pretende fazer, seu propósito e intenção entre o centro da ação e a sede da ação. Reverbera como a ordem local, por representar a escala do cotidiano, traz relações de vizinhança, sentimentos e socialização, apresentando um olhar e ação própria para o mundo em que habita.

A visão crítica de Milton Santos ao questionar a produção teórica e métodos eurocêntricos, resultou, dentre as suas múltiplas produções, no texto “O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo” (1971 [2013]). Na introdução desta obra, ele apresenta provocações ao instigar novos olhares sobre fenômenos já descritos.

Até que ponto a nossa descrição de um fenômeno deixa de ser uma interpretação para tornar-se uma reprodução fotográfica? Reconhecer esse problema não corresponde de todo à confissão de uma fraude. Vemos a realidade através da óptica de nossa ideologia, de nossa metodologia, de nossa visão global do mundo. Por isso, a mesma realidade pode prestar-se a

diferentes interpretações.

A questão está em saber se queremos limitar-nos, a uma maneira fixa de interpretação, isto é, a uma forma única de raciocínio, ou se nos propomos evoluir juntamente com as mudanças que sobrevêm na superfície do globo (Santos, 2013, p. 9).

Tais reflexões nos fazem pensar e apontar uma afinidade do pensamento miltoniano com a reflexão do decolonial Walter Mignolo (2020).

O eurocentrismo torna-se, portanto, uma metáfora para descrever a colonialidade do poder, perspectiva da subalternidade. Da perspectiva epistemológica, o saber e as histórias locais europeias foram vistos como projetos globais, desde o sonho de um *Orbis universalis christianus* até a crença de Hegel em uma história universal, narrada de uma perspectiva que situa a Europa como ponto de referência e de chegada. A história universal contada por Hegel é uma história universal na qual a maioria dos atores não teve a oportunidade de ser também narradores (Mignolo, 2020, p. 41).

E desta forma encontrar mais relações como quando nos apresenta Santos (2001):

Ao contrário do que tanto se disse, a história não acabou; ela apenas começa. Antes o que havia era uma história de lugares, regiões, países. As histórias podiam ser, no máximo, continentais, em função dos impérios que se estabeleceram a uma escala mais ampla. O que até então se chamava de história universal era a visão pretensiosa de um país ou continente sobre os outros, considerados bárbaros ou irrelevantes. Chegava-se a dizer de tal ou tal povo que ele era sem história (Santos, 2001, p. 170).

Os textos nos levam a refletir que não podemos aceitar as descrições unilaterais disseminadas por aqueles que hegemonizam o saber e poder. E entender que esta linha do pensar, abordada por Milton Santos, se cruza nas escritas dos pensadores do Sul Global da segunda metade do século XX, em específico os decoloniais. A demonstração acima permite justificar a relevância de nossa proposta de estudo que tem como essência revisitar as propostas miltonianas e o teórico-conceitual do programa de investigação da modernidade/colonialidade latino-americano.

Segundo Santos (1996), cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente. Os lugares sofrem imposições externas, e simultaneamente, são ressignificados pelas ações internas, representadas pelo seu cotidiano. E como tal entendemos ser relevante a busca de Milton Santos por sua autonomia em relação aos seus mestres franceses da geografia e sua luta para não reproduzir os modelos institucionalizados, propondo novas categorias de análises, conceitos e métodos que considerem as diferenças locais.

A partir da experiência como professor de Geografia, percebemos que para visualizar o objeto desta pesquisa temos a necessidade de traçar um breve panorama dos meandros da Geografia, evidenciando a origem da disciplina e sua serventia como auxiliar do expansionismo das nações europeias na configuração dos seus impérios coloniais. A chamada geografia colonial foi apresentada por Santos (2020), desta maneira:

A utilização da geografia como instrumento de conquista colonial não foi uma orientação isolada, particular a um país. Em todos os países colonizadores, houve geógrafos empenhados nessa tarefa, readaptada segundo as condições e renovada sob novos artifícios cada vez que a marcha da história conhecia uma inflexão. Freeman (1961) considera que existe mesmo uma relação entre a expansão da geografia e a colonização. O ímpeto dado à colonização e o papel nela representado por nossa disciplina teria sido um fator de seu desenvolvimento (Santos, 2020, p. 31).

Nesta perspectiva de historicizar a geografia, podemos situar a importância do livro “Por uma Geografia Nova, apresentando como subtítulo “Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica”. Sua publicação em português aconteceu pela primeira vez no ano de 1978, ano em que os seguidores da corrente da Geografia Crítica acaloraram os debates na reunião da Associação Brasileira de Geógrafos (AGB), realizada em Fortaleza. A obra citada demonstra a relevância de Milton Santos como um dos principais teóricos da corrente Geografia Crítica. Analisar as propostas explicitadas, principalmente nas partes 1 e 3 que compõem a estrutura do livro, investigando as rupturas criadas em relação à produção geográfica diante da epistemologia do Norte Global.

Tomando um de seus trabalhos mais importantes, Por uma Geografia Nova (Santos, 1978), também podemos verificar no próprio título sua ironia. Ele contrapõe à “Nova Geografia” (a “New Geography” anglófona, quantitativa) uma “Geografia Nova”. Ironicamente, também, a “língua hegemônica” não conseguiu captar ou reproduzir o contraponto desse jogo de palavras, ficando a recente tradução de seu livro para o inglês (Santos, 2021) com a mesma designação da “New Geography” neopositivista. Os tradutores ressaltaram o caráter precursor da obra, considerando-a “tanto uma crítica interna da disciplina anglocêntrica do Norte quanto uma crítica sistemática externa de suas premissas e falhas (Haesbaert, 2022, p. 55).

Na nossa condição de negro e professor de Geografia, ter Milton Santos como referência, representa uma afirmação racial e intelectual. Pensar nós podemos, como georreferenciados racialmente e intelectualmente, assim como entender que a corrente na qual está vinculada a sua obra, proporciona uma formação geográfica crítica, ampliando nosso horizonte do pensar. Este alinhamento foi capaz de reduzir parte das minhas inquietações ao longo do curso de graduação e na ação em sala de

aula.

As leituras e análises sobre a obra de Milton Santos demonstram que os conceitos pela geografia constituídos no chamado mundo central, propagador da forma universal do conhecimento, não representam de forma fidedigna a realidade e as condições históricas/geográficas do lugar em estudo. A partir desta premissa, vejo que a mesma preocupação suleam as inquietações de outros intelectuais que buscam outro caminho para entender a realidade dos subalternizados. Dialogando com o grupo Modernidade/Colonialidade, historicizando e apresentando conceitos que, no nosso entender, explicitam a atualidade vivida pelos povos das Américas. O pensamento desse grupo tem encruzilhadas com Santos ao apontar as insurgências dos povos nativos ou diaspóricos e as armadilhas da identidade deixada pela colonialidade.

Diante do exposto, admitimos a necessidade de um grande esforço, em pensar Milton Santos e propor entendê-lo a partir das encruzilhadas com os autores do pensamento decolonial, afluídos na passagem do século XX para o início do novo milênio, nos levando à necessidade de compreender a ação do colonialismo até a modernidade/colonialidade, passando pelos pensamentos dos teóricos/militantes que os constroem.

2 CAPÍTULO I: Na Geografia: O Encontro com o Professor Milton Santos

O cérebro fincado no mundo são bússolas que guiam escravos modernos através dos Quilombos da Geografia.

Sergio Vaz⁶

Apresentar nosso encontro com a geografia miltoniana e sua implicação nos modos de pensar e organizar o ensino da Geografia é o objetivo deste segmento da tese. Na nossa condição de estudante de graduação em geografia e depois como profissional de ensino, sempre nos deparamos com algumas inquietações em relação às representações geográficas e como o espaço da periferia do capital é representado, porém os nossos estudos foram mitigados com a aproximação com Milton Santos. Para nosso entendimento em relação à periferia, respeitamos a definição que o autor apresenta no seu livro “Espaço e Método” (1985[2012]).

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (Santos, 1985[2012], p. 12).

A conceituação proposta contribui para demonstrar caminhos ao nosso fazer pedagógico, onde a centralidade do pensar na ação antrópica e como está se torna ativa nos diferentes objetos espaciais é como buscamos agir no nosso fazer geográfico. É necessário entender o mundo como uma caixa de ressonância de possibilidades, a partir da propagação de chances de análise, diante de condições múltiplas sem deixar escapar a importância do pensar na formação social e na ação humana e seus propósitos. Neste sentido, devemos compreender as condições da transformação do saber geográfico e a trajetória formativa da geografia.

Para melhor explicar a referida trajetória, decidimos historicizar a sua constituição enquanto disciplina, buscando decifrar essa questão, com os seguintes referenciais teóricos: Ruy Moreira (1983), Nelson Werneck Sodré (1986), Antônio

⁶ VAZ, Sérgio. *Miltongrafia*. Instagram, 9 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DCJvjxLJNul/?igsh=MXh6d21pNmp4NGdwNA==>>. Acesso em: 9 nov.2024.

Carlos Robert Moraes (1997), Yves Lacoste (2012), Paul Claval (2014) e Milton Santos (2021). É preciso salientar que em suas escritas, os referidos autores apontam que a produção do conhecimento geográfico e a sua sistematização ocorreu a partir do século XIX, como base do expansionismo europeu. Neste momento histórico em questão, a geografia era constituída por uma narrativa essencialmente descritiva que apresentava as características das paisagens e os espaços em expansão, ou seja, os domínios territoriais de um povo a serem ocupados em função das possibilidades físicas neles existentes.

Essas análises demonstram que o conhecimento geográfico foi construído para fornecer informações importantes para formação de impérios territoriais, demonstrar a localização de riquezas que foram capazes de proporcionar o acúmulo de recursos naturais. Tais condições facilitavam aos grandes impérios com a chamada balança de comércio favorável, muito significativa ao longo da consolidação dos primórdios do sistema capitalista, fortalecendo economicamente e politicamente tais Estados, implicando em afirmar que a Geografia estava próxima às relações de poder e ao seu serviço.

Em geografia, um saber que já nasce oficialmente institucionalizado, os registros remetem a uma “história oficial da geografia”, ou talvez melhor deva-se dizer, a uma “história da geografia oficial (Moreira, 1983, p. 12).

Ruy Moreira (1983) corrobora nossas afirmações de como o saber geográfico se constitui em uma importante ferramenta no entendimento das razões e valorização do domínio entre povos, nações e território em função da sua institucionalização, proporcionando assim o entendimento que o conhecimento construído pela geografia visava a atender ao poder político e as suas ambições econômicas. Este também é o posicionamento expresso por Yves Lacoste (2012) em “A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”. Com este título provocativo, o autor questiona a função da geografia tal qual José William Vesentini demonstra no prefácio do referido livro

A principal resposta que Lacoste fornece ao seu questionamento constitui o próprio título do livro: isto – a geografia – serve em primeiro lugar (embora não apenas) para fazer a guerra, ou seja, para fins políticos-militares sobre (e com) o espaço geográfico, para produzir/reproduzir esse espaço com vistas (e a partir) das lutas de classes, especialmente como exercício do poder. Ser ou não ser de fato uma ciência pouco importa, em última análise, argumenta o autor. O fundamental, a seu ver, é que, malgrado as aparências mistificadoras, os conhecimentos geográficos sempre foram, e continuam a ser, um saber estratégico, um instrumento de poder, intimamente ligado a

práticas estatais e militares (Vesentini *apud* Lacoste, 2012, p. 8).

Desta forma, o modo como a humanidade na antiguidade ocidental geografava as visões e representações do mundo não coadunam com a visão de ciência e com os objetivos de hegemonia que foram constituídos a partir do século XIX e suas formulações políticas, econômicas e culturais que são demandadas neste período. Pensar geografia dentro da historicidade da sua formulação, nos permite compreender, principalmente, o olhar dos geógrafos para as sociedades humanas que viveram e vivem no planeta Terra como agentes da sua elaboração/constituição. Em nossas investigações, percebemos que os domínios das narrativas mascaram e subjagam a produção e a ação dos que se encontram na condição de subalternidade no espaço. As relações humanas com o meio circundante, palco da sua vida, deveriam ser representadas a partir dos contextos e condições vividas, onde as múltiplas realidades fossem levadas em consideração, sem a ocorrência do domínio sobre as narrativas.

Da mesma maneira, Nelson Werneck Sodré (1989) nos demonstra como a formação da Geografia segue padrões determinados pelas relações de poder, mostrando que a representatividade cartográfica planisférica mais utilizada durante muito tempo, a projetada por Mercator⁷, que coloca a Europa no centro do mundo e os demais continentes sob a sua área de influência, construiu a percepção de que a produção do conhecimento e a sua propagação, só se torna possível diante desse território que se apresenta como central e hegemônico.

A onipresença humana deixou vestígios por toda parte. Um dos traços comuns aos conhecimentos humanos, entretanto, está em que, de fenômenos sabidamente **universais**, conhecemos quase tão somente aquilo que teve como cenário as terras e os mares da Europa e as mais próximas da Ásia e da África. Daí girarem sempre as reconstituições – como esta – em torno do que ocorreu naquela área. Vale este registro como ressalva do que diz respeito ao distante Oriente, cujas culturas **primitivas** são, normalmente, apesar de sua importância, omitidas ou subestimadas pelos estudiosos ocidentais (Sodré, 1989, p.13, grifo nosso).

Ocorre que neste pensamento geográfico, a visão das marcas deixadas pelos humanos de outras partes do mundo é eclipsada pelos humanos da Europa com suas

⁷ O cartógrafo flamengo Gerhard Mercator, no ano de 1569, elaborou a projeção cartográfica, que é a representação da superfície esférica da Terra em um plano (mapa). Na sua projeção, coloca na centralidade da configuração a Europa, demonstrando já no século XVII a visão eurocêntrica do mundo.

categorizações criadas a partir de critérios subjetivos, constituindo uma anamorfose⁸ na história da Geografia. Essa historicidade do padrão geográfico é marcada pela era do eurocentrismo, assim como as denominações como as eras⁹ e outros períodos representativos da evolução da Terra, sendo que a construção referente à Europa é imposta pelos seus intelectuais, ao propagar que estes são o conhecimento universal. A razão dos nossos grifos na citação anterior, é para ressaltar as expressões convencionadas como universais, que em nosso entendimento são as pseudas verdades pensadas no âmbito ocidental. Assim como nos faz refletir Asante (2021),

Uma das tarefas mais desafiadoras é desmascarar a noção de que posições particularistas são universais. A Europa desfilou sua cultura como norma por tanto tempo que os africanos e asiáticos deixam de perceber a experiência europeia, seja ela da Idade Média, seja de Shakespeare ou Homero, assim como os conceitos europeus de beleza, como apenas aspectos particulares, e não universais, da experiência humana, embora possam ter implicações para outras culturas (Asante, 2021, p.108).

Tais reflexões nos levam a pensar como o conhecimento geográfico pôde deixar sem referência a presença importante de chineses, árabes, povos originários e africanos. Esta é uma questão a ser pensada em função da pouca relevância dada e/ou carência da documentação sistematizada sobre a geografia dos “outros”, diante da centralidade imposta pelos europeus. Essa visão turva em relação aos não europeus é uma opção, pois por exemplo, a presença árabe na península ibérica é significativa na cultura e na arquitetura local. Como resultado dessa análise, seguimos apoiados em Asante (2021, p.108) dizendo: “o que os afrocentristas devem sempre criticar é a ofensiva particular que projeta a Europa como padrão pelo qual se deve julgar o resto do mundo. Nenhuma cultura particular pode se arrogar essa prerrogativa”.

Entendemos que, neste discurrir dos caminhos da geografia, originária do pensamento europeu em seus momentos iniciais, ela foi concebida para construir um inventário sistemático de terras e povos. Neste processo descritivo, cartografa as riquezas encontradas no planeta. Desta forma, os mapas são muito utilizados por aqueles que exercem o poder global na consolidação do seu domínio

⁸ Cartografia anamorfose é uma forma de representação do espaço geográfico, em que os territórios são redesenhados, sofrendo uma deformação proporcional ao interesse de quem produz. O resultado é um mapa distorcido quando comparado aos mapas que retratam os limites físicos/territoriais próximo à realidade. Este tipo de cartografia possibilita a construção de espaços de poder.

⁹ As Eras Geológicas são as escalas do tempo de transformações do planeta Terra. São divididas em: Pré-Cambriana (Arqueana e Proterozoica), Paleozoica, Mesozoica e Cenozoica.

espacial/imperialista, capazes de fortalecer a hegemonia de quem sabia utilizá-los.

É preciso ressaltar que não é o nosso objetivo fazer a história da geografia, mas compreender como ela foi constituindo a sua cientificidade para assim entender a transgressão que é o pensamento miltoniano. Sendo assim, esta seção apresenta em que contexto a ruptura entre a geografia tradicional e a moderna foi a condição que possibilitou a emergência da nova geografia que se desenvolve no século XIX, sob o cenário de disputas epistêmicas, onde, principalmente, pensadores da Alemanha e França¹⁰ constroem novas correntes do pensamento geográfico. A partir deste debate, e com a maturidade das discussões, emergem as seguintes correntes da geografia: o Determinismo Geográfico¹¹ e o Possibilismo Geográfico¹².

A produção da Geografia Moderna de Humboldt e Ritter, influenciada pelo iluminismo de Kant, traz a noção da natureza como essência das coisas. Segundo Ruy Moreira (2021),

O fundo holista comum, que Ritter e Humboldt captam do pensamento iluminista, é a ideia da natureza como uma essência comum a todas as coisas. Distinguem-se, então, a natureza como essência comum a todas as coisas e as coisas como as formas concretas dessa natureza. Há natureza humana – como há das plantas, dos animais, das rochas ou das chuvas –, uma natureza como imanência substancial, e as coisas por meio das quais se expressa essa natureza à nossa percepção, na forma material dos homens, plantas, animais, rochas, rios ou chuvas. Esta natureza interior que se manifesta ao plano de nossa captação perceptiva do pensamento iluminista é levada ao máximo da sua concepção idealista (Moreira, 2021, p. 22).

Como já indicamos acima, a passagem do século XIX para o XX é marcada pela busca de um padrão científico para a Geografia. Mudanças impactadas pelas formas de pensar do Positivismo e do Marxismo provocaram questionamentos e o nascer de novas linhas epistemológicas no conhecimento geográfico, tais como o Método Regional, a Geografia Teorética ou Quantitativa, a Fenomenologia ou Geografia Humanística e a Geopolítica. Esta multiplicidade de correntes se fortalecem a partir do movimento de renovação do fazer geográfico, principalmente durante o século XX após os dois grandes conflitos, a Primeira e Segunda Guerra Mundial. Tais conjunturas condicionam a emergência de novos paradigmas que também modificam a Geografia influenciada por variáveis ideológicas, econômicas e sociais.

¹⁰ Podemos citar como geógrafos desse período da construção da cientificidade: Alexander Von Humboldt, Karl Ritter (Alemanha) e Paul Vidal de La Blache (França).

¹¹ Corrente de pensamento geográfico surgida na Alemanha sob a liderança de Friedrich Ratzel.

¹² Corrente de pensamento geográfico surgida na França sob a liderança de Paul Vidal de La Blache.

A Geografia não podia escapar às enormes transformações ocorridas em todos os domínios científicos, após a Segunda Guerra Mundial. No que toca às ciências humanas, tratava-se muito mais de uma revolução que de uma evolução. Para isso, contribuíram três razões essenciais: em primeiro lugar, os próprios suportes do trabalho científico progrediram muito; em segundo lugar, as necessidades dos utilizadores mudaram; e, finalmente, o objeto da atividade científica se modificou (Santos, 2021, p. 59).

Era necessário que o conhecimento geográfico dialogasse com as efervescências do novo ordenamento do mundo diante das disputas envolvendo o capitalismo x socialismo, a competição pela liderança dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), todo o processo de descolonização das nações africanas e as questões internas da América Latina. A Geografia passa por um movimento de renovação, fruto dessas inquietudes, que faz emergir a corrente intitulada Geografia Crítica e Radical. É assim que nos apresenta Antônio Carlos Robert Moraes (1997) a definição desta linha em seu livro “Geografia: Pequena História Crítica”.

A outra vertente, do movimento de renovação do pensamento geográfico, agrupa aquele conjunto de propostas que se pode denominar Geografia Crítica. Esta denominação advém de uma postura crítica radical, frente à Geografia existente (seja a Tradicional ou a Pragmática), a qual será levada ao nível de ruptura com o pensamento anterior. Porém, o designativo de crítica diz respeito, principalmente, a uma postura frente à realidade, frente à ordem constituída. São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse pequeno processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem (Moraes, 1997, p.112).

A Geografia Crítica é decorrente da influência do marxismo em suas formulações, por apresentar como objeto de investigação questões sociais latentes, tais como a identificação de entender o espaço geográfico como direito de todos, como o espaço do cidadão e entender as relações de poder que a ele se impõe através das desigualdades sociais (como na condição de negro da periferia). Ela promove um leque de produções que tem como destaque os seguintes pensadores: Milton Santos, Yves Lacoste, Antonio Robert de Moraes, Ruy Moreira e David Harvey. Essa corrente se consolida diante do cenário de disputas ideológicas do mundo da ordem bipolar.

Os autores da Geografia Crítica vão fazer uma avaliação profunda das razões da crise; são os que acham fundamental evidenciá-la. Vão além de um questionamento puramente acadêmico do pensamento tradicional, buscando as suas raízes sociais. Ao nível acadêmico, criticam o empirismo exacerbado da Geografia Tradicional, que manteve suas análises presas aos mundos das

aparências, e todas as outras decorrências da fundamentação positivista (a busca de um objeto autonomizado, a ideia absoluta de lei, a não diferenciação das qualidades distintas dos fenômenos humanos etc.) (Moraes, 1997, p.113).

Neste sentido, entendemos o contexto da formulação da corrente crítica em um mundo que se mostrava inquieto, agitado e exaltado em função das condições existentes na segunda metade do século XX: questões ideológicas envolvendo as disputas entre a URSS em oposição ao pensamento dos EUA; o movimento insurgente na África e na Ásia marcado pela afirmação de nações independentes; uma América com insurreições urbanas, movimentos civis ocorrendo na parte norte do continente, colocando em xeque a questão da desigualdade racial e de gênero. Diante dessas emergências, a Geografia Crítica foi se constituindo, onde um cenário muito rico de ações envolvendo a relação sociedade e espaço se apresentava. Não bastava olhar e acompanhar as dinâmicas emergentes, mas sim entender as suas formulações e seus impactos.

Entendemos ter a corrente crítica da Geografia, possibilitando o nosso amadurecer para outras práticas no diálogo do saber geográfico em sala. Não basta apenas falar territorialmente, paisagem e trabalhar com meros aspectos estatísticos da Ásia e África, mas problematizar as ações dos líderes de movimentos de insurgência pela descolonização dos países dentro dos continentes em questão. É preciso geografar por exemplo a importância de líderes como Patrice Lubumba (Congo), Jomo Kenyatta (Quênia), Kwame Nkrumah (Gana) e Mahatma Ghandi (Índia). É diante do suporte teórico constituído pela Geografia Crítica e seus pensamentos de mudanças dos espaços subalternizados, suleamos (no sentido de orientação) as nossas práticas em geografia do cotidiano. É aqui que nossas práticas se cruzam com o nosso objeto de pesquisa, o professor Milton Santos, o maior pensador da geografia crítica brasileira, a referência para além do ser estudado, praticado na direção da luta por justiça social e liberdade de pensamento ao tratar a dimensão espacial dos problemas sociais.

Aqui nos reencontramos com o conceito de espaço apresentado no início deste capítulo. O espaço geográfico é dinâmico, buscando acompanhar esse movimento contínuo. Entendemos o pensamento miltoniano com a preocupação de estar sempre produzindo, aperfeiçoando e renovando o saber geográfico, na luta por novos conceitos de entendimento do mundo contemporâneo, só assim poderemos agir objetivamente para a sua transformação, razão pela qual, Milton Santos afirmava ser

o espaço um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual e a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares, são pistas apontadas em “Por uma Geografia nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica ” (1978 [2021]).

O espaço é um fato social no sentido com o qual K. Kosik (1967) define os fenômenos sociais: um fato histórico, na medida em que o reconhecemos como um elemento de um conjunto e realiza assim uma dupla função que lhe assegura, efetivamente, a condição de fato histórico: de um lado, ele se define pelo conjunto mas também o define; ele é simultaneamente produtor e produto; determinante e determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela; e, ao mesmo tempo em que adquire uma significação autêntica, atribui um sentido a outras coisas. Segundo essa acepção, o espaço é um fato social, um fator social e uma insistência social (Santos, 2021, p. 163).

Milton Santos, no seu livro “Pensando o Espaço do Homem ” (2012), se mostra também reflexivo diante da dinâmica dos fatos ocorridos e que ocorrem no espaço geográfico e a necessidade de estudos relacionando o passado e o presente das tensões espaciais.

O que se acha diante de nós é o agora e o aqui, a atualidade em sua dupla dimensão temporal e espacial. O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente como formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como tempo, não porém, como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social (Santos, 2014, p. 14).

Em seu artigo “A Geografia serve para desvendar máscaras sociais” (1982), Ruy Moreira segue a mesma linha do pensamento miltoniano, ao descrever a importância do estudo do espaço geográfico, como base conceitual capaz de desmistificar a visão neutra da geografia descritiva, demonstra também a importância do pensamento crítico para o conhecimento real do mundo vivido e aponta:

Mas se é uma necessidade cada vez mais premente tomar a tarefa do estudo do espaço geográfico, para uma maior compreensão dos processos sociais gerais das formações econômico-sociais contemporâneas, porquanto o espaço geográfico torna-se mais e mais um elemento importante nesse, esta necessidade lança por outro lado um desafio aos cientistas e estudiosos de geografia (Moreira, 1982, p. 13).

Como resultado de uma leitura atenta dos trabalhos de Moreira (1982, 1983, 2021a e 2021b), em que a temática central está na reflexão sobre os caminhos seguidos do pensamento geográfico e os posicionamentos dos geógrafos em relação

às questões políticas, econômicas e sociais, nos surgem diversas questões: qual seria o paradigma da geografia? Como a lente dos geógrafos descortina o mundo e o espaço vivido? Seria o conhecimento da geografia por si só capaz de instrumentalizar nossos estudos como profissional que trabalha com a disciplina, assim como a juventude que está em contato com a sua produção como uma disciplina escolar, na condição de ler, entender e agir no mundo?

Os dilemas acima apontados nos levam a reflexões sobre o pensar e fazer da geografia e tais indagações se aproximam das deduções de Milton Santos (1982[2012]).

O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente como formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como tempo, não porém como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participativa da vida atual como forma indispensável à realização social (Santos, 2012, p. 14).

Tais proposições nos levam a trabalhar com a ideia de ser o mundo um espaço interdisciplinar, sendo assim, a geografia deve dialogar com outras disciplinas ao problematizar a Terra e as relações que ocorrem sobre ela. O que afirmamos, então, é a necessidade de cruzar outros conhecimentos, sendo esses não geográficos, porém, contribuindo para o entendimento do espaço geográfico.

Na verdade, o princípio de interdisciplinaridade é geral a todas as ciências. Foi Jacques Bouderville quem escreveu que “toda ciência se desenvolve nas fronteiras de outras disciplinas e com elas se integra em uma filosofia. A geografia, a sociologia, a economia, são interpretações da realidade humana” (Santos, 1978/2021, p. 131).

Importante sublinhar que os formuladores da geografia crítica apontam, desde o início, a importância do pensar a geografia na busca da interdisciplinaridade. Nesse caminhar, onde a maturidade geográfica foi se constituindo, a nossa aproximação identitária com a corrente crítica da disciplina se consolida à admiração pelo seu maior pensador no Brasil, Milton Santos. É no seu livro “Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a Geografia Crítica” (1978[2021]), onde o autor aborda questões capazes de apontar caminhos que nos permitem fortalecer a lógica entre a Geografia e a interdisciplinaridade

Referimo-nos à confusão entre interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. Quando se fala em multidisciplinaridade se está dizendo que o estudo de um fenômeno supõe uma colaboração multilateral de diversas disciplinas, mas isso não é por si mesmo uma garantia de integração entre elas, o que somente seria atingível através da interdisciplinaridade, isto é, por meio de uma imbricação entre disciplinas diversas ao redor de um mesmo objetivo de estudo (Santos, 2021, p.133).

Entendemos que a compreensão do mundo, diante do pensamento geográfico, apresenta relações outras capazes de permitir as condições de sua existência, fortalecendo o entendimento de como os fenômenos naturais ocorrem na natureza, sem a ativa participação humana; investigar as interações entre a sociedade e a natureza, buscando reconhecer como as atividades e práticas humanas grafam o que denominamos meio ambiente e acompanhar e decifrar como as conexões em sociedade produz uma sociedade tão desigual. Não existe um ordenamento dessas correlações por importância. Lembrando que tudo ocorre no espaço geográfico.

Na obra já citada de Ruy Moreira (1982), o autor afirma que “o arranjo espacial pode e deve ser transformado numa categoria de análise, de fundamental valor para a análise do espaço. Por extensão, de cada formação econômico-social, como deve ser o objetivo da Geografia e do geógrafo”. Logo, a geografia, ao estudar e problematizar o sujeito histórico em suas ações, lutas, suas diversas práticas e experiências vividas no cotidiano, busca entender essas informações com base em um elemento fundamental para as Ciências Sociais, espaço/tempo. Todos os processos e relações se dão na escala temporal e espacial, desvendar, enunciar e compreender essas realidades múltiplas são importantes para geografia.

Os fatos estão todos aí, objetivos e independentes de nós. Mas cabe a nós fazer com que se tornem fatos históricos, mediante a identificação das relações que os definem, seja pela observação de suas relações de causa e efeito, isto é, sua história, seja pela constatação da ordem segundo a qual eles se organizam para formar um sistema, um novo sistema temporal, ou melhor, um novo momento do modo de produção antigo, um modo de produção novo, ou a transição entre os dois. Sem relação não há “fatos”. É por sua existência histórica, assim definida, no interior de uma estrutura social que se reconhecem as categorias da realidade e as categorias de análise. Já não estaremos, então, correndo o risco de confundir o presente com aquilo que não mais o é (Santos, 2012, p. 15).

O espaço presente apresenta rugosidades – marcas forjadas em um determinado tempo histórico – e que se mantém perpetuando comportamentos e ações construindo realidades alicerçadas na memória imposta pelas relações de poder no passado. Se faz necessário para o nosso entendimento da atualidade em que vivemos, o agora, ou seja, o estar aqui, e não jogar fora o passado, porém,

ressignificar as condições grafadas pelo tempo histórico. Sendo assim, ver o passado na busca de suplantá-lo pelas condições do tempo presente, analisar com novas lentes e referenciais o espaço presente.

O espaço é o objeto da geografia, o conhecimento da natureza e leis dos movimentos da formação econômico-social é o seu objeto. O espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da geografia. É a categoria por intermédio da qual se busca apreender os movimentos do todo: a formação-social.

A noção de espaço como “chão” da geografia é, certamente, um tema que perpassa todos os discursos geográficos em todos os tempos, tal como se pode aferir duma simples confrontação da maneira como a vêm definindo os geógrafos (Moreira, 1982, p. 17).

Ao trabalhar com o pensamento de Milton Santos, fortalecemos a nossa escolha por entender e praticar a Geografia nos espaços educacionais, considerando como referência, até então, a corrente denominada geografia crítica, e estar ciente que o espaço geográfico é um espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais. Segundo os principais teóricos desta corrente¹³, que emerge nas décadas de 1960/1970, tem-se uma nova perspectiva para a geografia de maneira a se distanciar da ideia de neutralidade científica, dominante na prática da visão tradicional da disciplina, e sim elaborar uma crítica radical à sociedade capitalista, tendo como referência o estudo do espaço e as formas de apropriação da natureza.

Esta corrente propõe uma participação ativa nas questões políticas, assim como, uma árdua defesa na redução das disparidades sociais nas escalas locais, regionais e mundiais. Pensar e agir, adotando os postulados críticos desse novo olhar da geografia, nos conduz a acreditar que essa corrente seja capaz de formar um indivíduo crítico, participativo e em condições de entender e questionar o mundo em que vive. A Geografia Crítica cria com a sua episteme uma nova narrativa sobre o espaço geográfico, onde ocorre uma relação indissociável entre ações e objetos sociais. O contexto histórico temporal de origem da corrente é um período de revisão de ideias e valores, são as décadas de 1960 e 1970, colocaram o mundo de “pernas pro ar”, com fatos que modificaram os territórios locais e mundiais tais como:

- a intensidade da luta dos movimentos sociais pelos direitos civis, liderado por Martin Luther King e Malcolm X, onde a questão racial foi abalando as estruturas conservadoras estadunidenses, adensadas pelo questionamento interno no país em

¹³ Em relação a Geografia Crítica, tomamos como referência Milton Santos, Ruy Moreira, Antonio Carlos Robert de Moraes, Yves Lacoste, David Harvey, dentre outros.

relação à sua intervenção no Vietnã, realidade que reverberou em escala mundial;

- o movimento estudantil no maio de 1968 na França;
- o apartheid com a sua lei da cidadania da Pátria Negra e a sua reação nos Bantustões;
- expansão do movimento feminista;
- luta dos países e populações africanas e asiáticas após a descolonização;
- na América Latina, temos que destacar, neste momento, a tensão provocada pela Revolução Cubana e os movimentos resistentes às ditaduras militares que se apoderaram de grande parte do continente.

São estas condições que a geografia crítica e o seu principal teórico na porção sul do continente, Milton Santos, são impactados. Porém, frente ao autoritarismo que emergiu no Brasil a partir de 1964, Milton Santos ficou cem dias preso e assim como outros brasileiros viveu as amarguras da ditadura civil militar e as tensões do período até ir para o exílio na França. Essa realidade política atravessou também outros intelectuais e países latino-americanos que também estavam vivenciando a ascensão militar no governo.

Em nossa reflexão sobre o momento de emergência e consolidação de uma nova forma epistemológica da Geografia, a Geografia Crítica aponta ser uma “verdade seduzida”¹⁴, pois na prática era insuficiente. A visão progressista deste pensamento geográfico, questionador da sociedade capitalista, a favor do engajamento político dos geógrafos diante das disparidades sociais, econômicas e regionais, mantinha uma visão turva em relação às questões identitárias, e em especial, à questão racial. Ou seja, “ficava cega a cor”, expressão aqui utilizada para apontar que apesar das profundas mudanças dadas pela Geografia Crítica, o pensamento ligado principalmente ao marxismo, não identificava as especificidades das classes populares marcadas pelo racismo. Nesta corrente, ocorreu uma preocupação maior com a representatividade de movimentos sociais ligados à questão agrária, aos problemas do operariado, visível em materiais didáticos escolares, porém, não dava a devida relevância à questão racial¹⁵.

Milton Santos se apresenta então como formulador do pensamento social e dos

¹⁴ Expressão adaptada do título do livro “A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil”, de Muniz Sodré (1983). O significado dado no livro não é o mesmo que utilizamos aqui.

¹⁵ Para melhor entender a discussão da “cegueira de cor”, ler BONILLA-SILVA, Eduardo. *Racismo sem racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2020.

excluídos da Geografia. Um dos textos mais veementes de sua vasta obra é “As exclusões da Globalização: pobres e negros”, fruto de uma conferência que foi parte do evento organizado no Centro Cultural José Bonifácio, no Rio de Janeiro (atual sede do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira - MUHCAB) para celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra e da imortalidade de Zumbi dos Palmares. A revista *Thoth* (1998, nº 4), criada pelo então senador da República, Abdias do Nascimento, transcreveu a fala capaz de dar sentido a nossas reflexões

Também não vou dar números, pois estou convencido de que isso vale muito pouco. Assim, eu trouxe séries.

As séries são muito frequentes nas teses de mestrado e doutorado. Não valem para nada, se eu não for capaz de dar valor histórico a cada coluna, e cada coluna se insere uma realidade histórica diferente. Mas eu uso tranquilamente a série nos meus trabalhos – todos nós usamos. É assim que nos promovemos, é assim que conseguimos empregos nas universidades, é assim que nos tornamos conhecidos e, às vezes, famosos. Mas o que é que posso fazer com uma série de estatísticas, inclusive sobre a questão negra no Brasil, se eu não for capaz de interferir na história concreta, não dos negros separadamente, mas da sociedade brasileira? Não é hora de nos gastarmos atenuadamente no conhecimento exclusivo da condição do negro. A hora é de levar em conta a sua presença frente às outras presenças dentro de um País que se chama Brasil (Santos, 1998, p.153-154).

Santos sempre se declarou como um intelectual independente por não ter pertencimento a nenhum grupo de intelectuais, produzindo as suas reflexões e assumindo as posições tomadas e suas consequências. Não tinha um credo, nem vínculo a nenhum partido, assim como esteve distante dos movimentos sociais/raciais. Porém, seu movimento era militante ao pensar a Geografia e suas contribuições para as análises das ações no espacial geográfico, no seu cotidiano, ao ter como centralidade a perspectiva do social. Um exemplo de como pensava as questões sociais está na citação abaixo quando reflete sobre “a sua casa”, “a universidade”:

Aliás, a universidade é cada vez menos capaz de produzir um pensamento, incompetente para cuidar, seja das minorias, seja dos pobres. A universidade é cada vez mais repetitiva e pobre. Ela teria de buscar na movimentação espontânea dos de baixo a inspiração para renovar o seu trabalho (Santos, 1998, p. 153).

Ao colocar em pauta a questão racial ao lado das questões econômicas, dando corpo e racialidade ao pobre, Santos renova a Geografia Crítica. Neste sentido, os movimentos negros servem como exemplo para a escrita e o pensamento miltoniano quando o tema abordado faz referência à questão racial, pois é sabido que a inserção na Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (nº 9394/1996), pelas Leis nº

10.639/2003¹⁶ e nº 11.645/2008¹⁷, é resultado da movimentação dos de baixo. Cria-se uma expectativa em relação ao trazer, para as escolas e universidades, o debate sobre negros e indígenas, condição pouco assumida pelo pensamento geográfico, por ainda apresentar sistematizações tradicionais em relação aos subalternizados.

A visão crítica e radicalizada da Geografia ficou dentro de alguns limites, para se entender a pobreza existente no mundo e de tal forma compreender como convivem países centrais economicamente e países periféricos. Apesar da questão anterior, entendemos ser os geógrafos críticos, em suas múltiplas orientações e motivações, representantes de uma perspectiva de transformação da ordem social dominante, por buscarem um espaço mais justo, que se constitua a partir e em função dos interesses da humanidade e não do capital.

Todas as apreciações que analisamos nos faz tomar Milton Santos como o nosso “geógrafo de cabeça”. O que quer dizer trazê-lo como “geógrafo de cabeça”? As razões se apresentam a partir de uma ação comum no Candomblé¹⁸ onde após um jogo de búzios é revelado o orixá que guia o seu “ori” (cabeça)¹⁹. Aqui realizamos uma insurgência, pois, é sabido que um filho de santo não escolhe seu orixá, porém, é o orixá que escolhe o filho. Peço “agô” (licença), expressão utilizada nos cultos afro-brasileiros, em iorubá²⁰, pela transgressão realizada, como já apontado anteriormente, ao fazer de Milton Santos o meu orixá de cabeça, capaz de me guiar neste caminho a percorrer na construção de um saber geográfico social, tal qual um Exu.

Mas por que Exu? Aprendemos que ao entrar no terreiro/território da geografia, o primeiro orixá que se “bate cabeça” (saudação) é Milton Santos, pela sua capacidade de abrir os caminhos para a nossas reflexões sobre o conhecimento geográfico a partir de uma análise crítico-social. Tal qual o “Exu, para os iorubás em suas múltiplas faces na diáspora fundamenta uma ética responsiva” (Rufino, 2019,

¹⁶ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras **providências**.

¹⁷ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

¹⁸ Segundo Ney Lopes (2015, p. 38), em seu Dicionário Escolar Afro-Brasileiro Candomblé, é “o nome genérico com que, no Brasil, se designa o culto aos orixás iorubanos e Jejês e algumas formas derivadas, manifestas em diversas 'nações'. Por extensão, celebração, festa dessa tradição, xirê; Comunidade-terreiro onde se realizam essas festas”.

¹⁹ É preciso ressaltar que por conta do espaço que temos neste trabalho, está limitado os passos dos rituais do Candomblé.

²⁰ Idioma da família linguística nígero-congolesa falado em diversos países ao sul do Saara, principalmente na Nigéria, muito utilizado em ritos religiosos afro-brasileiros.

p.19). As suas ponderações não se limitam a pensar o seu país de origem, porém demonstra com sua habilidade de cruzar o mundo e como o seu pensar pode ser uma ferramenta capaz de abordar várias alternativas “por uma nova Geografia”. A sua insurgência, como um geógrafo que faz o caminho independente das matrizes intelectuais. E com essa sua autonomia fala o que se faz necessário, independente da aceitação dos temas por ele abordados. Porém, suas reflexões se propagam pelo mundo, por isso é lido não apenas por geógrafos, mas também na teoria crítica das ciências humanas. Tais estudos demonstram a importância da utilização das várias disciplinas para compreensão do espaço geográfico. Neste sentido, Milton se faz Exu, pois nas encruzilhadas dos saberes é aquele que consolida a sua produção, sempre crítico e irônico, sem perder o sorriso, ou gingado.

O motivo pelo qual fazemos tal transgressão é porque em nosso trajeto no entendimento da geografia, e assim como ela se apresenta nos espaços educacionais, nos propomos a desenvolver uma epistemologia insurgente, ao estudar as encruzilhadas – lugar onde se cruzam ruas, estradas, caminhos e o que busco, as epistemes. Estabelecer a encruza epistêmica se dá ao relacionar a problematização contemporânea da geografia crítica a partir das reflexões de Milton Santos e o pensamento decolonial, que tem como aporte a produção do programa de investigação do grupo Modernidade/Colonialidade. O grupo criou noções e conceitos que provocaram uma mudança epistêmica na América Latina no início do século XXI. É uma proposta de engajamento político transdisciplinar que ampliou e implica uma forma de quebra da colonialidade. Pensadores como Arthuro Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Catherine Walsh, entre tantos outros, formam essa rede.

Desta forma, na investigação de saberes outros, essa pesquisa mergulha na intenção de apresentar afinidades dos teóricos latino-americanos em relação ao colonialismo, à colonialidade e às insurgências dos subalternos ao pensamento único instituído a partir do Norte Global.

3 CAPÍTULO II: Milton Almeida dos Santos: Cidades Mutiladas e a Construção do Intelectual

No mapa-múndi
Ele Brota em Macaúbas
E colhe África onde se planta
Periferia
Na superfície da pele
cor de petróleo
– terreno fértil para estudar o passado
e entender o futuro,
escorre o suor da
sabedoria.

Sergio Vaz²¹

A prerrogativa deste capítulo é apresentar o intelectual Milton Santos das suas origens até seu reconhecimento no mundo da geografia, sem importar a escala de análise ser nacional ou internacional. Propomos fazer a sua trajetória formativa deste, enquanto cidadão, apresentando o seu rigor e compromisso com a escolarização. Não é a proposta deste trabalho fazer uma discussão sobre o conceito de cidadania, porém, a ideia de entender Milton Santos provoca um diálogo com sua constituição cidadã e por isso utilizamos o tom dado por Santos no texto “As cidades mutiladas” (1996/1997).

Pretendo começar esta conversa fazendo algumas perguntas: o que é ser um cidadão? O que é ser um indivíduo completo, isto é, um indivíduo forte? O que é ser classe média? Ser classe média é ser cidadão? O que é ser cidadão neste país? E finalmente, os negros neste país são cidadãos? (Santos, 1996/1997, p.133).

Milton Santos demonstrava a necessidade de estar atento, dentre outras preocupações, com o espaço, o território e a globalização para as questões que envolvem a cidadania. Ciente da sua negritude, faz reflexões importantes sobre a mesma, como no seu texto “As cidades mutiladas ” (1996):

²¹VAZ, Sérgio. *Miltonografia*. Instagram, 9 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DCJvjxLJNul/?igsh=MXh6d21pNmp4NGdwNA==>>. Acesso em: 9 nov.2024.

Há os que não querem ser cidadão, que são as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos. Digo-o por ciência própria. Não importa a festa que me façam aqui ou ali, o cotidiano me indica que não sou cidadão neste país (Santos, 1996, p. 134).

A sua escrita ecoou profundamente no nosso pensar, consolidando o encontro com o seu pensamento, por isso, se faz relevante descrever os caminhos traçados por Milton Santos ao longo da sua vida acadêmica. Estamos de acordo com o professor e geógrafo Billy Malachias, que na roda de conversa durante a realização da 59ª edição da Ocupação Itaú Cultural, em 2 de agosto de 2023, que tinha como tema a vida e obra do geógrafo Milton Santos, o denominou de “geógrafo das quebradas”, afinal só um Exu pode entender das periferias.

A referência de Billy Malachias, em suma, sintetiza a formulação expressa no pensamento miltoniano, em relação às lutas do povo brasileiro pela democracia e justiça social global, nosso Exu da Geografia nos provoca de maneira própria, e com a sua capacidade de ensinar, a busca inacabada e constante reflexão sobre nossos atos e condições. E assim nos faz perceber que tal qual um Exu, eleger Milton como potência codificadora e mobilizadora de uma pedagogia da descolonização é, em suma, um ato de responsabilidade com a vida” (Rufino, 2019, p. 19).

Nosso Milton Almeida dos Santos nasceu em Brotas de Macaúba, na Chapada Diamantina, filho de pais professores primários, condição que abreviou a sua ida à escola, foi alfabetizado dentro de casa lendo o que eles sugeriam ler. Diante desta realidade foi apresentado ao francês com oito anos de idade, idioma importante para a sua carreira intelectual, como relata.

[...] então meus pais insistiram muito em que eu lesse francês, me ensinaram a gramática francesa, as boas maneiras, porque naquele tempo era uma boa escola, era um bom caminho para vencer na vida, e toda forma de educação moral e cívica, inclusive, isso, junto com a literatura desde cedo. Hoje, olhando para trás, eu imagino que esse rudimento de português histórico que aponta para o latim, álgebra, tudo isso, tenho a impressão que me ajudou na configuração de que o que seriam as bases de uma cultura geral (Santos, 2004, p. 45).

Provavelmente, Milton Santos, ao ser educado com uma base de formação sólida, capaz de lhe permitir atingir os padrões de vida familiar na sua trajetória profissional, na condição de professores, seus pais entendiam ser a educação o caminho da liberdade e realização. Assim, abordava as expectativas de seus pais em relação ao seu futuro e como o espelho familiar lhe foi importante.

Havia metas, mas não existia na nossa casa ideia de ser o melhor, ser o bom, que hoje é muito frequente. É evidente que a família de minha mãe já era letrada e cultivada. Meu avô era professor, os meus avôs maternos eram professores do Ciclo Operário, que seria depois sindicato, em Salvador. Havia essa tradição, havia os retratos na sala, havia o elogio do avô, do tio que tinha sido seminarista e virou advogado, havia os colegas de meu pai e de minha mãe que frequentavam a casa e havia toda uma ambiência, cuja ausência é um dos problemas hoje dos rapazes e meninas negros (Santos, 2004, p. 45).

A referência do cotidiano familiar será quebrada aos dez anos, quando realizou o exame de admissão, no Instituto Baiano de Ensino, colégio leigo e privado de classe média, onde seu pai havia sido professor, antes de ter sido nomeado professor em Brotas de Macaúba. Além da ruptura do dia a dia familiar, o agora aluno do ginásio, também convive com um novo espaço, saindo da cidade de Alcobaca para Salvador, importante salientar ter essa mudança ocorrida com a idade de 10 anos, no ano de 1936. As condições relatadas são:

Na realidade, vindo para Salvador, fui ser interno no colégio, onde saía de quando em quando para visitar as famílias de meus pais. Meus avôs paternos eram vivos ainda. Ele era agricultor urbano, meeiro de terras na cidade, e ela vendia as verduras, entregava no mercado etc. E do lado do meu avô materno havia uma família bem numerosa, que me acudia em alguns dias, alguns finais de semana, vinham me buscar na escola e me levava de volta no domingo à noite (Santos, 2004, p. 46).

A condição de vida imposta pela condição de interno e sua capacidade intelectual aumentou a sua dedicação aos estudos, rapidamente destacando-se, não havia como se distrair a não ser com os estudos e leituras.

O Instituto Baiano de Ensino era muito rigoroso também. O dono era ao mesmo tempo proprietário, próspero, diretor da escola e educador. A rotina dos internos era: a gente acordava, tomava banho, se vestia, descia para trabalhar um pouco, antes de tomar café, depois do café voltava para aquela grande sala onde tinha que estudar e assistia às aulas do turno da manhã. À tarde, a mesma coisa: assistíamos de novo às mesmas aulas, às vezes com outros professores à tarde. Em doses maciças de português, de história, geografia, ciências (Santos, 2004, p. 46).

O rigor e a disciplina escolar marcaram a sua infância. Foi educado para não gostar de futebol, a não saber nada do candomblé e direcionar seus estudos nas disciplinas escolares apenas. Já aos 13 anos passou, de maneira ocasional, a ministrar aulas de matemática e geografia no Instituto Bahiano de Ensino. O contato com a geografia ocorre através dos professores Oscar Hilário e Osvaldo Imbassahy, que lhe apresentam os Ensaios de Geografia Humana de Josué de Castro. Segundo Milton Santos, o trabalho apresentado era de certa forma uma revisão da geografia francesa, apresentando teorias como possibilismo e o determinismo, e trazia os

fundamentos da geografia humana, explicando a realidade vivida.

Nas aulas que tínhamos no ginásio, eu notava que a história não explicava. Meu professor falava em Cleópatra ou em Ramsés II, mas não havia explicação. Ficávamos deslumbrados com o personagem, com o enredo, enquanto na geografia de Josué de Castro havia uma busca de explicação de como a história ia se fazendo. Seu “Geografia humana” era um livro didático muito bem-feito e que trazia os fundamentos da geografia humana, sobretudo francesa. Vidal de La Blache era muito presente (Santos, 2004, p. 48).

Ao terminar o quinto ano no Instituto Bahiano de Ensino, foi realizar o curso complementar no colégio oficial, o Colégio Central da Bahia, onde era remunerado para dar aulas de Geografia, além de ter alojamento e comida. Concluindo o ginásio como “Bacharel em Ciências e Letras com anel, diploma, quadro na parede, festas, beca” (Santos, 2004, p.48), seu destino era a universidade, sua escolha foi o Direito. Sendo aprovado no vestibular, na Universidade da Bahia, em 1944, para cursar Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais

Existem várias razões. Uma delas é que havia uma lenda misturada com indícios veementes de que a Escola Politécnica não tinha muito gosto em receber negros. Depois eu vi que não era, mas naquele momento me parecia uma perda de tempo. E tinha um tio, Agenor, que era um advogado importante em São Francisco e que me puxava para o estudo jurídico. Havia todo um encantamento pela defesa da liberdade humana, dos direitos pessoais, pela retórica, que era coisa de bacharel também (Santos, 2004, p. 48).

Desde 1947, Milton Santos assume em caráter definitivo a condição de professor de Geografia do Brasil no Instituto Bahiano de Ensino e no ano seguinte no Colégio Sofia Costa Pinto. Após o término do curso de Direito, no ano de 1948, faz concurso para professor de Geografia no Colégio Municipal de Ilhéus. Naquela época, para tal função era necessário fazer um texto, ele apresentou então, o considerado seu primeiro artigo geográfico que tinha o seguinte título “O povoamento da Bahia”, no qual relata a formação do estado da Bahia. A sua justificativa para não exercer a condição de bacharel em Direito e sim professor foi

Eu tinha acabado a faculdade e não queria ser funcionário. E a única forma de não ser funcionário era ser professor, porque, naquele tempo, era diferente e era a maior vergonha para um professor ser considerado um funcionário. Era um opróbrio ser funcionário, não no sentido de diminuição, mas é que quem dava aula tinha outro status. Aí eu fiz esse concurso, com essa coisa “O povoamento da Bahia”, e me relacionei com o povo do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], porque eu era municipalista e as reuniões municipalistas se davam no IBGE (Santos, 2004, p. 49-50).

A partir deste momento, além de exercer o magistério, começa a pesquisar e montar material para o IBGE. Também se tornou colunista do jornal A Tarde de Ilhéus, enveredando-se pelo caminho da política, lançando a sua candidatura a vereador em Salvador. Não foi eleito, este foi seu segundo revés em relação a cargos eletivos, o primeiro, no movimento estudantil, foi relatado pelo professor Pedro de Almeida Vasconcelos, um grande estudioso da obra de Santos.

[...] participou da fundação da Associação dos Estudantes Secundários da Bahia, mas foi vetado a presidi-la, por colegas do Partido Comunista, por sua cor negra: temos aqui um primeiro obstáculo racista a uma carreira política (Vasconcelos, 2020, p. 30).

Milton também conta este momento de sua vida e aponta o forte racismo na visão do Partido Comunista

No meu caso particular, nós criamos na Bahia a Associação Nacional dos Estudantes Secundários, e eu quis ser o presidente, mas fui barrado pelos comunistas Mário Alves, Fernando Santana, e o argumento deles era: “ele não vai poder conversar com os poderosos porque não vão receber esse negro” (Santos, 2004, p.52-53).

A partir destas situações, a vida política pelo caminho eleitoral foi deixada de lado, aumentando assim a sua dedicação à geografia, passando a frequentar os cursos de especialização oferecidos pelo Conselho Nacional de Geografia, no Rio de Janeiro. Em seguida, criou a seção baiana da Associação de Geógrafos Brasileiro (AGB) e o Boletim Baiano de Geografia.

Milton Santos, assim como outros intelectuais nordestinos, tais como Josué de Castro, Anísio Teixeira e Paulo Freire, foi contaminado pela Pedagogia ao assumir e protagonizar em seus escritos, possibilidades inovadoras e transgressoras do fazer pesquisa e atuar na educação, utilizando-a como arma contra a estrutura do saber consolidado.

Em relação a Josué de Castro, Milton Santos aponta ser o trabalho do geógrafo e médico importante e revelador para a sua trajetória inicial na geografia. Além disso, sentia-se referenciado por ambos serem nordestinos e trabalharem com as temáticas regionais de suas origens, abordando as problemáticas do local, descrevendo e apontando possibilidades diferentes das propostas pelo poder público oficial (Santos, 2004).

Assim como Anísio Teixeira, Milton Santos foi de jurista a educador, ambos nordestinos baianos. Enquanto Anísio se destacou desde os anos 1920 na produção

de reformas educacionais em vários estados da federação, Milton Santos se propõe a lutar por um espaço verdadeiramente humano através da educação. Essas abordagens dialogam, por ambos apresentarem propostas insurgentes em relação ao processo do olhar para a educação, sendo o pensamento miltoniano mais diretamente para a sua disciplina, a Geografia, e Anísio Teixeira, por sua luta pela consolidação do sistema público de educação para todos no Brasil.

Paulo Freire faz parte desses nordestinos que deixaram um legado muito importante para a educação brasileira, ao demonstrar em seus escritos ser a educação o caminho para a emancipação de sujeitos, para que transformem sua realidade por meio da reflexão crítica. Estas proposições também fundamentam e se relacionam com o pensamento e produção da corrente da Geografia Crítica, baseada no aporte teórico marxista, o qual Santos se filia.

As similaridades dos intelectuais nordestinos, acima citados, se cruzam nas pontuações epistemológicas, mas também nos entraves que tiveram início com o golpe civil militar ocorrido no ano de 1964, que provocaram as mudanças nas suas trajetórias. No seu Testamento Intelectual (2004), Milton Santos relata as condições e fatos que o levaram à prisão e depois ao exílio. Fernando Conceição (2016), seu biógrafo, explicita bem o motivo da prisão.

Quando em março de 1960, Jânio Quadros, durante sua campanha à Presidência da República, aceita convite de Fidel Castro para visitar Cuba, A Tarde encarrega Milton Santos de fazer parte do grupo de jornalistas que o candidato convida para compor a sua comitiva.

Parece que durante o voo, Jânio, que tinha sido professor antes de ingressar na carreira política, gostou de conversar com Milton. Este, por sua vez, ao regressar publicou uma série de artigos em A Tarde sobre a visita. Embora caloroso e receptivo à causa da revolução que derrubou o poder Fulgêncio Batista, nos artigos o autor demonstrava um certo ceticismo sobre as promessas apregoadas pelo regime castrista.

Eleito e tomado posse a 31 de janeiro de 1961, o presidente Jânio Quadros nomeou Milton Santos como chefe do Sub-Gabinete Civil da Presidência da República na Bahia, ou seja, seu representante de topo no Estado (Conceição, 2016, p. 113).

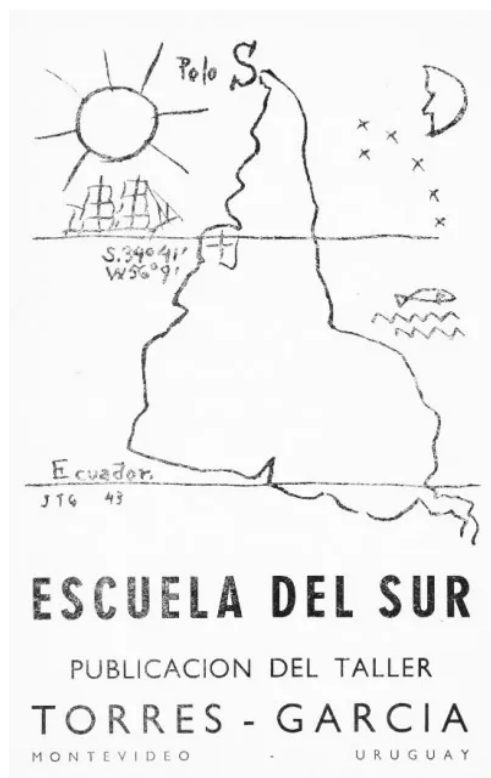
Como jornalista cobriu a visita de Jânio Quadros a Cuba, o que gerou uma aproximação ao presidente, chegando a ser cogitada a sua indicação para ser embaixador em Gana, sendo preterido por Raimundo Souza Dantas. Foi então nomeado subchefe do gabinete civil, representando o Governo Federal na Bahia. Também foi indicado para catedrático da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e ainda havia uma proposta de nomeá-lo embaixador na Suécia, condição não realizada em função da renúncia do presidente.

Durante o governo de João Goulart, viajou a mando do Itamaraty pela África, mantendo contato com líderes do movimento de descolonização africana, trocas de saberes importantes para o entendimento da realidade nos países do terceiro mundo e se nutrir de informações capazes de refletir sobre qual seria o papel da geografia e do geógrafo nos países do Sul Global. Milton Santos mantinha-se ativo, na condição de editor do jornal A Tarde e na universidade, fazendo política. Diante dessa expertise, foi nomeado pelo governador da Bahia, Lomanto Júnior, presidente da Fundação Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE). Com o golpe civil militar que resultou na queda do presidente João Goulart, foi acusado de corrupção pelos militares e de colaborar com os comunistas a partir da estrutura do CPE. Esses fatos o levaram à prisão, ficando cem dias recluso no 19º Batalhão de Caças do Exército na Bahia. Acometido de um acidente vascular cerebral foi liberto e através da mediação de Miguel Calmon e apoiado por geógrafos franceses obteve convite para lecionar na Universidade de Toulouse, na condição de professor visitante, país no qual obteve o seu doutoramento e realizava trocas intelectuais sobre geografia.

Apesar da vida atribulada, entrecortada pelas situações políticas, isso não impediu os avanços do professor e intelectual Milton Santos. Em nossa avaliação, estes aperfeiçoamentos pessoais devem ser retratados dentro da modelagem disciplinar da Geografia. Para tal, escolhemos cartografar/mapear, como uma forma de representar que os caminhos percorridos por Santos pelo mundo, não tem apenas o sentido de identificar seu êxodo forçado e percursos espontâneos, mas reforçar como a relação com os “outros” contribuíram para o conhecimento e amadurecimento desse importante intelectual social e crítico. Por isso, pensando na proposta desta tese, onde buscamos as encruzilhadas do pensamento miltoniano com as produções dos intelectuais críticos que trabalham a perspectiva decolonial, utilizamos, ou melhor, cruzamos duas formas insurgentes de representação cartográfica para apresentar os caminhos percorridos por Milton Santos.

A primeira referência que trazemos é a construção da representação cartográfica apresentada pelo artista, designer, teórico e educador Joaquín Torres Garcia, criador da imagem América Invertida (Figura 1), desenho que é a capa do manifesto A Escola do Sul (1935).

Figura 1 - América Invertida



Fonte: Teoria do Design²².

Tal representação expressa o que a rede Modernidade/Colonialidade conceitua ser a Decolonialidade. Com a sua forma insurgente, traduz a América do Sul.

Uma grande escola de arte deveria ser fundada em nosso país. Digo sem exaltar aqui nosso país. E tenho minhas razões para afirmá-lo. Disse Escola do Sul porque, na realidade, nosso norte é o Sul. Para nós, o norte só existe para contrastar com nosso Sul. Viremos o mapa de cabeça para baixo para ter uma ideia exata de nossa posição, sem nos incomodar com o que pensa o resto do mundo. A ponta da América, a partir de agora, prolongando-se para cima, assinala insistentemente o Sul, o nosso norte. Ao mesmo tempo, nossa bússola aponta implacavelmente para o Sul, para o nosso polo (Torres Garcia, 1935, p.1).

A segunda representação cartográfica utilizada para simbolizar a discussão do modelo decolonial, tem como referência a recente construção do mapa-múndi elaborada pelos técnicos do IBGE.

²² Disponível em: <<https://teoriadodesign.com/america-invertida-o-mapa-de-ponta-cabeca/>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

Figura 2 - Brasil no Centro do Mundo



Fonte: Agência de Notícias IBGE²³.

Neste planisfério, o Brasil é colocado ao centro da representação cartográfica. Publicado pela primeira vez em 15 de abril de 2024 e divulgado em evento na Casa G20²⁴, esse mapa passou a fazer parte do atlas escolar produzido pelo IBGE. O objetivo é possibilitar aos usuários pensarem o mundo a partir da centralidade do país e não do Norte Global, condição importante para o ensino de formas “outras”. Esta modelagem permite questionar, de forma comparativa com mapas anteriores, o eurocentrismo predominante nos materiais pedagógicos que abastecem o ensino básico, evidenciando o Brasil, assim como o mapa de Torres Garcia valoriza a América do Sul. Essas formas sobrepostas, ou seja, Brasil no centro e o mapa-múndi invertido, marcam a opção decolonial na ciência cartográfica, rompendo com uma hierarquia tradicional da modernidade. Melhor dizendo, opta por não legitimar que a parte de cima seja naturalmente um espaço ocupado pelos países

²³ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39793-mapa-mundi-do-ibge-com-o-brasil-no-centro-do-mundo-podera-ser-adquirido-na-loja-virtual-do-instituto>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

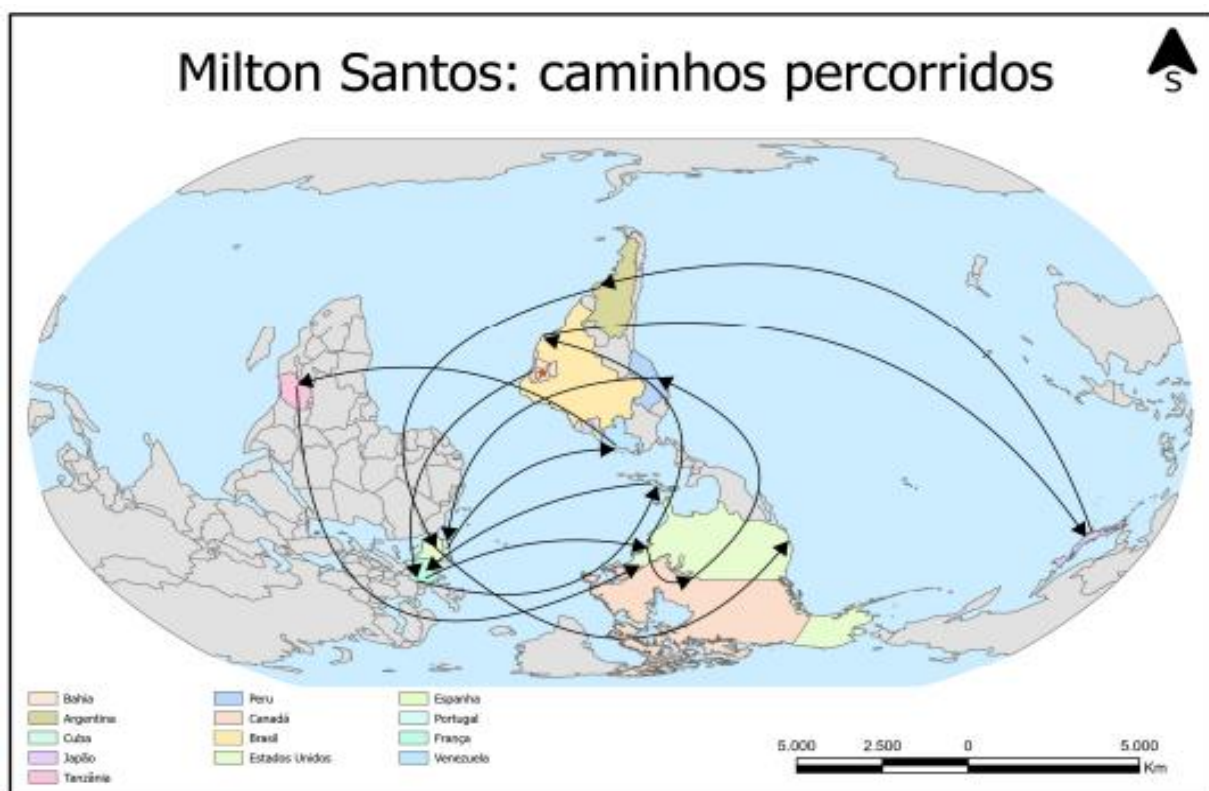
²⁴ Espaço referência onde aconteceram as ações de pré-estruturação para a reunião do chamado G20, grupo das 20 maiores economias do mundo, que aconteceu no mês de novembro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro.

centrais/desenvolvidos (Norte Global), ditos superiores, e que o lugar de baixo é reservado para os países emergentes/periféricos. Em tais representações apresentam-se condições concretas para valorizar o próprio povo e suas histórias.

Seguindo esta linha de representações cartográficas que desafiam a colonialidade e dão sentido histórico às discussões, produzimos um mapa, sobre os caminhos percorridos por Milton Santos. A justificativa desta construção está na epígrafe do livro do autor, já mencionada no início do trabalho, em que ele cita que só pode construir a obra a partir das relações com estudantes e colegas com quem aprendeu no mundo.

Como legenda explicativa do mapa temos um quadro, onde consta as localidades que fazem parte do percurso realizado por Milton Santos, assim como a função exercida e o período em que viveu nas respectivas cidades, estados ou países.

Figura 3 - Milton Santos: caminhos percorridos



Fonte: Produzido pelo autor com a colaboração do professor Rafael Barros do Espaço - Laboratório do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2024.

Quadro 1 - Milton Santos: caminhos percorridos

CIDADE/ESTADO/PAÍS	FUNÇÃO	PERÍODO
Brotas de Macaúba/Bahia/Brasil	Nascimento	1926
Salvador/Bahia/ Brasil	Estudos	1936
Strasbourg/França	Doutorado	1957-1958
Cuba	Jornalista	1961
Toulouse/França	Professor	1964-1967
Bordeaux/França	Professor	1967-1968
Paris/França	Professor	1968-1971
Massachusetts/EUA	Professor	1971-1972
Toronto/Canadá	Professor	1972-1973
Lima/Peru	Professor	1973
Lisboa/Portugal	Professor	1973-1974
Venezuela	Professor	1974
Tanzânia	Professor	1974-1976
Nova Iorque/EUA	Professor	1976-1977
Brasil	Retorno ao Brasil	1977
Tsukuba/Japão	Professor	1982-1983
Buenos Aires/Argentina	Professor	1992
Madrid/Espanha	Professor	1994
Califórnia/EUA	Professor	1997-1998

Fonte: Elaborado pelo Autor.

O mapa também se faz importante para percebermos como o contato com diversas culturas promove um olhar diferenciado e principalmente amplo para as epistemes plurais que ele vai trazer no livro e por isso questionar os saberes tradicionais e quânticos da Geografia. Como citado por Milton Santos, o seu estar no mundo, em particular, a presença na Universidade de Dar-es-Salaam, na Tanzânia; na Universidade Central da Venezuela, na Venezuela; e na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, onde em suas atividades acadêmicas foram intensas, com trocas de conhecimento que, em parte, fundamentam a sua escrita apresentada no “Por Uma Geografia Nova”. É vivendo todas essas experiências cruzadas por inúmeras culturas que podemos dizer que nosso Exu parte para quebrar as referências coloniais na Geografia ao demonstrar caminhos outros.

4 CAPÍTULO III: Do Colonialismo até a Decolonialidade: Referenciando o Exu

Na face dois olhos semiáridos de tanto regar territórios devastados pelo silêncio dos que não dormem porque não comem e dos que vivem em banho-maria.

*Sergio Vaz*²⁵

Em nossos estudos de graduação sobre a questão dos povos colonizados, assim como as marcas proporcionadas pelo contato com os europeus, nem sempre obtivemos por parte dos intelectuais, professoras(es), a preocupação necessária em nos apresentar referências pautadas nos grupos que sofreram a colonização. Nos faltou subsídios que permitiriam outras reflexões além das apresentadas nas obras estrangeiras que nos foram compartilhadas, refiro-me à produção traduzida do inglês e francês em particular. Nos foi apresentada a ideia de colonização e suas consequências, porém, sem problematizar as resultantes do processo em questão a partir das reações dos colonizados.

Seria preciso, antes, estudar como a colonização funciona para descivilizar o colonizador; para brutalizá-lo no sentido apropriado da palavra, degradá-lo, despertá-lo para instintos soterrados, cobiça, violência, ódio racial, relativismo moral (Césaire, 2020, p.17).

As informações dialogadas dentro do espaço acadêmico, associada a nossa trajetória profissional e com a maturidade intelectual, percebemos que a formação no ensino superior deixou lacunas, que ainda buscamos minimizar. Na condição de humanos, produzimos, organizamos, consumimos e armazenamos conhecimentos, devemos estar atentos que ao enxergar o passado com os olhos do presente, condição que somos capazes de fazer, é necessário refletir as condições históricas. Neste sentido, destacamos um ditado lorubá: “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”. Essa ação por si só não descortina as nossas realidades, serve para caminarmos em busca do olhar aguçado sobre o mundo em que vivemos, devemos interrogar o passado a partir das questões que nos movem e afetam ao

²⁵VAZ, Sérgio. *Miltongrafia*. Instagram, 9 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DCJvjxLJNul/?igsh=MXh6d21pNmp4NGdwNA==>>. Acesso em: 9 nov.2024.

longo do tempo presente. Tematizar, problematizar e identificar preconceitos, intolerâncias, autoritarismos, racismo, machismo, assim como outros custos sociais impostos pelo processo dito civilizatório.

Como nos aponta Walter Mignolo (2008, p. 305): “precisamos desatar o nó, aprender a desaprender, e aprender a reaprender a cada passo”. Essa citação é capaz de demonstrar nosso movimento, após encontro realizado no bairro de Anchieta no final de 2018, promovido pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas Movimentos Sociais e Culturas (GPMC) e o Conjuntura Nacional e Luta contra o Racismo, vinculados à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), ambos atuantes na linha 3, Educação Étnico Racial e de Gênero: Linguagens e Estudos Afrodiaspóricos, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC).

Para esta linha convergem estudos, pesquisas e temáticas localizadas nos campos da Educação das Relações Étnico-Raciais tensionadas pelas suas relações com o Estado, com os Movimentos Sociais Negros e Indígenas, considerando as Desigualdades Étnicas, Culturais, de Classe, de Raça e de Gênero, com a educação sendo percebida como uma das múltiplas dimensões da realidade social impactada pela ação entre estrutura e atores sociais em uma perspectiva histórica mais ampla. Afro-Brasileiros, indígenas, cidadania, identidades de gênero-raciais e diaspóricas, políticas de ações afirmativas, educação quilombola, religiosidades afro-indígenas, culturas, literaturas negras, memórias, cultura digital, mídias e suas linguagens constituem-se como eixos analíticos relevantes dessa linha de pesquisa.

Durante três dias de trabalhos, temas como colonialismo, colonialidade, decolonialidade e pensamentos outros apontaram diferentes maneiras de fazer pesquisas sulearam os diálogos. Saímos do encontro com múltiplas interrogações e inquietações. Neste encontro, adquirimos o livro do professor Luiz Fernandes de Oliveira, “Educação e Militância Decolonial” (2018), e a partir dessa aquisição inicia-se a nossa aproximação aos estudos sobre Modernidade/Colonialidade, pensamento que faz parte da elaboração desta tese.

Assim, o colonialismo é mais do que uma imposição política, militar, jurídica e administrativa. Este, na forma da colonialidade, chega às raízes mais profundas e sobrevive ainda, apesar da descolonização ou emancipação das colônias latino-americanas, asiáticas e africanas nos séculos XIX e XX. O que estes autores nos mostram é que, apesar do fim dos colonialismos modernos, a colonialidade sobrevive (Oliveira, 2018, p. 46).

Oliveira (2018) demonstra como os teóricos da rede Modernidade/Colonialidade abordam a temática que é cara para suas argumentações epistêmicas. Apesar da leitura do referido autor contribuir para a aproximação do entendimento do coletivo latino-americano, continuamos a buscar um aprofundamento em relação à colonialidade e seus desdobramentos, estabelecendo um diálogo a partir dos estudos Pós-Coloniais²⁶, dos Estudos Subalternos²⁷ e chegando à rede Modernidade/Colonialidade, construindo assim uma linha de raciocínio sobre colonialismo, colonialidade, modernidade e decolonialidade.

Diante deste caminho a ser percorrido, entendemos como importante a argumentação Mota Neto (2016):

Cabe, no entanto, ressaltar, mais uma vez, que não se deve utilizar o conceito de decolonialidade para se referir apenas às ideias daqueles que desenvolveram o termo. Mais importante que o nome é a concepção política, ética e epistemológica que lhe é subjacente, concepção, aliás, que tem sido tecida desde a origem do processo colonizador na América Latina, por muitas mãos, no interior de uma plêiade de movimentos de resistência, em diversas perspectivas teóricas e filosóficas, o que justifica a ideia de que a decolonialidade tenha recebido diferentes nomes e originado distintos conceitos em sua história de pelo menos cinco séculos (Mota Neto, 2016, p. 43).

A partir da opção tomada, caminhamos no entendimento sobre o colonialismo e as suas marcas edificadas na relação entre metrópole x colônia, condição que foi sendo constituída a partir do processo expansionista europeu pelos mares, tendo como marco o século XV, diante da formação dos impérios coloniais. O conceito em questão, colonialismo, tem a sua construção e representatividade dentro do limite espaço e tempo em que a relação acontece.

A ação colonial foi deixando marcas e amarras ao longo da sua existência, entre os séculos XV e XIX, como nos aponta Aníbal Quijano (2005) no seu artigo Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina.

A produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou ao nosso conhecimento. Este é um dado conhecido por todos, obviamente. Mas raras vezes, se alguma, pode ser encontrado como elemento ativo na formulação das perspectivas que

²⁶ O pensamento pós-colonial possui vários caminhos de reflexão, que tem como campo de estudo críticas aos alicerces tradicionais da colonização. Tais estudos constroem epistemologias que tem como base as relações de poder e os impactos em áreas sociais como raça, gênero e orientação sexual.

²⁷ Estudos Subalternos são análises críticas que se iniciaram com desconstrução da historiografia colonial da Índia feita pelos ocidentais e provocaram mudanças na visão da historiografia eurocêntrica em vários países colonizados.

concorrem ou confluem no debate latino-americano pela produção de nosso próprio sentido histórico. E suspeito que agora mesmo seria um inapreensível argumento, se não estivesse presente o atual movimento dos chamados “indígenas” e não estivesse começando a emergir o novo movimento “afro-latino-americano”. Como nesta ocasião não seria pertinente ir mais longe, nem mais fundo, sobre essa questão específica, permitam-me apenas recordar que se trata, primeiro, da desintegração dos padrões de poder e de civilização de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie. Segundo, do extermínio físico, em pouco mais de três décadas, as primeiras do século XVI, de mais da metade da população dessas sociedades, cujo total imediatamente antes de sua destruição é estimado em mais de cem milhões de pessoas. Terceiro, da eliminação deliberada de muitos dos mais importantes produtores, não só portadores, daquelas experiências, seus dirigentes, seus intelectuais, seus engenheiros, seus cientistas, seus artistas. Quarto, da continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, durante os séculos seguintes, até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes, isto é, até o desaparecimento de todo padrão livre e autônomo de objetivação de ideias, de imagens, de símbolos. Em outros termos, de símbolos, de alfabeto, de escritura, de artes visuais, sonoras e audiovisuais (Quijano, 2005, p. 16).

O entendimento do colonialismo, nos leva à compreensão do processo histórico de formação das colônias pelo mundo, e como as metrópoles possuidoras de poder econômico e militar foram organizando a dominação e a expropriação de nações e territórios que não lhe pertenciam. Como nos escritos de Albert Memmi (2007), no “Retrato do colonizado precedido pelo colonizador”; Aimé Césaire (2020), no seu “Discurso sobre o colonialismo” e Franz Fanon (2008/2015), em “Pele negra, máscara branca ” e “Os Condenados da Terra”, desenvolvem seus estudos apresentando os impactos e como a relação colonialista foi se constituindo no imaginário, psicológico e na realidade socioeconômica do colonizado.

Os movimentos de independência nas Américas, liderados por uma elite crioula, formada pelos descendentes aqui nascidos, que buscava construir os seus domínios sem o jugo dos espanhóis vindos da colônia e as insurgências na África e na Ásia, demarcam uma nova realidade na luta pelo fim do colonialismo. As emancipações políticas são a liberdade, o direito a realizar novos voos, sendo os mesmos influenciados e controlados pela herança chamada colonialidade, fazendo a ponte entre o passado, o presente e o futuro, proporcionando uma relação de poder e vínculo entre colonizador e o ex-colonizado, diante da perspectiva da modernidade eurocêntrica.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial-étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América.

Com a constituição da América (Latina), no mesmo momento e no mesmo movimento histórico, o emergente poder capitalista torna-se mundial, os seus centros hegemônicos localizam-se nas zonas situadas sobre o Atlântico – que depois se identificaram como Europa – e como eixos centrais do seu novo padrão de denominação estabelecem-se também a colonialidade e a modernidade. Em pouco tempo, com a América Latina, o capitalismo torna-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e modernidade instalam-se associadas como eixos constitutivos do seu específico padrão de poder até hoje (Quijano, 2010, p.73-74).

A partir do que analisamos acima, vem a questão: os movimentos de independência reverberados nos processos de descolonização seriam por si só capazes de virar uma chave histórica, em relação às imposições culturais europeias, advindas da expansão marítima colonial? A resposta é que não conseguiram apagar a marca da presença do colonizador, como demonstrado em Quijano (2010). Na busca por apresentar novas formas de interpretar o mundo presente, resultante do passado colonial, intelectuais insurgentes entendem a centralidade das suas produções para, não só dar uma nova interpretação da história de caráter eurocêntrico, como também apresentar o olhar dos que vivem na sombra.

O impacto dos estudos decoloniais nos levou a repensar o que estudamos e praticamos enquanto professor de Geografia. Essas análises fortaleceram o que entendemos ser a concepção dos pensadores pós-coloniais, dos estudos subalternos e dos decoloniais, passando a incluir Milton Santos como um dos precursores destas proposições e dessa maneira tratá-lo como uma referência no embate com a colonialidade. Santos não está na disputa pela hegemonia do conhecimento, mas demonstra a força e a importância das nossas epistemes, dos que viveram e vivem na sombra e sob o véu impostos pela relação não consensual entre colônia e metrópole, subdesenvolvido e desenvolvido, periferia e centro, tencionando e construindo nossos olhares, grafia e sobre o que somos nesse mundo.

Mignolo (2007) já demonstra a importância das insurgências dos pensadores e ativistas para a existência do pensamento decolonial, afirmando ser esta forma de olhar e agir ser fruto das ações de Amílcar Cabral, Aimé Césaire e Franz Fanon, dentre outros. Novas armadilhas surgem, não bastava sair das mãos de um império na condição de colônia, em função de outras subordinações construídas pelo capitalismo estão em curso.

Repensemos, desde el punto al que acabamos de llegar en la argumentación, la interpretación a la que fueron reducidas las Independencias descolonizadoras. Se interpretaron como procesos de liberación imperial: en el siglo XIX, Inglaterra y Francia apoyaron la descolonización de las colonias de España y Portugal; en el siglo XX, Estados Unidos apoyó la

descolonización de las colonias de Francia e Inglaterra. En realidad fueron liberadas de un imperio para caer en manos de otro en nombre de la libertad. La posibilidad del pensamiento decolonial fue silenciada por las interpretaciones oficiales. Las denuncias de Amílcar Cabral, de Aimé Césaire y de Frantz Fanon fueron admiradas para ser descalificadas, como se celebraron los logros de Patrice Lumumba después de cortarle el cuerpo en pedazos (Mignolo, 2007, p. 32).

Apesar da pouca importância dada pela produção da intelectualidade das ciências sociais europeia, mais preocupada na construção da sua visão de modernidade, em relação ao movimento de emancipação realizado a partir do movimento dos colonizados. Devemos compreender ter sido a dinâmica que resultou no processo de descolonização política, uma possibilidade de abertura para a ação de descolonização do saber e do ser, sendo capaz de descortinar a invisibilidade da colonialidade que foi se constituindo apesar da autonomia conquistada, porém, a condição imposta e reproduzida nas ex-colônias, manteve o sistema de subordinação constituído desde o processo da expansão marítima. As lideranças locais reproduzem a relação de poder imposta pelos europeus, neutralizando a energia insurgente responsável pela mudança na estrutura do poder.

A linha de modernidade dentro de padrões universais e georreferenciadas nos moldes europeus brancos interferiram e frearam a autonomia que estava em curso, assim como bloquearam a possibilidade de novos olhares para situações silenciadas em função da opressão do colonizador, o mundo dos descolonizados estava preso na armadilha do colonizador. Como nos aponta Fanon (2015) em sua obra “Os Condenados da Terra”.

Para assimilar a cultura do opressor e nela aventurar-se, o colonizador teve de apresentar garantias. Entre outras coisas, teve de fazer suas as formas de pensamento da burguesia colonial. Isso pode ser constatado na inaptidão do intelectual colonizado para dialogar, pois ele não se sabe essencial diante do objeto ou da ideia (Fanon, 2015, p. 66).

Diante da realidade apresentada com a descolonização, Fanon (2015) descreve como o sistema colonial cria a sua reprodução apesar da mudança política estabelecida.

A violência que presidiu ao arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, demoliu sem restrições os sistemas de referências da economia, os modos de aparência, de indumentária, serão reivindicadas e assumidas pelo colonizado no momento em que, decidindo ser a história em atos, a massa colonial irromperá nas cidades proibidas. Explodir o mundo colonial é doravante uma imagem de ação muito clara, muito compreensível e que pode ser retomada por cada um dos indivíduos que constituem o povo colonizado. Desmantelar o mundo colonial não significa que depois da abolição das fronteiras, serão

construídas vias de passagem entre as duas zonas. Destruir o mundo colonial é, nem mais profundo do solo ou expulsá-la do território (Fanon, 2015, p. 57).

O legado do colonialismo ficou nas entranhas do colonizado, não apenas nas elites que se constituem diante de um novo cenário político, onde a autonomia foi conquistada. As mudanças foram fruto de lutas coletivas, mas, a partir do momento em que os levantes contra o elemento considerado pela coletividade como seu opressor são vitoriosos, as questões internas, tais como o domínio do poder e quem passa a exercê-lo, são feitas dentro de uma perspectiva similar a do colonizador.

A busca de uma reconstrução da identidade nacional, fica marcada não pelo dar vida e voz ao que foi silenciado, porém apontar para o futuro dentro de padrões eurocêntricos. Afinal a modernidade é a lenda encantada, esse será um caminho onde a colonialidade, segundo Mignolo (2017), seria o lado mais escuro da modernidade ocidental, referindo-se à ideia de que com o término do colonialismo, o domínio se estabelece com essa denominação, a relação colonial permanece nos saberes e no modo de vida da ex-colônia.

Os movimentos emancipatórios, frutos do entendimento da relação eurocêntrica e desigual, foram de grande relevância na linha dos insurgentes ocorridos ao longo do século XX, mesmo assim são tratados como secundários diante da história contada a partir do poder da Europa, por isso míope ao levante político dos povos subalternizados. Os intelectuais de relevância internacional de descendência europeia dedicam-se pouco ao processo e aos desdobramentos da descolonização, ficam cegos como a modernidade evolutiva europeia é destruidora, até para o seu continente onde guerras ocorreram.

No parágrafo anterior utilizo o conceito de subalternidade, esse termo adquire representatividade como contraposição ao termo marginal, denominação usual ao se referir a grupos que não possuem representatividade ou voz. A proposta em dialogar sobre a condição de subalternidade emerge na Índia, com Gavatry Spivak (2010) em seu artigo “Pode o subalterno falar”, a referida autora coloca em questão a posição de intelectuais que não dão voz aos outros, porém, gostam de falar por, ou seja, falar pelo outro, reproduzindo assim o comportamento silenciador do colonizador. Spivak vem do grupo de Estudos Subalternos que emergiu nos anos 1980, liderado por Ranajit Guha que subvertia os estudos historiográficos, dando enfoque ao ponto de vista dos colonizados e de temas de interesse dos exilados, excluídos, oprimidos contra a visão colonialista e elitista da sociedade.

Algumas das críticas mais radicais produzidas pelo Ocidente hoje são o resultado de um desejo interessado em manter o sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como Sujeito. [...] Embora a história da Europa como Sujeito seja narrada pela lei, pela economia política e pela ideologia do Ocidente, esse Sujeito oculto alega não ter “nenhuma determinação geopolítica”. Assim a tão difundida crítica ao sujeito soberano realmente inaugura um Sujeito (Spivak, 2010, p. 25).

Esses estudos, apesar da crítica às epistemologias coloniais, se originam de um diálogo com os pensadores marxistas Antônio Gramsci, Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm na perspectiva de um olhar dos “de baixo”. Sendo assim, aproximam-se dos temas da vida cotidiana daqueles que não estão no poder, suas lógicas culturais, de maneira a compreender e dar voz para outros sujeitos.

Com a mesma proposta na década de 1990 surge o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos (GLAES), criado por intelectuais que se colocavam no espectro da esquerda política, John Beverley, Robert Carr, José Rabasa, Javier Sanjinés e Ileana Rodrigues. Era um momento em que vários países passavam por uma mudança geopolítica após as ditaduras que impactaram a América Latina. Esse grupo se lança a partir de um “Manifesto Inaugural” (1993), porém, o grupo se desagregou e entre os motivos foram as críticas tanto internas quanto externas indicando que o grupo estava mais para uma proposta pós-moderna, crítica eurocêntrica do eurocentrismo.

Entender essa busca por “epistemologias outras” segue pela América Latina de maneira a evidenciar que continua propagando o pensamento colonial nas formas dominantes de poder. Esta ideia de Colonialidade do Poder, segundo Aníbal Quijano (2005), se funda na classificação de raça que legitimou a dominação europeia onde o homem europeu é superior com uma estrutura racial superior e por isso universal. Tal proposição nega e inviabiliza o conhecimento produzido nos países que passaram pela colonização. O processo que se instaura é a desumanização de negros, indígenas, mulheres, mestiços, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binários (LGBTQIAPN+) e de todas as pessoas e espaços que não estão dentro do padrão da colonialidade.

É assim que alguns membros do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos (GLAES) junto com outros pesquisadores criam a rede Modernidade/Colonialidade.

A diversidade de formações e nacionalidades perfaz a primeira composição do grupo Modernidade/Colonialidade, composto inicialmente, além de Mignolo, por Edgardo Lander (venezuelano), Arturo Escobar (colombiano),

Enrique Dussel (argentino), Fernando Coronil (venezuelano), Immanuel Wallerstein (estadunidense) e Aníbal Quijano (peruano). Edgardo Lander organiza a principal coletânea publicada por membros do grupo, de título *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, lançada em 2000 na cidade de Buenos Aires e em português pela CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, em 2005 (Aguilar, 2016, p. 283).

A ideia de um caminho epistemológico que fosse voz e crítica aos padrões, conceitos dos povos subalternizados se torna uma perspectiva de resistência conceitual chamada Decolonialidade. Isso nos leva a pensar que a rede Modernidade/Colonialidade não produziu a ideia de decolonialidade e sim denominou o conceito decolonial, a partir de vários atravessamentos constituídos por pensadores como Milton Santos. É de entendimento que, como todo conceito, ele foi elaborado ao longo do tempo histórico, marcado por insurgências e pela busca dos povos e movimentos sociais para se anunciarem, evidenciarem e se constituírem em seu espaço²⁸, o que Milton Santos denomina de “território usado”²⁹.

Aprendemos com o pensamento de Milton Santos, cujas reflexões nos parecem críticas e construtivistas, por demonstrar que a realidade objetiva ofusca os traços de uma realidade outra e mais profunda. Sendo assim, sua produção intelectual coaduna com a construção epistêmica decolonial, que se propõe a ser um novo paradigma de renovação dentro de uma perspectiva crítica das ciências humanas na América Latina.

²⁸ O espaço para Santos (1978, p.110) “é o resultado de um compromisso entre um tempo externo representado pelas variáveis impostas de fora e um tempo interno representado pelas variáveis já localmente amalgamadas”.

²⁹ O território usado é aquele utilizado por uma dada população, aquela que cuja sociedade local rege as manifestações da vida social (Santos, 2000).

5 CAPÍTULO IV: Por uma Geografia Nova: Uma Escrita Decolonial, Do Colonialismo para uma outra Geografia

Ao leste do peito solo de mil sonhos o professor e topógrafo do sentimento, colocou no mapa o estado da utopia.

Sergio Vaz³⁰

Iniciamos esse capítulo com uma pista da proposta de Milton Santos ao escrever uma das mais importantes obras da geografia crítica brasileira e mundial – “Por uma Geografia nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica”,

Cada vez que as condições gerais de realização da vida sobre a terra se modificam, ou a interpretação de fatos particulares concernentes à existência do homem e das coisas conhece evolução importante, todas as disciplinas científicas ficam obrigadas a realinhar-se para poder exprimir, em termos de presente e não mais de passado, aquela parcela de realidade total que lhes cabe explicar (Santos, 2021, p. 18).

Como já citamos na Introdução, a obra foi publicada pela primeira vez no ano de 1978, logo após o seu retorno do exílio ao Brasil, no ano de 1977 e foi apresentada ao público da Geografia no 3º Encontro Nacional de Geógrafos, organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)³¹, em Fortaleza, mesmo ano de sua edição em português³². O encontro, anteriormente citado, foi marcado pelo fortalecimento da corrente da Geografia Crítica no Brasil em um momento de “grande ebulição” (Moreira, 2021, p. 24).

Importante ressaltar que o livro, assim como seu conteúdo, chega ao leitor da Geografia no Brasil dentro de uma situação de insatisfações, assim como o seu autor, que insatisfeito, retornou ao país no ano de 1977, dentro de um panorama político complexo, onde estava estabelecido o regime militar, e parte da população nutria e exterioriza anseios pelo fim do regime autoritário. Do ponto de vista econômico, também em curso, as crises do petróleo marcavam a sociedade brasileira com profundo impacto econômico-social. Diante disso, o momento interfere no debate da Geografia, apontando a busca por um pensamento geográfico socialmente mais

³⁰VAZ, Sérgio. *Miltongrafia*. Instagram, 9 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DCJvjxLJNul/?igsh=MXh6d21pNmp4NGdwNA==>>. Acesso em: 9 nov.2024.

³¹ Associação dos Geógrafos Brasileiros, fundada em 1932.

³² “O livro, que foi posteriormente traduzido em francês e espanhol, deveria ser o primeiro volume de uma série de cinco livros e tornou-se um marco da geografia brasileira, revolucionando a disciplina estabelecida” (Vasconcelos, 2004, p. 141).

comprometido e politicamente engajado, desequilibrando as duas linhas do pensamento geográfico dominante: a tradicional/clássica/moderna e a quantitativa/científica.

Como aponta nos agradecimentos do livro, a sua escrita foi construída em grande parte pelos aprendizados nas salas de aula das universidades que trabalhou durante o exílio.

As discussões que mantive entre 1974 e 1977 com meus alunos da Universidade de Dar-es-Salaam, na Tanzânia, da Universidade Central da Venezuela, em Caracas, e da Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque, muito contribuíram para o amadurecimento da maior parte das ideias aqui expostas (Santos, 2021, p. 9).

Ao adquirir conhecimentos e experiências múltiplas, consolidados por tornar-se um cidadão do mundo, seja em função de questões políticas, quando esteve próximo aos presidentes Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, ou pelos estudos, quando realizou o seu doutoramento na França, encaminhou o geógrafo para a atividade de professor em várias universidades pelo mundo, durante seu desterro provocado pela ditadura de 1964, que o levou a ampliar sua criticidade com as histórias e vivências locais.

Tais informações nos levam a entender que o pensamento miltoniano converge com outro grande pensador brasileiro que fez da sua obra uma fonte para a orientação crítica e humanista, no ato de agir a serviço da transformação social, por uma sociedade justa para todos, Paulo Freire. Trazendo como referência uma citação do seu livro pós-morte, “Pedagogia da Tolerância” (2013), uma coletânea de textos reunidos por sua companheira Ana Maria Araújo Freire, que bem define o olhar apurado para as necessidades educadoras que servem também para Milton Santos.

Assumir essa responsabilidade é um trabalho político assim como todo ato pedagógico, pois o educador é, por si mesmo, um político, uma vez que assume a responsabilidade de decidir, delimitar, executar, acordar ou discordar diante de um contexto no qual as possibilidades não são ilimitadas (Freire, 2013, p. 121).

Estas palavras que fazem a confluência entre esses autores insurgentes em suas propostas, nos leva de volta à obra acima citada de Milton Santos. “Por uma Geografia nova” é assim composta: Introdução, a primeira parte: a crítica da Geografia; segunda parte: geografia, sociedade, espaço; terceira parte: por uma Geografia Crítica e a conclusão.

Reafirmamos que a escolha deste livro para representar o pensamento

miltoniano renovador ocorreu em virtude da problematização apontada na sua elaboração, onde o autor busca demonstrar as amarras que dificultaram o caminho de uma geografia voltada para investigar, buscar possibilidades e trajetórias das questões sociais. Neste sentido, a obra traz, enquanto proposta, um revisitar as estruturas e concepções tradicionais da Geografia, e se propõe a indicar novos caminhos no fazer geográfico. Para isso, foram utilizadas as categorias geográficas, tais como: forma, função, estrutura, processos e totalidade, elencada como importantes para uma análise geográfica do espaço, na busca da compreensão do espaço em sua totalidade social. O que Milton Santos objetiva, dentro do contexto de sua produção, é questionar, revendo o comportamento da produção da Geografia e apontar caminhos para uma renovação do fazer geográfico, como está escrito no subtítulo do seu trabalho, “Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica”.

Importante destacar que neste trabalho, Milton Santos estabelece caminhos outros para a Geografia, não seguindo os paradigmas pensados pelos intelectuais do Norte Global, que os decoloniais chamam de mundo moderno-colonial. Ele rompe com o caminho das adaptações das teorias elaboradas e conhecidas. Na sua longa trajetória, experiência e conhecimento intelectual e produção, demonstram ser questionável a adaptação das teorias clássicas/modernas da Geografia aos estudos relacionados à realidade do espaço geográfico, demonstra ser essas propostas viúvas do espaço e propõe uma análise mais criteriosa do espaço geográfico, objeto segundo o autor central no pensar geográfico.

Nesta obra em evidência, o autor aborda as barreiras que impedem a trajetória da geografia para a problemática social de maneira mais categórica e profunda. Milton Santos elabora uma revisão crítica da evolução da geografia e propõe uma geografia nova na forma de pensar e fazer geografia na contemporaneidade. Importante ressaltar o marco deixado por este livro ao tensionar os padrões da chamada Geografia Moderna ou Tradicional e propor o que na visão de Milton Santos o que deveria ser a Geografia, na realidade explicitada no título do trabalho – Por uma Geografia nova. Neste sentido, o autor buscou construir categorias de análises que superem a mera importação de teorias formuladas nos países centrais. Como destaca Antonio Carlos Robert de Moraes (2013), esta obra constitui uma epistemologia que parte de outro entendimento da Geografia.

Em termos de obras propositivas, as publicações de maior densidade são, no meu entendimento, *O espaço dividido*, *Por uma geografia nova* e *A natureza do espaço*, que sintetizam teorizações completas do ponto de vista epistemológico. É importante assinalar que são poucas as obras em geografia que lograram chegar a esse patamar, e que podem – nesse sentido – ser legitimamente qualificadas como teóricas. Em suma, Milton Santos claramente desenvolve uma teoria da geografia, com explicitação de seus supostos lógicos e com a justificativa de seus analíticos (Moraes, 2013, p. 12).

Pela abordagem realizada por Moraes (2013), Milton Santos consolida o seu talento, ao desenvolver uma teoria da geografia, neste sentido, conquistando assim o reconhecimento de seus pares em relação ao produto final que é o livro.

Na Introdução, Milton Santos apontava a necessidade de correr risco ao desenvolver o seu trabalho enquanto geógrafo e propor uma renovação da Geografia, mesmo assim vai adiante por acreditar que era o momento.

A tarefa da renovação da ciência sempre equivale à tarefa de renovação das formas de pensar da sociedade e isso, em nossos dias, é talvez ainda mais válido do que no tempo de Galileu. Qualquer tentativa de renovar uma ciência para que ela se adapte ao real vai encontrar um enorme acervo de obstáculos. Tais obstáculos são seguramente mais difíceis de transpor quando partem da própria profissão. De um lado, sua origem traz o selo do saber oficial, que funciona como um aval tanto mais poderoso quanto o erro é mais prolongado. De outro, há o risco de ferir suscetibilidades entre companheiros. Na verdade, não basta dizer como Robert Lynd que é um tempo crítico para as ciências sociais, não é um tempo para cortesias (Santos, 2021, p. 24).

Nesta busca, como já abordado anteriormente, Milton Santos exterioriza a relevância dos diálogos realizados com seus alunos na Tanzânia, Venezuela e nos EUA ao longo da década de 1970 para sedimentar o caminho que leva ao livro. A construção de uma forma crítica do pensar da obra, foi produzida em um período de grandes efervescências no mundo, tais como as disputas ideológicas envolvendo o socialismo e o capitalismo dentro do contexto da Guerra Fria; as contestações aos regimes militares estabelecidos na América Latina; a busca de aproximar o marxismo ao catolicismo da Filosofia e da Teologia da Libertação; a virada crítica dentro da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), com os debates sobre a Teoria da Dependência e o subdesenvolvimento dos países. Tais discussões atravessaram e se consolidaram no pensamento de Milton Santos a partir da conferência “Dependência externa e problemas de desenvolvimento na América Latina e Caribe”, evento ocorrido na Universidade de Toronto, que contou com a participação de vários intelectuais latino-americanos como Aníbal Quijano, Octávio Ianni e Ruy Mauro Marini. As palestras do evento eram acompanhadas por um

comentador, Milton foi o comentador de Marini e sua palestra intitulada “Subimperialismo Brasileiro na América Latina” (Machado, 2017, p. 185). A temática sobre o subimperialismo e a dependência dos países subdesenvolvidos frente aos processos de modernização capitalista acalorou os debates no ano de 1972 e marcou também um dos caminhos trilhados para a elaboração do livro “Por Uma Geografia Nova”.

Diante da nossa exposição, podemos realizar um cruzo com Luiz Fernandes de Oliveira (2021), ao definir o conceito de Pedagogias Decoloniais.

Pedagogias decoloniais é um conceito que vem ganhando força no Brasil nos últimos dez anos, por sua relevância política e pedagógica. Como descrito rapidamente no início da introdução, uma rede de pesquisadores latino-americanos inicia no final do século XX a divulgação de formulações até então desconhecidas, em diálogo com os estudos subalternos indianos, os estudos culturais britânicos, com as produções dos intelectuais negros diaspóricos, que fazem a crítica ao eurocentrismo repercutida na maioria das produções acadêmicas ocidentais, fazendo assim o combate epistêmico e político do ponto de vista dos sujeitos colonizados pela modernidade (Oliveira, 2021, p. 15).

Assim como os intelectuais da rede Modernidade/Colonialidade, Milton Santos demarca um espaço epistemológico inovador, na condição de um homem negro do Sul Global ao propor uma teoria para a Geografia, como destacado anteriormente por Moraes (2013), tencionando a hegemonia do saber centrado na produção do norte global. Suas proposições causam um profundo debate na Geografia brasileira, ao colocar em questão no país os seguidores da proposta da New Geography e da Geografia Quantitativa.

A proposta miltoniana nesta obra, está sintonizada com a preocupação da secundarização da relevância dos movimentos sociais nas formulações da Geografia após a Segunda Guerra Mundial, negligenciadas pelos que produziam a Geografia tendo como referência a New Geography e a quantificação reinante, condição que deixou de lado as preocupações com espaço das sociedades e suas dinâmicas. O espaço geográfico é estudado sem que as interações processuais: homem, produção e o tempo fossem objetos de estudos mais minuciosos, ou seja, a dinâmica do espaço geográfico foi ignorada.

Apesar da potencialidade do seu trabalho, Milton Santos em seu Testamento Intelectual (2004), ao dedicar algumas reflexões sobre o “Por Uma Geografia Nova”, se mostra descontente em relação à visibilidade do livro entre seus pares europeus.

Relendo, recentemente, *Por Uma Geografia Nova*, vejo, nele, claramente, em primeiro lugar, o debate que não pude ter cabalmente na França, com a geografia e os geógrafos franceses. Isso explica o pequeno número de comentários recebido pelo livro. Nem mesmo a revista *Hérodote*, liderada pelo amigo Yves Lacoste, e que havia ajudado a fundar, dignou-se favorecer-me com um debate. Este fui encontrar no grupo constituído ao redor de *Espace-Temps*. A revista *Espace Geographique*, nascida para abrigar discussões inéditas, também não me reservou acolhida (Santos, 2004, p. 132).

A fala de Milton Santos demonstra como a academia europeia se faz resistente às críticas daqueles que não são do Norte Global e percebemos que seu trabalho foi subvalorizado porque foi publicado primeiramente no mercado brasileiro. Apesar da mágoa, nada o impediu de continuar na sua escrita e proposição sobre o fazer geográfico na busca por produzir uma epistemologia sem ficar preso aos cânones impostos pela produção eurocêntrica. Neste sentido, caminhar independente é um exemplo a ser seguido, como propõe Frantz Fanon: “Vamos, camaradas. Desde já, é melhor decidir virar a página. É preciso sair da grande noite em que fomos mergulhados. O novo dia que já se levanta deve encontrar-nos firmes, prudentes e resolutos” (Fanon, 2015, p. 361).

Entendemos um encontro entre a reflexão de Fanon com o pensar/fazer de Milton Santos, por nos permitir compreender a visão turva dos seus pares e de alguns intelectuais parceiros europeus causar descontentamento, porém, sem gerar imobilidade intelectual, condição reconhecida pelo legado deixado para Geografia e para o pensamento social crítico com os seus escritos. Podemos entender Santos pela escrita de Fanon em “*Os Condenados da Terra*” (2015), existem os caminhos de resistência a serem trilhados.

Da condição humana, os projetos do homem, a colaboração entre os homens para as tarefas que aumentam a totalidade do homem são problemas novos, que exigem verdadeiras invenções.
Decidamos não imitar a Europa e orientemos os nossos cérebros e músculos para uma direção nova. Tentemos inventar o homem total que a Europa foi incapaz de fazer triunfar (Fanon, 2015, p. 362-363).

Ambos os pensadores, Milton Santos e Franz Fanon são referências do pensamento insurgente dos de baixo, povos do terceiro mundo/subalternizados, se constituem no quadro de orientação quando pensamos na autonomia epistêmica, na produção intelectual para além do que é produzido, e imposto aos territorializados do Sul Global. Diante dessa concepção, o geógrafo brasileiro busca construir novos caminhos, ou melhor, caminhos outros para a Geografia, não realizando a crítica pela crítica, mas propondo-se a inverter a cartografia epistêmica do seu pensamento.

A grandiosidade deste seu trabalho encontra-se no olhar diferenciado sobre os objetivos e caminhos da disciplina suleadora dos seus estudos e aplicações, arquitetando seu edifício epistemológico a partir de questionamentos até estabelecer propostas para o seu futuro. Retomo a ideia do contexto da obra publicada primeiramente no Brasil, causando debates calorosos, vivíamos a necessidade de mudanças e reafirmação de valores sociais, condição em pauta na América Latina onde os regimes autoritários estavam cada vez mais sendo questionados, a realidade social vilipendiada pela crise econômica e política, em síntese, social, político e econômico acenavam para a necessidade de transformações. Ao sacudir o comportamento da Geografia brasileira com a sua escrita, Milton Santos está demonstrando capacidade da produção geográfica brasileira de maneira independente, agindo, como nos aponta Fanon.

A descolonização é verdadeiramente a criação de homens novos. Mas essa criação não recebe a sua legitimidade de nenhuma potência sobrenatural: a “coisa” colonizada se torna homem no processo mesmo pelo qual ela se liberta (Fanon, 2015, p. 53).

Analizando o livro se faz importante relacioná-lo com a citação de Fanon anteriormente utilizada, pois esse autor martinicano, assim como o tunisiano, Albert Memmi, descrevem em seus trabalhos os efeitos da alienação que a eficácia da dominação colonial exerce sobre os seus colonizados. Por efeito, podemos perceber a grandiosidade do pensar e buscar caminhos outros de Milton Santos, demonstrando uma insurgência libertadora, condição essa que teve inicialmente como resposta o silêncio da Geografia francesa em relação a essa sua obra – só seria traduzida para o idioma francês no ano de 1985 – assim como na circulação do conhecimento geográfico produzido em academias de outras nações do velho continente.

Podemos pensar que a arrogância europeia se fundamenta na ideia construída de modernidade e no seu desdobramento colonialidade. Segundo Oliveira (2021),

A modernidade foi uma invenção das classes dominantes europeias a partir do contato com a América. A modernidade não foi fruto de uma autoemancipação interna europeia por esforço autóctone da razão que proporcionou à humanidade um pretense novo desenvolvimento humano. Foi necessário, segundo Dussel (2009), afirmar uma razão universal a partir da Europa e estabelecer uma conquista epistêmica na qual o etnocentrismo europeu representou o único que pôde pretender uma identificação com a “universalidade-mundialidade”. A modernidade foi inventada a partir da violência colonial. Em outros termos, conquistada a América, as classes dominantes europeias inventaram que somente sua razão era universal, negando a razão do outro não europeu (Oliveira, 2021, p. 17).

Complementa Oliveira (2021), citando Maldonado-Torres (2007, p. 131)

É denominado colonialidade. Implica na classificação e reclassificação da população do planeta em uma estrutura funcional para articular e administrar essas classificações, na definição de espaços para esses objetivos e em uma perspectiva epistemológica para conformar um significado de uma matriz de poder na qual canalizar uma nova produção do conhecimento. Colonialidade representa, apesar do fim do colonialismo, “um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, porém, ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre povos ou nações, refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça! (Oliveira, 2021, p. 17).

Pensamos este silenciamento da intelectualidade francesa em relação à “Por uma Geografia nova”, dentro da chave de análise a partir da reflexão dos conceitos que a rede Modernidade/Colonialidade trazem para propor o seu debate em relação ao mito de fundação da modernidade europeia, e seus desdobramentos a partir dos estudos gerados pelos intelectuais que fazem parte da rede.

Anny Ocoró Loango (2021), no artigo “O racismo e a hegemonia do privilégio epistêmico”, apresenta a seguinte reflexão.

Os espaços acadêmicos não são alheios ao racismo que prevalece na sociedade. O racismo, arraigado nos espaços acadêmicos, não reconhece precisamente o status de igualdade cognitiva do outro; ele subalterniza seus conhecimentos e cultura, contribuindo para aumentar e reproduzir suas relações desiguais nos campos de produção de conhecimento e nas estruturas da sociedade (Loango, 2019). Definitivamente, essa racialização do conhecimento deve ser lida em termos estruturais, uma vez que não é produzida apenas por indivíduos ou grupos que assumem as formas de conhecimento de outros como inferiores, mas também é constitutiva da tradição de pensamento ocidental. Precisamente o “Ocidente é considerado como a única tradição legítima para produzir conhecimento, e a única com acesso à “universalidade”, “racionalidade” e “verdade”. O racismo epistêmico considera o conhecimento “não ocidental como inferior ao conhecimento “ocidental” (Grosfoguel, 2012, p. 54). O racismo epistêmico é contrário a todas as formas não ocidentais de perceber e interpretar a realidade. Para tanto, se serve das ciências, que contribuem para subordinar, silenciar e negar a produção intelectual, epistêmica e filosófica de culturas e povos não brancos (Loango, 2021, p. 6).

Associando as reflexões de Anny Ocoró Loango em relação ao contexto francês, chegamos à conclusão que o livro de Milton Santos sofre um racismo epistêmico, principalmente por fazer uma crítica contundente à ciência geográfica construída na Europa. Inicialmente, não olhar, não comentar e não realizar uma resposta à escrita provocativa dentro do contexto da obra publicada, representou a negação dos de fora da estrutura de produção dentro dos cânones europeus. Apesar de ter uma formação marcadamente francesa, foi onde Santos realizou o seu

doutoramento, e depois, por conta da condição de exilado, fixou residência e desenvolveu uma carreira na condição de professor. A situação demonstra que a ausência de reconhecimento reproduz uma realidade descrita de acordo com Octávio Paz³³, poeticamente, traduziu por *nenhumação*, isso é, “uma operação que consiste em fazer de Alguém, Nenhum” (Paz, 2006, p. 43). O ser um *Nenhum* contribuiu para o nosso entendimento do silenciamento francês sobre o livro “Por uma Geografia nova”, que se explica pelo apagamento.

É inútil que nenhum fale, publique livros, pinte quadros, coloque-se à cabeça. Nenhum é a ausência dos nossos olhares, a pausa da nossa conversa, a reticência do nosso silêncio. É o nome que sempre esquecemos por uma estranha fatalidade, o eterno ausente, o convidado que não convidamos, o vazio que não enchemos. É uma omissão (Paz, 2006, p. 44).

Essas reflexões nos levam ao profundo ensaio de Gayatri Chakravorty Spivak (2010) “Pode o subalterno falar?”, onde a referida autora, referência dos estudos pós-coloniais, constrói vários questionamentos à noção de sujeito e de como o intelectual ocidental vai se constituindo como agente de conhecimento a partir da subalternização do outro. Refletindo sobre esse outro, no desenvolvimento do trabalho do intelectual negro Milton Santos, que em nossa compreensão, no “Por uma Geografia nova” provoca e chama para o debate seus colegas intelectuais da Geografia do Norte Global, e também marca posição em relação ao Brasil, tencionando o que estava sendo produzido por aqui enquanto Geografia.

5.1 Crítica à Geografia: Tradicional e Quantitativa

Na primeira parte da obra, “Por uma Geografia nova”, Milton Santos historiciza a formação da Geografia, abordando as condições do seu desenvolvimento. Neste sentido, aponta as descrições construídas no fazer geográfico, desde o processo do colonialismo até a expansão geográfica no final do século XIX, justificando as conquistas territoriais atreladas aos interesses da ideologia imperialista reinante na passagem do século XIX para o XX. O autor demonstra

A ideologia engendrada pelo capitalismo quando da sua implantação tinha que ser adequada às suas necessidades de expansão nos países centrais e na periferia. Esse era um momento crucial em que urgia remediar, ao mesmo tempo, o excesso de produção e o excesso de capitais, bem como sopitar as crises sociais e econômicas que sacudiram os países interessados. Era necessário, portanto, criar as condições para expansão do comércio (Santos,

³³ Poeta, ensaísta, tradutor e diplomata mexicano, contemplado com o prêmio Nobel de literatura no ano de 1990.

2021, p. 30).

A geografia foi chamada para representar um papel importante nessa transformação. A análise apontada discute a legitimidade dada por geógrafos associados às instâncias de poder, e não aos que contemplavam e buscavam a construção de um espaço geográfico na sua coletividade, onde as relações sociais contribuiriam para a existência de um mundo das igualdades e mais justo, onde todos teriam as mesmas condições materiais de vida.

Como já apresentamos no primeiro capítulo, a Geografia, se constituiu como uma ciência que alicerçava o poder colonizador e colonial, foi concebida atendendo a proposta expansionista e a ideologia imperialista europeia, no sentido de garantir as condições materiais para os colonizadores. Dessa forma, Santos (2021) destaca que

De fato, a geografia oficial, foi “desde os seus começos” mais uma ideologia que uma filosofia, e isso não se deu apenas na Alemanha, mas um pouco pelo mundo inteiro. Aliás, Dresch reconhece esse fato quando escreve que “desde suas origens, ela responde a uma ideologia necessariamente orientada (Santos, 2021, p. 29).

A opção ideológica dos fundadores da geografia oficial não representou um caminhar pela consciência social, logo, não significou trilhar a direção epistêmica que expressava os interesses revolucionários dos dominados e sim legitimar o poder hegemônico da elite. É fato que a Geografia se firmou como uma ciência europeia e foi aperfeiçoada na Alemanha, onde se consolidou como uma disciplina apoiada pelo Estado. Por isso, Milton Santos realiza a seguinte crítica à geografia moderna alemã e aos seus fundadores Alexander von Humboldt e Karl Ritter.

Nascida tardiamente como ciência oficial, a geografia teve dificuldades para se desligar, desde o berço, dos grandes interesses. Estes acabaram carregando-a consigo. Uma das grandes metas conceituais da geografia foi justamente, de um lado, esconder o papel do Estado bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço. A justificativa da obra colonial foi um outro aspecto do mesmo programa (Santos, 2021, p. 31).

A crítica de Santos baseia-se na contaminação excessiva da Geografia pelas ciências naturais e por isso conclui que essa seria sua fraqueza enquanto ciência. Neste sentido, Milton Santos (2021) aborda que

A “natureza” que fazia parte do sistema ecológico era uma natureza “primária” e não uma natureza socializada; uma natureza sem história humana. O homem atuava sobre o meio como se estivesse separado dele e não como um dos seus elementos (Santos, 2021, p. 38).

A luz da reflexão apontada pelo pensamento miltoniano traz para o diálogo a corrente possibilista do pensamento geográfico construída por Paul Vidal de La Blache, que defendia ser objeto de estudo a interação do homem com o meio ambiente. Neste momento, também fica em evidência a corrente determinista formulada por Friedrich Ratzel, que se baseia em fatores naturais que incondicionalmente realizam intervenções no comportamento social, econômico e na estruturação do Estado. As formulações construídas na passagem do século XIX para o século XX, constituem a disputa pela hegemonia do pensamento geográfico no período em questão, envolvendo as duas principais escolas: a francesa e a alemã, porém ambas correntes representam a visão colonial e imperialista.

Diante do debate, Milton Santos (2021), arroga:

Os fundadores da geografia, cheios de zelo no objetivo de dar-lhe um status científico definitivo, estiveram, então, equivocados no momento em que acreditaram que o melhor caminho para atingir a sua meta era construir a teoria de uma ciência do homem sobre uma base analógica estabelecida nas ciências naturais (Santos, 2021, p. 43).

Advogar a construção de uma ciência geográfica a partir de uma similitude com a ciência natural, como fazem os biólogos ao buscar a semelhança funcional entre órgãos de diferentes estruturas e origens embriológicas, é um erro. Segundo Santos (2021, p. 44), “isso significa esquecer que não existem apenas determinações naturais, mas também determinações sociais”. Com esse argumento, Milton Santos demonstra o que na sua percepção seria um dos problemas da Geografia Clássica.

Observamos que na primeira parte do livro “Por uma Geografia nova”, intitulada “A crítica da Geografia”, o autor vai realizando a sua reflexão do comportamento da Geografia, partindo dos seus fundadores que buscavam construir as bases científicas da disciplina. Porém, tais postulados, ainda atrelados no processo histórico dos interesses dos Estados, contribuíram com seus estudos ao colonialismo praticado pelo expansionismo territorial dos países da Europa. Todas estas são atravessadas por pesquisas e escritos com abordagens sobre questões relacionadas ao homem, natureza e o meio ambiente. Destacam-se, neste contexto, as condições históricas da produção do pensamento geográfico francês e alemão, constituídos a partir do conhecimento geográfico capaz de contribuir no processo imperialista dos seus estados. O pensamento geográfico alemão foi formado no final do século XIX, diferentemente do francês, que vivia um período de turbulência política interna, apesar da sua formação ser mais antiga. Nessa condição, vai emergindo a cientificidade da

Geografia.

Em contribuição reflexiva às questões pontuadas anteriormente, Milton Santos (2021) cita

No prefácio do livro de Lucien Febvre (1932, p.11), o historiador H. Berr, quando se refere ao que então se chamava determinismo, propõe que de preferência se diga necessitarismo. Uma determinação, sociologicamente entendida, deve ser distinguida claramente de uma necessidade. Determinismo é causalidade natural. Entre as causas que, na natureza, determinam os fenômenos, algumas são contingentes. Entre essas causas contingentes, algumas são geográficas. O problema reside em saber se existem necessidades geográficas e se os fenômenos naturais podem agir como causas necessárias sobre uma humanidade “puramente receptiva”. Tomadas nesse sentido, que era o sentido original, a noção de determinismo não suprime a ideia de possibilidade, e, ao contrário, a reforça. Quando Vidal de La Blache escreve que “não existem necessidades, mas em toda a parte existem possibilidades” trata-se de uma verdade banal. O reino do possível não é o mesmo do aleatório, mas o da conjunção de determinações que juntas se realizam a um dado tempo e lugar (Santos, 2021, p. 44).

Em obra recentemente traduzida para o português, intitulada “Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho” (2022), Malcom Ferdinand, engenheiro ambiental, nascido na Martinica, nos permite pensar nas determinações que juntas se realizam a um dado tempo e lugar, como nos fala Milton Santos.

A tempestade ecológica em curso revela danos e problemas associados a certas maneiras de habitar a Terra, próprias da modernidade. Compreender esses problemas requer a adoção de uma perspectiva de longo prazo e a volta a momentos e processos fundadores da modernidade que contribuíram para a situação ecológica, social e política de hoje. Razão pela qual é importante voltar ao momento fundador que foi a colonização europeia das Américas a partir de 1492. Afinal, é inevitável constatar que esse evento continua prisioneiro da dupla fratura colonial e ambiental do mundo moderno. Por um lado, uma crítica anticolonial e ambiental às conquistas, ao genocídio de povos ameríndios, às violências cometidas contra as mulheres ameríndias e as mulheres Pretas, ao tráfico negreiro transatlântico e à escravidão de milhões de Pretos. Por outro, uma crítica ambiental coloca em evidência a amplitude da destruição dos ecossistemas e da perda da biodiversidade causada pelas colonizações europeias das Américas. Essa dupla fratura apaga as continuidades em que humanos e não humanos foram confundidos como “recursos” que alimentavam um projeto colonial, uma mesma concepção da Terra e do mundo (Ferdinand, 2022, p. 47).

Uma das críticas realizadas por Milton Santos se fundamenta ao apontar a relação existente entre o colonialismo e o processo de expansão geográfica ocorrido no final do século XIX, condição importante no consolidar a ideologia imperialista europeia e o seu capitalismo. Na sua percepção, não se pode transferir para as condições encontradas no mundo físico/natural para a estruturação do mundo humano. Sendo assim, se faz relevante pensar como a Geografia produzida na época e os intelectuais responsáveis pela sua epistemologia a faziam reproduzir interesses

do Estado, como já apontamos antes, representando os objetivos das nações europeias. Ou seja, tínhamos uma Geografia colonial/imperial se arrogando de moderna, diante de uma cientificidade afirmada, porém, cega às consequências da colonização, condição importante no sentido de compreender e perceber os processos de resistência constituídos nas áreas colonizadas e que foram colonizadas. Diante dessa perspectiva, Edgardo Lander aponta em seu texto “Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos” (2005).

Na autoconsciência europeia da modernidade, estas sucessivas separações se articulam com aquelas que servem de fundamento ao contraste essencial estabelecido a partir da conformação colonial do mundo entre ocidental ou europeu (concebido como o moderno, o avançado) e os “Outros”, o restante dos povos e culturas do planeta.

A conquista ibérica do continente americano é o momento inaugural dos dois processos que articuladamente conformam a história posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo. Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas – simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992). Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo – todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados – numa grande narrativa universal. Nessa narrativa, a Europa é – ou sempre foi – simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal. Nesse período moderno primevo/colonial dão-se os primeiros passos na “articulação das diferenças culturais em hierarquias cronológicas” (Mignolo, 1995, p. xi) e do que Johannes Fabian chama de a negação da simultaneidade (*negation of coevalness*). Com os cronistas espanhóis dá-se início à “massiva formação discursiva” de construção da Europa/Ocidente e o outro, do europeu e o índio, do lugar privilegiado do lugar de enunciação associado ao poder imperial (Mignolo *apud* Lander, 2005, p. 9).

O que se apresenta na passagem do século XIX para o século XX e na produção de Milton Santos é a preocupação como a Geografia realizava sua construção enquanto ciência moderna, caminho percorrido pela produção epistemológica geográfica diante das necessidades constituídas a partir da centralidade da influência europeia, caracterizando como nos aponta Walter Mignolo (2017, p. 2), como uma ordem mundial monocêntrica e capitalista. Por isso, tornou-se uma disciplina muito marcada pela ideologia capitalista e pelo expansionismo imperialista, resultando na partilha da África e da Ásia. Tais realidades, condições e suas apresentações práticas atendiam às demandas do processo de desenvolvimento econômico, marcado, dentre outros fatos, pela segunda revolução industrial que estava em curso.

Como nos aponta Santos (2021), aprofundando suas críticas em relação ao comportamento da Geografia moderna diante do debate entre os deterministas,

capitaneados por Vidal de La Blache e os possibilistas, liderados por Ratzel, demonstra ser importante observar as determinações naturais e sociais, ambos atingem homem e natureza. Esse debate não fundamenta as questões geográficas, mesmo entendendo que os envolvidos estivessem em busca de leis ou princípios que atendessem o caminhar da disciplina na busca por reconhecimento como ciência moderna.

Há, sem dúvida, muitos caminhos a seguir, embora dois deles sejam os mais extremos e um outro o mais curioso. Pode-se, em primeiro lugar, buscar imitar e às tontas aplicar as ideias aprendidas aqui e ali sem preocupação de indagar se são adequadas ou não. Marx foi vítima dessa metodologia do papel carbono e ele próprio apelidou seus copiadore de “marxistas vulgares” (Santos, 2021, p. 46).

Ao fazer alusão a Marx e à “metodologia do papel carbono”, Milton Santos tenciona a construção filosófica da geografia a partir da plêiade de influenciadores, citando Descartes, Kant, Darwin, Hegel e Marx, que interferem na produção de seus formuladores, como Vidal de La Blache, Ratzel e Jean Brunhes, que estão em dificuldade em estabelecer o objeto da disciplina. Como aponta na sua escrita, Santos, independente do caminhar geográfico, é importante destacar o que poderia levar a um desenvolvimento epistemológico gerou uma multiplicidade de formulações, referenciadas a partir da produção do conhecimento europeu, dentro do contexto das práticas imperialistas constituídas a partir do seu poder, legitimando a sua existência.

Entendemos ser o contexto que remonta a busca por uma construção filosófica da geografia que está ocorrendo diante de um cenário da ideia de modernidade europeia. Walter Mignolo (2017) argumenta a existência de três fases da modernidade, são elas: a fase ibérica e católica, liderada pela Espanha e Portugal (1500-1750, aproximadamente); a fase “coração da Europa” (na acepção de Hegel), liderada pela Inglaterra, França e Alemanha (1750-1945); e a fase americana estadunidense, liderada pelos Estados Unidos (1945-2000). A fase coração da Europa coaduna com a busca de afirmação do pensar e fazer geográfico.

A ciência geográfica, em afirmação, buscava estabelecer leis e princípios capazes de consolidar o caminho a seguir, diante disso entendemos ter a concepção de modernidade, onde a eurocentricidade na produção de conhecimento, assim como de poder, contamina a produção dos geógrafos da época. Quijano (2005) aponta que

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstra o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno,

capitalista e euroconcentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo (Quijano, 2005, p.126).

Milton Santos (2021), apesar de não questionar o conceito de modernidade propagado pelos europeus e interrogado pelo grupo modernidade/colonialidade, demonstra que o reconhecimento enquanto ciência moderna ambicionado pelos geógrafos europeus, é carente de realidade, sendo elaborado a partir da produção de saberes constituídos no seu continente. Diante disso, Santos está apontando a necessidade de se questionar como a filosofia da geografia busca construir a sua linha epistemológica, sem analisar profundamente e sem parcialidade as questões que envolvem a ciência geográfica, assim como demonstra a necessidade de romper a bolha fechada em ideias velhas já consolidadas.

Pode-se, igualmente, partir de uma disciplina de pensamento adquirida por meio da leitura de vários filósofos e em função do campo particular de cada área científica, à luz das realidades do presente, isto é, das coisas que estão (que são) aqui e agora, elaborar lições válidas e gerais. Esse é o caminho correto, no entanto se impõe que partamos da realidade das coisas reais e não de ideias feitas (Santos, 2021, p. 47).

Esses argumentos miltonianos dialogam com a reflexão de Quijano (1992), na abordagem do seu texto sobre Colonialidade e Modernidade/Racionalidade, ao argumentar que

Durante o mesmo período em que se consolidava a dominação cultural europeia foi sendo constituído o complexo cultural conhecido como racionalidade/modernidade europeia, o qual foi estabelecido como paradigma universal de conhecimento e de relação entre a humanidade e o resto do mundo. Tal concomitância entre a colonialidade e a elaboração da racionalidade/modernidade não foi, de modo algum, acidental, como o revela o modo mesmo em que se elaborou o paradigma europeu do conhecimento racional (Quijano, 1992, p. 4).

Ao questionar a Geografia nova que se estruturava no contexto da passagem do século XIX para o XX, Milton Santos está problematizando o seu comportamento colonial, colocando em questão o pensamento determinista e possibilista. Ele também analisa como se constituía o saber geográfico sistematizado a partir da racionalidade europeia, sem ter um olhar para a realidade existente nas regiões dos países colonizados, tendo como forma de análise o que se propagava como a ciência moderna, diante da sua concepção ao demonstrar ser o conhecimento científico a única forma de conhecimento verdadeiro, universalizante.

Edgardo Lander (2005) contribui com esta linha de raciocínio, abordando a

pretensa universalização do saber, a partir do eurocentrismo.

Tal construção tem como pressuposição básica o caráter universal da experiência europeia. As obras de Locke e de Hegel – além de extraordinariamente influentes – são neste sentido paradigmáticas. Ao construir-se a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radical excludente (Lander, 2005, p. 9).

A busca na edificação de um pensamento geográfico representativo enquanto uma ciência moderna, diante de uma produção que atendesse às demandas do expansionismo europeu e influenciado pela pretensa visão de história universal como constrói Hegel, que coloca a Europa dita moderna na centralidade dos acontecimentos culturais do mundo, legitima a classificação e o enquadramento do resto dos povos espalhados pelo mundo como não civilizados, não produtores de cultura e sem conhecimento, fortalecendo assim a ideia de civilização a partir do modelo desenvolvido pelos europeus. Condição esta, que influencia a orientação seguida na produção do saber geográfico. Santos (2021) indica que a epistemologia da ciência geográfica busca se afirmar como ciência moderna destruindo quaisquer fundamentos filosóficos que não tivessem origem no Norte Global, no final do século XIX e no século XX.

Todavia, e por múltiplas razões, foi a herança idealista e positivista que, afinal de contas, acabou por ser impor à geografia, isto é, à geografia oficial: o cartesianismo, o comtismo e o kantismo eram frequentemente apoiados e misturados aos princípios de Newton e também ao darwinismo e ao spencerismo (Santos, 2021, p. 48).

O pensamento positivista, arrogado por Milton Santos como influenciador da geografia oficial, apresenta nos seus postulados ser o conhecimento científico a única forma de conhecimento verdadeiro. Segundo os positivistas, o conhecimento genuíno é resultante da razão. No momento do caminhar da Geografia, os seus métodos para atingir o conhecimento geográfico verdadeiro só teria legitimidade com a utilização dos métodos científicos validados pelos filósofos apontados anteriormente e também pelos pensadores Hegel e Marx. Condição esta, que dentro do contexto, influenciou aos chamados principistas, os primeiros geógrafos modernos, na busca da consolidação da ciência geográfica moderna, sendo seguidores da herança filosófica dos pensadores europeus em evidência.

A herança positivista contribui para a matematização da ciência geográfica. É importante demonstrar que o pensamento filosófico positivista defende a ideia de que

o conhecimento científico é a única forma de conhecimento válido. Isso constrói um caminho matematizado na estruturação do pensamento humano, levando em consideração ser a matemática, enquanto uma ciência dita exata/dura, é alicerçada na ausência de dúvidas. Diante dessa forma de abordagem, podemos apontar que os geógrafos principistas, apesar do contexto histórico do final do século XIX e início do século XX, marcado por eventos importantes, perderam a oportunidade de acompanhar os progressos das ciências sociais. Negligenciaram a ação de fazer parte dos debates estabelecidos e não apenas se apropriar de caminhos pré-estabelecidos.

A concepção de ciência moderna, construída a partir da visão hegemonizada no Norte Global, aprisionou o pensamento geográfico. A razão eurocêntrica molda o formato do conhecimento científico geográfico. Neste sentido, o pensamento miltoniano aponta os limites impostos ao episteme dos fundadores da ciência geográfica, tomando como referência Vidal de La Blache.

É num artigo de Vidal de La Blache (1899, p. 106) que encontramos os seguintes conceitos: “Um povo, por mais primitivo que seja e, digamos mesmo, por mais primitivo que seja, deixa sua marca sobre os objetos que fabrica, cuja substância e modelos são tomados à natureza. Esses objetos são algo do próprio povo”. É, uma vez mais, a tese marxista das relações unitárias entre o homem e a natureza, pela voz de um geógrafo não marxista. A natureza, de que fala Vidal de La Blache, é já uma natureza humanizada e a substância dela retirada para fabricar objetos já é trabalho humano (Santos, 2021, p. 55).

Apesar de identificar e apontar o trabalho humano nos objetos fabricados, o geógrafo Vidal de La Blache não faz alusão à cultura e à capacidade dos atores envolvidos na transformação da natureza. A ação transformadora ocorre por meio de modernizações técnicas que atendem às necessidades próprias dos povos, povos esses que, na concepção europeia, são classificados de bárbaros, sem conhecimento capaz de realizar ações na relação sociedade-natureza. Fica ausente os lugares geográficos e como essa relação sociedade-natureza se constituía, Milton Santos demonstra ser a escrita lablacheana reducionista. Neste sentido, podemos unir essa forma do pensar miltoniano com a reflexão de Ramón Grosfoguel.

Trata-se, então, de uma filosofia na qual o sujeito epistêmico não tem sexualidade, gênero, etnia, raça, classe, espiritualmente, língua, nem localização epistêmica em relação de poder, e produz a verdade desde um monólogo interior consigo mesmo, sem relação com ninguém fora de si. Isto é, trata-se de uma filosofia surda, sem rosto e sem força de gravidade. O sujeito sem rosto flutua pelos céus sem ser determinado por nada nem por ninguém [...]. Será assumida pelas ciências humanas a partir do século XIX como a epistemologia da neutralidade axiológica e da objetividade empírica

do sujeito que produz conhecimento científico (Grosfoguel, 2007, p. 64-65 *apud* Ballestrin, 2013, p. 20).

Retornando ao pensamento de Milton Santos, quando aborda o pensamento filosófico da ciência geográfica, tendo como referência os escritos de Vidal de La Blache, temos que

É certo que ele, como outros geógrafos de sua geração, procurou definir as relações tão particulares que se estabelecem entre o homem e o espaço que o envolve, por exemplo, com a noção de gêneros de vida, de tal modo que a personalidade de homem termina por ser marcada pela personalidade regional. Nesse ponto, é como se ele se comprometesse a fundo com as ideias de Marx, mas, na verdade, praticava uma distorção contra a realidade. Ele ignorava a realidade da divisão econômica e social do trabalho em plena fase da grande indústria e do imperialismo, na qual não era mais possível reestabelecer, por meio de uma mistificação metodológica, uma situação ultrapassada há muitos séculos. A essa altura dos acontecimentos, nada que se passava nas regiões francesas ou de qualquer outro país europeu podia estar sem relação direta ou indireta com eventos econômicos nacionais e mundiais (Santos, 2021, p. 55-56).

A citação anterior alude às escolas nacionais de geografia alemã e francesa, onde o pensar região e o regional se constitui como um foco na construção do pensamento suleador da ciência geográfica. Seguindo a construção no caminhar da Geografia Regional Clássica, ao realizar seus estudos sistematizados em descrever os diversos aspectos do espaço geográfico, estava na realidade servindo aos interesses geopolíticos dos seus Estados, realizando em sua prática inventários dos recursos e mercadorias, como desdobramentos, dando possibilidades para ampliação dos domínios europeus para além do seu continente, satisfazendo assim as demandas econômicas em expansão. Os geógrafos com a sua atuação estão contribuindo para a existência de uma geografia colonial e a propagação da sua ideologia, condição que serviu para a busca de domínios sobre os outros pelos europeus.

Contudo, a estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como “raciais”, “étnicas, antropológicas” ou “nacionais”, segundo os momentos, os agentes e as populações implicadas. Essas construções intersubjetivas, produto da dominação colonial por parte dos europeus, foram inclusive assumidas como categorias (de pretensão “científica” e “objetiva”) de significação a-histórica, isto é, como fenômenos naturais e não da história do poder. Tal estrutura do poder foi e ainda é o marco a partir do qual operam as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental (Quijano, 1992, p. 438-439).

Dessa forma, entendemos que apesar do colonialismo político ter sido superado por conta dos movimentos locais de caráter emancipatório, ele deixou as suas marcas como herança na existência da colonialidade do poder, representada

pela ação imperialista praticada nos continentes africano e asiático. No momento contemporâneo, essas sequelas custam muito aos países localizados nesses continentes, destacando-se os movimentos de interferência dos países centrais nas áreas consideradas semiperiféricas e periféricas, marcados pela necessidade de expansão do capitalismo europeu. Essa reflexão é aprofundada por Immanuel Wallerstein na sua obra “O sistema mundial moderno” (1990), contribuindo para pensar na estruturação do mundo em três categorias de análise, países centrais, semiperiféricos e periféricos.

Já em sua condição de centro do capitalismo mundial, a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao “sistema-mundo” que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder. Para tais regiões e populações, isso implicou um processo de reidentificação histórica, pois da Europa foram-lhes atribuídas novas. Como identidades geoculturais. Desse modo, depois da América e da Europa, foram estabelecidas África, Ásia e eventualmente Oceania. Na produção dessas novas identidades, a colonialidade do novo padrão de poder foi, sem dúvida, uma das mais ativas determinações. Mas, as formas e o nível de desenvolvimento político e cultural, mais especificamente intelectual, em cada caso, desempenharam também um papel de primeiro plano. Sem esses fatores, a categoria Oriente não teria sido elaborada como a única com a dignidade suficiente para ser o outro, ainda que por definição inferior, de Ocidente, sem que alguma equivalente fosse criada para os índios ou negros. Mas esta mesma omissão põe a nu que esses outros fatores atuaram também dentro do padrão racista de classificação social universal da população mundial (Quijano, 2005, p. 121).

Como estamos salientando ao longo da primeira parte do livro “Por Uma Geografia nova”, os argumentos de Milton Santos estão voltados para elaborar uma crítica à Geografia, principalmente uma revisão crítica da Geografia clássica, demonstrando que os formuladores do seu pensamento estão presos às amarras de uma construção analítica centrada na ideia de modernidade, que emerge a partir do Renascimento e domina as ações do fazer política e cultura tendo como referência a Europa. Sua crítica se pauta na concepção de ver, agir e descrever o mundo como uma estrutura que parte de um olhar impositivo e turvo, pois fica em evidência as prioridades europeias em detrimento dos outros, a serem observados e geografados por padrões dos dominadores. Desde o colonialismo, até chegarmos ao seu produto a ser questionado, a colonialidade do poder, reflexão proposta pelos que buscam um novo caminhar para ver, descreve e relata as relações humanas no contexto mundial.

Concebemos a tese de que Milton Santos ao realizar a crítica à Geografia clássica, interrogando os seus pensadores e a forma do caminhar da disciplina,

também interroga a colonialidade do poder e do fazer. Ao apontar uma herança colonial da Geografia e a sua relação com o poder político constituído, se faz entender na sua provocação a dimensão econômica-política do fazer geográfico, diante de um período em que o poder mundial capitalista, moderno e eurocentrado estava muito evidente, constituindo assim uma dicotomia entre os superiores e os demais ditos inferiores, legitimando o controle da economia, autoridade, conhecimento e subjetividade. Neste sentido, Aníbal Quijano (2005) demonstra que

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, históricas, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (Quijano, 2005, p. 121).

Tomando por base as análises miltonianas sobre a Geografia clássica de origem europeia, que tem como referência a Alemanha e França, reforçamos ser a produção do seu conhecimento orientado para satisfazer as necessidades dos seus Estados, realizando inventários detalhados de diversos aspectos naturais do espaço geográfico, valorizando na descrição dos seus recursos naturais, a serem transformados em mercadorias, condição capaz de atender à dinâmica econômica predominante da expansão capitalista. São necessidades que se encontram atreladas ao crescimento da produção industrial, ocorrendo assim um entrelaçamento entre a questão econômica, ampliação dos domínios políticos, tais como a partilha do continente africano e asiático, relação de poder que reverbera na atualidade quando analisamos as condições políticas, econômicas, sociais nos países que sofreram a ação do neocolonialismo e imperialismo ao longo do segundo período do século XIX. Essa construção, a partir das ações dos países da Europa, sobre territórios que não faziam parte do seu Estado Nação, porém do ponto de vista geográfico, são incorporados os seus domínios em função das relações de poder, envolvendo questões históricas, políticas, econômicas e culturais, deixam marcas, apesar dos processos que emergiram no local e possibilitaram a descolonização realizadas no século XX.

A Geografia se constituiu sobre um alicerce epistemológico resultante da

herança colonial, sem buscar inicialmente para se edificar, bases outras, reproduzindo a Colonialidade do Poder, assim como nos aponta Aníbal Quijano (2005).

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmo e ao restante da espécie desse modo – isso não é um privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial de poder (Quijano, 2005, p. 122).

A realidade apresentada na argumentação de Quijano (2005) dialoga com o pensamento crítico de Milton Santos em “Por uma Geografia Nova”, ao abordar a produção da Geografia e na sua contribuição ao elaborar estudo que relata e detalham as paisagens das regiões de estudo. A partir do seu método científico desenvolvido, basicamente descritivo, influenciado pelas ciências naturais, ajudando aos seus estados a realizarem suas ações sobre a África e Ásia, regiões que foram ocupadas, dominadas e exploradas, sendo vista pelos dominadores na condição de “vazios demográficos”, simplesmente como regiões naturais, terras devolutas, essa realidade construída legitima a ação de etnocídio praticada, apresentando também como resultado a etnodiversidade praticada no região de domínio, colocando-a na condição de inferioridade. Desta forma, a Colonialidade do Poder se constitui assim como a concepção de modernidade europeia e vai sendo amplificada na construção da superioridade diante da sua centralidade.

A reflexão que Milton Santos desenvolve em relação à Geografia segue os caminhos desenvolvidos pelos pensadores decoloniais, ambos realizam os seus estudos críticos, porém advogam caminhos outros em suas análises. Podemos aprender com os seus trabalhos que por detrás da realidade estudada e descrita existem outras a serem desvendadas. Emergindo assim em uma dinâmica, onde a produção do conhecimento, na linha da percepção crítica, deve estar sempre se renovando, não simplesmente na busca do novo, porém, movimentando-se na busca do outro.

Ainda na primeira parte do livro, Milton Santos vai fazer críticas à corrente *New Geography* e sua visão de Geografia com aportes quantitativos. Se a Geografia

tradicional se ancorou na natureza, a *New Geography* vai se fundamentar nos estudos quantitativos. Santos parte sua análise abordando o pensamento de Thomas Kuhn, e em uma nota de rodapé, relata como a ciência é vista pelo mesmo.

Kuhn recusa o ponto de vista segundo o qual a ciência teria avançado por uma cuidadosa acumulação de dados, permitindo uma aproximação cada dia mais estreita das realidades. Kuhn atribui essencial importância, na história das ciências, ao fato de que novos paradigmas possam aparecer com a força de definir as realidades através de novos esquemas. Cada vez que um novo problema se apresenta, novas problemáticas devem aparecer paralelamente. É a problemática que permite tratar sistematicamente a realidade que se chama paradigma. Os paradigmas se sucedem uns aos outros, na medida em que importantes mudanças se verificam na natureza das coisas ou na maneira de as apreender (Thomas S. Kuhn, 1962) (Santos, 2021, p. 59-60).

Apoiado no pensamento de Kuhn, Milton Santos indica que um conceito novo de ciência emerge no mundo no século XX. E assim vai demonstrando que a Geografia não poderia ficar à margem dos novos paradigmas, originários de métodos de aproximação do pesquisador à realidade. A realidade que converge as mudanças da ciência geográfica e o surgimento da corrente *New Geography*, é o contexto mundial atravessado por tensões, guerras, movimentos de descolonização, questionadores da supremacia europeia, provocando como consequência reordenamento territorial e ideológico dos territórios.

Esse novo momento da Geografia é marcado pelo distanciamento em relação às escolas nacionais clássicas – Alemanha e França, buscando novos rumos no pensar e fazer geográfico.

Por isso se ouvia falar frequentemente em uma “nova geografia” (*New Geography*) “que se queria caracterizar por ser não apenas diferente, mas também em oposição e até mesmo em contradição com a geografia “tradicional”. A escolha da denominação não foi inocente. Os defensores dessa nova linha buscavam deixar clara sua distância em relação a uma geografia que, para muitos deles, não seria somente uma geografia ultrapassada mas sobretudo uma “não geografia” (Santos, 2021, p. 60).

Uma nova forma de comunicação é proposta pela *New Geography*, diferenciando-se da geografia tradicional inclusive com a pretensão de “uma linguagem acessível a toda gente” (Santos, 2021, p. 60). Esta corrente que também foi chamada de “Geografia Quantitativa” se relacionava com a questão locacional se baseando em outras ciências com aspectos pragmáticos tal qual a Economia, a Estatística e a Psicologia. Pautada pelos fundamentos do neopositivismo, se converteu em uma forte tentativa de renovação.

Milton Santos faz uso de sua escrita para criticar as formulações dessa corrente

geográfica, apontou como subseção do livro que “é preciso refletir para medir e não medir para refletir” (Santos, 2021, p. 69). Tal qual Walter Mignolo (2017), no artigo “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade”, questiona a vigência de tal corrente como corolário de uma “revolução quantitativa” da modernidade que se limita a uma matemática que “desconhece totalmente a existência do tempo e suas qualidades essenciais” (Santos, 2021, p. 74). Entendemos que aos poucos e sem conceituar, o autor demonstra qual é o comportamento de um pesquisador descolonial.

Nós, estudiosos e pensadores descoloniais, podemos contribuir não ao relatar para os estudiosos, intelectuais e líderes indígenas qual é o problema, porque eles o conhecem melhor que nós, mas agir no domínio hegemônico da academia, onde a ideia de natureza como algo fora dos seres humanos foi consolidada e persiste. Descolonizar o conhecimento consiste exatamente nesse tipo de pesquisa. O próximo passo seria construir opções descoloniais nas ruínas do conhecimento imperial (Mignolo, 2017, p. 6).

Consideramos que Milton Santos, assim como nos aponta Mignolo, pesquisador acadêmico, desenvolve a sua atuação questionando e apresentando as fraquezas do caminho que se apresenta diante do comportamento da *New Geography*.

Seria a geografia quantitativa um paradigma ou um método? A geografia “teórica” ou “teorética” atribui-se um novo paradigma, o estudo “locacional” e se envaldece de utilizar novas abordagens teóricas como análise de sistemas e seu correspondente, à elaboração de modelos; mas também as preocupações de prospecção e previsão, fruto de seu engajamento com a planificação (Santos, 2021, p. 71).

Na ideia da corrente criticada, a quantificação utilizada pela Geografia seria um método, procedimento para alcançar um resultado, que possibilitaria um maior refinamento dos dados levantados. Santos demonstra, ser o método quantitativo, colocado em prática pela *New Geography*, incapaz de trazer novos temas para a pesquisa em Geografia, estaria usando de caminhos diferentes, porém com resultados que se compara com a Geografia das escolas clássicas, atendendo a interesses hegemônicos do Norte Global.

De fato, a expressão “geografia quantitativa” utilizada para exprimir a existência de uma geografia nova, introduziu um certo mal-estar e confusão. A expressão “geografia matemática” ou “quantitativa” pode, na realidade, aplicar-se a qualquer dos paradigmas da geografia, novos ou antigos, mesmo aos que hoje não são mais válidos para nenhuma escola. A quantificação representa apenas um instrumento ou, no máximo, o instrumento. Seria melhor chamar a atenção sobre os aspectos mais teóricos ou conceituais, quer dizer, sobre os próprios paradigmas. O que continua fundamental é a construção teórica (Santos, 2021, p. 71).

A geografia matemática que se constitui dentro do contexto da *New Geography* não tem como o seu objetivo a dinâmica das relações sociais em movimento e sim uma radiografia de alguns de seus momentos, busca também a construção de dados quantificáveis. Neste sentido, ao estudar uma determinada região, os seus seguidores deram em primeiro plano importância ao numérico a ser constituído em seus estudos, ou seja, mensurar o volume de informações retratadas, dentro dos objetivos dos europeus contidos na área de estudo, logo, se utilizando das técnicas para mapear a relação homem natureza, deixando de lado as relações sociais entre a humanidade e todos os corpos vivos do planeta. O que se faz é trabalhar com a capacidade técnica construindo uma nova formulação da ciência geográfica, que dentro desta concepção de modernidade, não se pautava em compreender e analisar as informações levantadas, fortalecendo assim a frase reflexiva feita por Santos: “medir para refletir ou refletir para medir”. A utilização do método matemático é mais uma possibilidade de obter informações e representá-las, porém, jamais podemos tê-lo como o único caminho na elaboração do conhecimento. Sendo assim, é relevante levar em consideração a construção teórica, condição capaz de dar significado ao ato de compreender e analisar os dados, ou melhor, pensar nas razões que motivam e objetivam a sua busca. Diante disso, Milton Santos demonstra que

Não existe oposição real entre quantitativo e qualitativo. Alguns desejam fazer disso um assunto de discussão, mas a realidade dificilmente autorizaria essa disputa. Tudo o que é apresentado sob uma forma quantitativa é a transcrição numérica de um fato ou de uma previsão baseada em uma sequência. Se não se consegue separar certas variáveis já se trata de uma outra questão e refere-se mais ao nível dos progressos já realizados em matéria de teoria do domínio científico em questão.

É aqui que o problema se torna mais agudo. É da maior ou menor capacidade de separar as variáveis de uma dada situação que depende o sucesso da análise qualitativa e das tentativas de uma análise quantitativa. Isso nos leva a uma questão bem mais geral. A análise das realidades geográficas não pode ser válida sem a posse de um armamento teórico susceptível de reconhecer em cada variável seu valor respectivo (Santos, 2021, p. 73).

Ao demonstrar que os modelos matemáticos adotados pela ciência geográfica são incapazes de compreender o tempo, Milton Santos não está se referindo ao tempo climático estudado pela Geografia, apesar da sua importância na previsão de situações que interferem em uma determinada localidade/sociedade, sua reflexão aborda o tempo social, que na sua composição retrata de maneira dinâmica as múltiplas relações e processos que fundamentam as ações humanas dentro do espaço geográfico. Assim, o autor reforça a fragilidade do método quantitativo

utilizado pela *New Geography*. Em relação ao exposto, a busca dos geógrafos em relação ao melhor caminho a seguir na consolidação da forma de fazer ciência, questão está que proporciona a busca da superação do padrão influenciado pelas ciências naturais, apoiado nas descrições das paisagens regionais, diante dessa dinâmica, foi se constituindo uma disputa epistêmica entre os seguidores da escola clássica do pensar e fazer geográfico e os propositores da *New Geography*.

A partir de todas as questões envolvendo a Geografia na primeira parte do século XX, Milton Santos em “Por Uma Geografia Nova”, vai tecendo sua crítica em relação à fragilidade da proposta teórica e do método da disciplina e dando pista da falta do seu objeto. Assim como os pensadores da decolonialidade, foi construindo caminhos outros no fazer geográfico, por entender que a proposta praticada como Geografia apresentava lacunas. Em sua escrita, em particular, no livro em questão, vai desenvolvendo o seu pensar utilizando de outros pensadores³⁴, produtores de conhecimento, não apenas da Geografia, para demonstrar as fragilidades das teorias produzidas em determinados lugares geohistóricos, que são absorvidas e universalizadas e vai construindo um arsenal argumentativo, a partir da produção do saber edificado pelos homens do Norte Global. Tais reflexões são ferramentas capazes de questionar a forma de produção e apontar as incongruências do conhecimento científico projetado e que se encontra presente na forma na construção da cientificidade da Geografia.

A mesma batalha que a geografia havia conhecido durante a grande crise histórica da qual ela emergiu com pretensões científicas no final do século XIX travou-se de novo, guardadas as proporções, naturalmente. A tendência quantitativa, fria e pragmática, teve como contrapeso uma vocação mais especulativa e mais social (Santos, 2021, p. 62).

As condições históricas que se apresentam podem ter comparação por conta das dinâmicas de transformações ocorridas no mundo globalmente. Verificamos na passagem do século XIX até a primeira metade do século XX, modificações no processo produtivo, ampliação das demandas econômicas no mundo, sendo um dos fatores que conduzem as guerras de caráter mundial, com proeminência local, em função da busca de domínios econômicos/territoriais desenvolvidos por nações europeias, reverberando nas relações sociais, políticas e nos hábitos e costumes em

³⁴ Louis Althusser, Warwick Armstrong, Gaston Bachelard, Sonia Barrios, Henri Bergson, Marc Bloch, Nicolai Bukharin, Manuel Castells, Pierre Chaunu, Jean Chesneaux, Giorgio Ferrari, Antonio Gramsci, David Harvey, Eric Hobsbawm, George Lukács, Karl Marx, Nelson Werneck Sodré, dentre muitos outros.

escala mundial. Porém, a partir da década de 1950, a questão ideológica interfere no pensar e agir, a questão social ganha relevância, entrando na pauta das ciências humanas com proeminência. O pensar e fazer Geografia vivencia em sua estruturação a dinâmica das placas tectônicas, envolto em movimentos convergentes, divergentes e transformantes.

No cruzamento entre os tradicionais e os adeptos da *New Geography*, que nos foi apresentado por Milton Santos, podemos perceber que a nova perspectiva quantitativa apresentada, não é capaz de trazer outros caminhos. Seu método chamado de “novo” conduz a uma ação onde os dados estão sistematicamente organizados e assim como na Geografia Tradicional, a sua metodologia traça caminhos que levam a um mesmo fim, o domínio europeu sobre os outros, a sua colonialidade do poder.

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo.

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvidas mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (Quijano, 2005, p. 126).

É por esta estrada que a crítica da Geografia formulada por Milton Santos mostra a enfermidade desta ciência. Sem utilizar o conceito de colonialidade em seu arcabouço argumentativo, aponta como a centralidade da produção do conhecimento geográfico reflete uma herança colonial, ao se constituir contaminado pelos interesses europeus, ou melhor dizendo eivado pelas amarras impostas pelo que Aníbal Quijano (2005) denomina de *patrón colonial de poder* ou matriz colonial de poder. A Geografia se consolidou como representativa do capitalismo, eurocentrado e moderno, expondo nesta concepção teórica a articulação de domínios/controles: da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. O eurocentrismo como a perspectiva hegemônica da produção do conhecimento, é uma forma de amarrar, no sentido de controlar o que poderia colocar em fragilidade os argumentos e práticas de poder oriundo do antigo continente. Por isso a necessidade de subalternizar a produção de fora, mesmo daqueles formados em suas escolas de

pensamento.

No começo, é evidente que eu também seguia meus mestres tanto quanto possível e, depois comecei a tentar não os ter muito como modelo. Mas, dentro de uma estrutura institucional muito dura que é a francesa, país ao qual eu não pertencia, minha expressão era duplamente tímida: tímida porque eu estava descobrindo, então por mais força que eu quisesse colocar nas ideias, tinha dúvida de se era aquilo mesmo, e timidez para não chocar demasiadamente os que tinham controle da disciplina (Santos, 2004, p. 25).

A identidade com os conceitos de colonialidade do poder, saber e ser estão representados na insegurança exposta por Milton Santos, na condição de pensador fora da identidade europeia. Estruturar reflexões de maneira autônoma proporciona insegurança por parte do autor sobre a qualidade e importância de sua produção. Na concepção epistêmica do universo europeu – *penso, logo existo* – frase cânone do filósofo René Descartes, que influenciou na estruturação da ciência moderna e que moldou vários pensadores, inclusive alguns que influenciaram na concepção da cientificidade da Geografia, pode ser parafraseada da seguinte forma: penso (hegemonicamente), logo existo. Assim nos faz pensar, ser a

Pedra angular do eurocentrismo e do cientificismo é a formulação “Penso, logo existo”, de Descartes, elaborada em 1637. Duas ideias são fundamentais no Discurso do Método de Descartes: o solipsismo e o dualismo corpo/mente. Não só a certeza do conhecimento objetivo e verdadeiro é gerada a partir de um monólogo interno, baseado na desconfiança perante as demais pessoas, mas há uma desvalorização das sensações e percepções corporais como possíveis fontes de conhecimento válido. No momento da formulação do Discurso do Método, Descartes inaugura uma tradição de pensamento que se imagina produzindo um conhecimento universal, sem determinações corporais nem determinações geopolíticas. Em outras palavras, passa-se a acreditar que o conhecimento produzido dentro dessa tradição tem validade universal. Mesmo que Descartes não tenha definido quem é esse “eu”, não há dúvidas que ele se refere ao homem europeu, mais especificamente àquele encontrado acima dos Montes Pirineus, como argumentaria Hegel no princípio do século XIX (Castro-Bernardino *et al.*, 2020, p.12).

O apontamento de Santos sobre a cientificidade dos argumentos construídos fora dos cânones europeus nos faz relacionar com Nelson Maldonado-Torres (2022) e seus apontamentos em “Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito”. Este texto permite que possamos entender a constituição da experiência moderna/colonial de uma desumanização do outro, transformando-o em um ser subalternizado. Maldonado-Torres nos aponta o “penso, mas não existo” pois a colonialidade do pensamento é expressa como demonstra ser o outro lado da modernidade, “o lado mais escuro da modernidade”, assim como nos leva a refletir Walter Mignolo (2017).

A colonialidade como conceito constituído no final do século XX é um constructo que proporciona uma ação opressora, subjugadora e dominadora da condição de humanidade do outro. Neste sentido, situamos a insegurança de Milton Santos da seguinte maneira

saber (sujeito, objeto e método); ser (tempo, espaço, subjetividade); poder (estrutura, cultura e sujeito). Comum às três dimensões é a subjetividade. O que quer que um sujeito seja ele é constituído e sustentado pela sua localização no tempo e espaço, sua posição na estrutura de poder e na cultura, nos modos como se posiciona em relação à produção do saber (Maldonado-Torres, 2020, p. 49).

Ou seja, na estrutura de poder consagrada pela colonialidade transforma a construção do conhecimento e sua centralidade europeia, como opressora e consequentemente destruidora da humanidade dos não europeus.

Como desenvolve Maldonado-Torres (2007), por trás do “(eu) penso” podemos ler que “outros não pensam” ou não pensam adequadamente para produzir juízos científicos. Consequentemente, inicia-se, com Descartes, de maneira límpida e transparente, uma divisão entre aqueles que se autointitulam capazes de produzir conhecimento válido e universalizável e aqueles incapazes de produzi-lo. Todavia, o estabelecimento do maniqueísmo não para por aí. O “Penso, logo existo” não esconde somente que os “outros não pensam”, mas que os “outros não existem” ou não têm suficiente resistência ontológica, como menciona Fanon em *Peles negras, máscaras brancas* (Maldonado-Torres, 2007). A partir da elaboração cartesiana, fica clara a ligação entre o conhecimento e a existência. Em outras palavras, o privilégio do conhecimento de uns tem como corolário a negação do conhecimento de outros, da mesma forma que a afirmação da existência de uns tem como lado oculto a negação do direito à vida de outros: “a desqualificação epistêmica se converte em instrumento privilegiado da negação ontológica” (Maldonado-Torres, 2007, p. 145) (Castro-Bernardino *et al.*, 2020, p.12).

Milton Santos, como um pensador social crítico do Terceiro Mundo, diante das suas inseguranças e depois com o seu fortalecimento, que se constrói com a amplitude de sua dedicação, conhecimentos e inquietação proveniente de suas viagens pelo mundo, busca entender a condição de como o subdesenvolvimento se faz presente. O pensar miltoniano versa analisar como o desenvolvimento da Geografia está se movendo para criar uma forma de ciência desde que ele saiu para o mundo. Segundo Homi K. Bhabha (2000), a investigação científica tem sua carga ideológica, assumida ou não pelo pesquisador e cabe a quem investiga estabelecer o que pretende ao fazer ciência, e em nossa análise, Milton soube o que pretendia para a ciência geográfica: romper com a colonialidade no poder.

Neste cenário de crítica à Geografia e aos seus formuladores, o pensamento miltoniano dialoga com a proposta de Aníbal Quijano em “Colonialidad y Modernidad/Racionalidad ” (1990, 1992 *apud* Mignolo, 2008), onde propõe a

Desobediência Epistêmica.

La crítica del paradigma europeo de la racionalidad/modernidad es indispensable. Más aún, urgente. Pero es dudoso que el camino consista en la negación simple de todas sus categorías; en la disolución de la realidad en el discurso; en la pura negación de la idea y de la perspectiva de totalidad en el conocimiento. Lejos de esto, es necesario desprenderse de las vinculaciones de la racionalidad-modernidad con la colonialidad, en primer término, y en definitiva con todo poder no constituido en la decisión libre de gentes libres. Es la instrumentalización de la razón por el poder colonial, en primer lugar, lo que produjo paradigmas distorsionados de conocimiento y malogró las promesas liberadoras de la modernidad. La alternativa en consecuencia es clara: la destrucción de la colonialidad del poder mundial (Quijano, 1990, 1992 *apud* Mignolo, 2008, p. 287).

As ações críticas apresentadas por Milton Santos ao conjunto de formas que servem de modelo para a sustentação do fazer e saber geográfico, pode não apresentar a linha de radicalidade proposta por Quijano, porém, vai pontuando um caminho para realizar o desencadeamento epistêmico, movimento proposto por Mignolo (2008), que demonstra a necessidade de ruptura aos conceitos eurocêntricos. O pensamento miltoniano, com as suas intervenções, provoca tensões ao confrontar a condução do pensamento geográfico vigente, questionando a forma mecânica, que constitui um modelo congelado na busca de explicar uma realidade dinâmica. Neste sentido, o rigor, assim como a neutralidade científica que os formuladores da Geografia buscavam alcançar, se apresenta turva, apenas atendendo aos interesses previamente determinados pelos que detêm o poder. Podemos pensar que o horizonte do analisar, estudar e retratar reproduzem a ideologia dos dominantes, as mudanças dos métodos não representaram um realinhamento em relação aos objetivos dos seus estudos.

O que Milton Santos faz no seu livro “Por Uma Geografia Nova” (2021) é colocar em questão o privilégio epistêmico, demonstrando que as práticas que favorecem as formas de ver, enunciar e interpretar o mundo a partir da visão e comportamento dentro do contexto científico global, apesar de incluir a Geografia como ciência, apresentam fragilidades na sua formulação.

A corrente principal da New Geography batizada como Geografia Quantitativa e apelidada também “Revolução Quantitativa” é fruto dessa nova era cujo marco inicial se confunde com o fim da Segunda Guerra Mundial. Essa tendência representa nem mais nem menos que a exaltação da tendência positivista que sempre influenciou a Geografia, desde que esta foi criada como disciplina moderna, ambicionando um lugar na classificação das ciências. Em decorrência da revolução tecnocientífica, os tempos se tornavam maduros para que a quantificação fosse entronizada como técnica de trabalho, como método e até mesmo explicação geográfica (Santos, 2021, p. 99-100).

As mudanças da segunda metade do século XX, principalmente com a mutação e fortalecimento do capitalismo, apesar das disputas da Guerra Fria, provocam o pensador a reavaliar os caminhos

Havia, já então, os instrumentos indispensáveis para dar ao novo enfoque as condições de factibilidade. Tais condições instrumentais eram, para começar, um resultado dos progressos obtidos pelas ciências exatas, tanto por causa das necessidades da própria guerra, como em respostas às exigências de uma nova organização da economia, tornada possível após o término da guerra. Além disso, e influenciando muito mais que as condições instrumentais, as necessidades do novo período da história do capitalismo internacional iam exigir que as ciências do homem se adaptassem e se acomodassem (Santos, 2021, p. 100).

Milton Santos continua com seus argumentos.

Desse modo, a humanidade, em seus milênios de história, evolui de uma situação onde havia uma multiplicidade de modelos produtivos, que eram adaptados à constelação de recursos de cada coletividade, para uma outra situação na qual adotou-se um modelo único, sem relação com os recursos locais e orientado para as necessidades do sistema no centro.

Para que a geografia se tornasse uma coadjuvante em um programa dessa natureza, ela devia adotar como palavra de ordem a noção de modernização cujos índices seriam o instrumento de medida do crescimento “moderno”, índices que passavam a ser calculados a régua e pesados numa balança de precisão: as técnicas quantitativas.

A geografia passou a ser, consciente ou inconscientemente, um instrumento da planificação e não o seu guia; assim, ela buscava justificar necessidades definidas a priori em vez de defini-las como um resultado das equações próprias a cada meio (Santos, 2021, p.101).

Analizando e criticando a estruturação da Geografia como ciência geográfica, Milton Santos na primeira parte do livro “Por Uma Geografia Nova”, denominado A Crítica da Geografia, vai demonstrando que estar no mundo deve ser compreendido pelos seus valores subjetivos dentro de uma racionalidade. Por isso, aponta que a construção da ciência exata, com seus experimentos e cálculos formais, é capaz de produzir recursos dentro de uma materialidade objetiva. Neste sentido, permite a universalização/padronização na forma de representação dados, assim como na utilização dos métodos científicos. No entanto, ocorrem imperfeição na interpretação da realidade, pela falta de entendimento em relação aos sujeitos envolvidos e encontrados nos espaços.

Pensamos que a perspectiva decolonial em Milton Santos, se faz à luz do conhecimento geográfico, tal qual o tectonismo que é a ação da transformação do relevo através dos movimentos das placas tectônicas ou placas litosféricas que se chocam (movimento convergente) ou se afastam (movimento divergente) e com isso podem gerar diferentes relevos. Assim, podemos entender que o pensamento

miltoniano não apaga o que a Geografia produziu, porém, apresenta novos caminhos, incorpora um outro lado que fica obscurecido no fazer geográfico.

Podemos perceber que ao questionar o projeto moderno e suas convenções metodológicas, ele demonstra que a Geografia Colonial, da passagem do século XIX para o século XX, caminhou para uma Geografia a serviço do imperialismo e finalmente do capital financeiro. Pensar e escrever com essa perspectiva tem relação com o seu Giro pelo Mundo, que o leva a uma condição importante para romper a violência epistêmica em que se encontrava diante das atividades acadêmicas vivenciadas na Europa.

A presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas (Laclau; Mouffe, 1985, p. 125). Foi Fanon (2010) quem pela primeira vez expressou esse impedimento, em 1961 (Ballestrin, 2013, p. 91).

Entendemos que o que denominamos Giro por um outro mundo em relação a Milton Santos faz alusão ao livro organizado por Maria Adélia Aparecida de Souza, “O Mundo do Cidadão: Cidadão do Mundo” (1996), que demonstra sua capilaridade que ultrapassou a Geografia, tornando-se um pensador e influenciador para além da sua disciplina de formação e atuação. Ao andar pelo mundo, ensinar e aprender, realizou o que os membros do grupo Modernidade/Colonialidade, chamaram de Giro decolonial (Ballestrin, 2013). “Giro decolonial” é um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres, em 2005, e que significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade.

Neste trabalho, tomamos como o “giro decolonial” e o “giro mundo por um outro mundo” como construções que se cruzam e definem o pensamento do Exu Milton Santos. Com esses giros se relacionam os desdobramentos epistêmicos do pensador, sendo o “Giro Decolonial” como forma sintética de nomear uma inflexão epistêmica, ética e política nas Ciências Sociais latino-americanas (Cruz, 2017). Relaciona-se com a ideia de “Giro mundo por um outro mundo”, que se fundamenta nas encruzilhadas dos caminhos percorridos para exercer atividades profissionais, conduzindo a novas reflexões em relação ao pensamento e ao fazer geográfico.

Acontece então uma multiplicidade de contatos com outros países, a descoberta da América Latina, que eu conhecia mal, a inserção maior na África, essa busca filosófica, o próprio engajamento com os pequenos, mas aguerridos grupos marxistas, sobretudo nos Estados Unidos e também na França. Isso me torna um geógrafo com vocação universal, que sabe que tem uma interlocução que ultrapassa as convenções de carreira e da vida acadêmica (Santos, 2004, p. 38-39).

A trajetória e a escrita intelectual de Milton Santos foi confirmando sua prática de ruptura em relação à violência epistêmica representada pela colonialidade no poder, assim como a do saber, que fortalece os saberes do Norte Global, ao impor determinada visão de mundo. A tensão proporcionada pela autonomia do geógrafo fica marcada ao afirmar ser a Geografia viúva do espaço.

A chamada “nova geografia” também exclui o movimento social e dessa forma eliminou de suas preocupações o espaço das sociedades e dessa forma eliminou de suas preocupações o espaço das sociedades em movimento permanente. A geografia tornou-se viúva do espaço (Santos, 2021, p. 108).

Milton Santos, ainda argumenta, após assinalar a exclusão dos movimentos sociais:

É por isso que tantos geógrafos discutem tanto sobre a geografia – uma palavra cada vez mais vazia de conteúdo – e quase nunca do espaço como objeto, o conteúdo da disciplina geográfica. Consequentemente, a definição deste objeto, o espaço, tornou-se difícil e a da geografia, impossível. Destemporalizando o espaço e desumanizando-o, a geografia acabou dando as costas ao seu objeto e terminou sendo “viúva do espaço”. Para esse resultado contribuiu o fato de terem sido perdidos muito esforço e muito talento na busca de soluções imediatistas para problemas considerados imediatos, sem perseguir respostas particulares para problemas considerados específicos [...]. Tudo isso vem do fato de que, posta ao serviço das coisas e não do homem, a busca de uma identidade ou de uma legitimação realmente científica deixou de ser uma preocupação permanente para ser um estorvo a um trabalho que se tornou muito mais ligado ao mundo dos negócios do que ao interesse social (Santos, 2021, p. 119).

O que Santos efetiva quando aponta ser a “Geografia viúva do espaço”, é fruto da ação de estudar e dissecar o pensamento que estruturava a Geografia, e demonstrar com a sua epistemologia que o conhecimento geográfico sem sua relação social que se dá no espaço, não tem sentido. Afinal, para ele só se faz conhecimento através da busca da compreensão da totalidade, ou seja, através de um novo paradigma na maneira do pensar e do fazer geográfico, que interfere diretamente na construção da Geografia brasileira.

No ano de 1977, quando Milton Santos retorna ao Brasil, foi publicado no Boletim Paulista de Geografia (BPG), seu texto “Sociedade e Espaço: a formação social”, onde está explicitado em sua escrita a preocupação em entender o espaço como instância social³⁵. Texto marcado pelos conceitos marxistas e indicando a

³⁵ Em vários livros de Santos haverá uma busca conceitual para explicar o espaço, objeto da Geografia, como instância social no mesmo patamar que a política, a economia e a cultura. O espaço geográfico é uma instância que se relaciona dialeticamente com o mundo, a formação socioespacial e o cotidiano.

importância da formação econômica e social para pensar na construção de uma proposta capaz de uma formulação teórica sobre o espaço.

Em “Por Uma Nova Geografia” (1978), apresenta a reflexão crítica em relação à falta de objeto da produção geográfica, demonstrando ser o espaço este objeto capaz de sulevar o pensamento da disciplina. Esta obra mostra o amadurecimento do pensamento miltoniano sobre a epistemologia do espaço, após uma longa análise realizada sobre a teoria do conhecimento da Geografia. Debruçado sobre como o paradigma geográfico edificava seus saberes científicos, a despeito de suas especificidades, diferentes objetos, determinando formas, características e representações em que estava estudando. A importância da publicação é assim retratada por Ruy Moreira (2021).

É quando entra em cena Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica, livro lançado no Encontro de Fortaleza, em 1978. Um livro com o qual Milton Santos traz para o movimento aquilo que lhe faltava: a base substantiva e sistemática das ideias. Como que num repente, a noção da historicidade do espaço é internalizada na geografia e o conceito de espaço geográfico ganha nova cara.

Ao longo desse livro, descobre-se com Milton Santos que a sociedade é o seu espaço geográfico e o espaço geográfico é a sua sociedade. Ora, se o espaço tem essa natureza, seu modo de entender muda de todo. Mais que isso: se é ele o objeto da geografia, então na geografia tudo muda

Não se limitando a apresentar a historicidade do espaço como uma pura tese, antes tomando-a como uma noção de base, Milton Santos submete o discurso geográfico a uma completa releitura. E isso numa extensão que vai da crítica epistemológica à teoria do objeto. Milton Santos insere a geografia no debate intelectual maior, enfronhando-a com os embates políticos e filosóficos que naquele momento agitam o mundo das ideias. Faz dos seus temas um tema da geografia. E vice-versa (Moreira, 2021, p. 27).

Entendemos ser a análise realizada por Ruy Moreira (2021) em relação ao livro um importante indicativo da contribuição de Milton Santos para o caminho da concepção decolonial da Geografia, abrindo caminhos outros para o pensamento geográfico. Como estamos apresentando neste trabalho, a proposta miltoniana é uma alternativa ao pensamento acadêmico tradicional e colonial em que estava inserido o olhar e o fazer geográfico, estando do lado oposto às demandas que consolidam a hegemonização dos saberes e da produção econômica em mãos dos que se consideram o centro. Entendemos e pensamos que apesar do término do colonialismo, a colonialidade do poder, onde está armazenada as práticas e os legados do colonialismo europeu com as formas de conhecimento e as ordens sociais, assim nos aponta Quijano (2005). Logo, ao realizar a crítica de maneira consistente ao cientificismo, ao pragmatismo técnico e à doutrinação ideológica da Geografia

realizada pelo Norte Global, Milton Santos buscava soltar as amarras que orientavam a sua produção e conduziam os seus serviços.

A publicação de Milton Santos (1978) se destaca dentro de uma conjuntura de emergências e rupturas da história política do Brasil, assim como na produção do pensamento geográfico brasileiro. Como apresentamos no capítulo 1, o ano de 1978 é marcado também pelo III Encontro da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) em Fortaleza (Ceará), que representa um novo direcionamento para a Geografia Brasileira. Na realidade, os diálogos acalorados ocorridos no encontro em Fortaleza tinham como provocação questionar o domínio da corrente *New Geographic*, pelos seguidores da Geografia Crítica, onde Milton Santos se inseria (Silva, 2017). É preciso salientar que esta corrente tem como expoentes o próprio Armando Corrêa da Silva citado acima, David Harvey, Edward Soja, Yves Lacoste e Massimo Quaini, dentre outros. Dentro do bojo do crescimento desta corrente que emerge nos anos de 1960 na Geografia, com forte influência do marxismo, temos a eclosão de novos cenários produtores do seu pensamento, aparecendo com relevância os Estados Unidos da América do Norte.

Voltando aos debates brasileiros, vejamos as análises de Armando Corrêa da Silva (2017), que expõe os antecedentes do III Encontro da AGB.

O BPG 54 contém quatro trabalhos importantes: “O Pensamento Geográfico e a Realidade Brasileira, de Manuel Corrêa de Andrade; “Os Postulados da Análise Funcionalista na Geografia e Seus Aspectos ideológicos”, de Sílvia Carlos Bray; “O Econômico” na obra “Geografia Econômica” de Pierre George; “Elementos Para uma Discussão”, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira; e “Sociedade e Espaço: A Formação Social Como Teoria e Como Método”, de Milton Santos.

Apesar da importância dos quatro ensaios, o texto de Milton Santos merece destaque por conter uma proposta de trabalho. Nesse texto é discutida a categoria Formação Econômica e Social, para informar uma teoria do espaço. Depois de relacionar espaço e sociedade, Milton Santos conclui: “Como podemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e espaço inerentes à categoria da formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. De fato, é de formações socioespaciais que se trata” (Santos, 1977, p. 13 *apud* Silva, 2017, p. 75-76).

Os dois eventos referidos na citação, o III Encontro da AGB e o lançamento do livro “Por Uma Nova Geografia”, interferem profundamente no fazer geográfico. Milton Santos foi o geógrafo brasileiro que mais projetou a Geografia para o exterior, além de provocar internamente inquietudes com a sua escrita provocativa. Seu retorno ao país marca, metaforicamente, um processo de terremoto, ao liberar de forma

instantânea energia como ondas que abala a produção da geográfica, causando reflexos não só acadêmicos, mas também prolongamentos nos livros destinados à educação básica. A onda da Geografia crítica, na década de 1980, atinge também a sala de aula e os professores, provocando um “giro” na disciplina, inserindo os conceitos miltonianos de espaço como instância social e seus atravessamentos com as formas de apropriação da natureza, para elaborar com fundamento a análise da sociedade capitalista.

Do ponto de vista acadêmico, tal como as análises de Walter Mignolo (2003), o pensamento miltoniano demonstra que as propostas teóricas produzidas em determinados lugares geohistóricos e com idiomas produzidos pela colonialidade, propagada pelo mundo, consagra seu poder e impõe a sua legitimidade. Porém, Milton Santos confronta esta colonialidade do saber e do ser, apesar da formação eurocentrada, realizando uma obra na sua língua de origem - português - propondo caminhos outros no fazer da Geografia, marca assim uma nova geopolítica do conhecimento.

5.2 Por uma Geografia crítica “brasileira”

Ao iniciar essa parte do desenvolvimento da tese, possuindo como referência a proposição apresentada por Milton Santos na terceira parte do livro “Por uma Geografia Nova”, intitulada como “Por uma Geografia Crítica”, podemos fazer um cruzo com a escrita de Arturo Escobar (2021), no artigo “Mundos e Conhecimentos de Outra Maneira”. A ideia de Escobar é entender o que ele chama de “Programa Latino-Americano de Pesquisa sobre Modernidade/Colonialidade”, que impulsiona mudanças profundas na construção de novas epistemologias, tendo como partida a pluralidade da América Latina.

Isso não significa que o trabalho desse grupo interessa apenas às ciências sociais e humanas supostamente universais, mas sim que o mesmo grupo busca intervir de forma decisiva na discursividade das ciências modernas para configurar outro espaço de produção de conhecimento – a diferente do pensamento, um paradigma do outro, a própria possibilidade de falar sobre “mundos e conhecimento de outra maneira”. O que este grupo sugere é que um outro pensamento, outro conhecimento – e outro mundo, no espírito do

Fórum Social Mundial de Porto Alegre³⁶ – certamente são possíveis (Escobar, 2021, p. 1).

³⁶ Fórum Social Mundial (FSM) é assim denominado o encontro de discussão e contraposição ao atual modelo de globalização, bem como ao neoliberalismo e ao imperialismo. Sendo um espaço plural, diversificado, não governamental e não partidário.

Percebemos o quanto a escrita reflexiva de Arturo Escobar e sua análise do grupo Modernidade/Colonialidade se aproxima com a proposta miltoniana que está na abordagem do livro “Por uma Geografia Crítica”. É de nosso entendimento que o posicionamento provocativo do seu pensar, apontando as questões que envolvem o fazer científico, os riscos a serem percorridos, as interferências, a condição multifacetada das informações a alimentar a edificação do conhecimento a ser buscado aponta a necessidade de epistemologias que não se fundam apenas com o conhecimento europeu. Milton Santos está apontando e propondo a necessidade de uma transformação na condução do ato de fazer ciência.

A missão do homem de ciência é arriscada por definição. Nenhum risco, porém, é tão grave quanto o de formular uma verdade científica como uma certeza eterna. Na engrenagem atual do trabalho científico, esse risco é tanto maior quando certos pensadores e pesquisadores, chegando a resultados válidos após uma reflexão frequentemente longa, passam a utilizá-los como verdadeiros dogmas, toda discussão se fazendo em termos de validade ou não do postulado, o que substitui a procura dos corretivos impostos pela própria evolução da coisa.

Isso é perigoso também no âmbito das disciplinas a que se chamam exatas, denominação que é, para começar, eivada de pretensão, pois o objeto da preocupação dos cientistas “exatos” é passível de evolução permanente e só por isso está sempre a sugerir novas interpretações.

Além disso, a ampliação dos conhecimentos é multilateral e os progressos obtidos em um ramo do saber se transmitem aos outros e os afetam. A extensão contínua das fontes de informação funciona com um verdadeiro alimentador, cujo efeito de germinação se multiplica em todas as direções. Nenhuma ciência pode ficar imune. Ao preço de insumos involuntariamente recebidos de laboratórios vizinhos, as verdades adquiridas têm de ser revistas e, com a ajuda de novas verdades já impostas aos domínios afins, cada disciplina particular é forçada a modificar, ajustar, melhorar seu próprio esquema de apreensão da realidade (Santos, 2021, p.193-194).

Milton Santos, assim como Arturo Escobar, nos provoca a não aceitar passivamente as reflexões advindas dos grandes centros do conhecimento, marcadamente localizados no Norte Global, e demonstram a insuficiência de uma simples análise crítica em relação aos seus respectivos estudos, demonstram suas ações para além da crítica, apontando caminhos outros no fazer ciência. Assim nos é apresentado por Escobar (2021) nos seus estudos e Milton Santos ao longo dos escritos em “Por Uma Geografia Nova” (2021). Neste sentido, a opção decolonial se evidencia por demonstrar uma perspectiva militante na produção de conhecimentos que interferem na geopolítica do conhecimento, colocando a América Latina também como referência na teoria social crítica. Entendemos ter a teoria social crítica, como fundamento procedimental a analisar a sociedade, com uma lupa cuidadosa para compreender e criticar as estruturas sociais, políticas e culturais. A partir dessa ação,

promover com as suas propostas reflexivas caminhos outros para assim construir possibilidades no caminho da emancipação humana, tendo como horizonte possíveis transformações sociais.

A parte 3 do livro aponta para a busca de um novo paradigma. Nessa perseguição por um outro paradigma, para a Geografia, Milton Santos não só se propôs, como também realizou a construção de uma teoria crítica do espaço, sendo influenciado pelo contexto, onde o pensamento marxista se encontrava em evidência. Em nossa hipótese, apontamos que os pensadores da Modernidade/Colonialidade, em suas formulações conceituam um processo que vai ao encontro da formulação teórica revolucionária de Milton que em seu objetivo propôs a compreensão do espaço como fato social, fator e instância social.

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Neste caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (Santos, 2012, p. 12, grifo do autor).

Neste seu caminho na construção de formas vocabulares que servem de modelo para um sistema de reflexão, ou seja, na elaboração de um paradigma, Milton Santos está propondo um novo edifício teórico-metodológico, que na sua formulação se torna referência para a Geografia, assim como para as demais ciências humanas e sociais, onde seus focos de estudo estão na sociedade existindo na superfície do planeta.

A noção de paradigma tem sido utilizada segundo diferentes critérios e acepções, todos mais ou menos conducentes a considerá-lo como uma guia para a elaboração de conceitos, teorias e modelos. Fala-se, frequentemente, de um paradigma como expressando uma concepção teórica. O problema está exatamente na identificação do paradigma novo que vai, assim, condenar ao olvido o velho paradigma e obrigar todo o aparelho a uma renovação. Essa questão não pode ser resolvida fora da história: é da observação dos fatos concretos, na forma como eles se apresentam concretamente, que se impõe aos diversos especialistas um novo elenco de relações, dispostas sistematicamente e cuja força para deslocar as teorias precedentemente vigentes vem do fato de que o novo sistema de ideias é tirado da própria realidade e não de uma filosofia qualquer (Santos, 2021, p. 195).

Diante da perspectiva apresentada por Milton Santos, entendemos como a sua obra tem significância dentro do contexto da emergência do pensamento decolonial

evidenciado pelos que seguem a essa linha epistêmica. Luiz Fernandes de Oliveira (2021) nos faz pensar e entender a opção decolonial/descolonial demonstrando as diferenças da seguinte forma.

Descolonizar significaria então, no campo da educação, uma práxis baseada em insurgência educativa propositiva – não somente denunciativa. Por isso o termo “DE” e não “DES” – em que “insurgir” representa a criação e a construção de novas condições sociais, políticas e culturais de pensamento. Em outros termos, a construção de uma noção e visão pedagógica que se projeta muito além dos processos de ensino e de transmissão de saber, uma pedagogia concebida como política cultural, envolvendo não apenas os espaços educativos formais, mas também as organizações dos movimentos sociais. DEcolonizar na educação é construir outras pedagogias além da hegemônica. DEScolonizar é apenas denunciar as amarras coloniais e não constituir outras formas de pensar e produzir conhecimento (Oliveira, 2021, p. 20).

Compreendemos que a ação do geógrafo revolucionário Milton Santos, no livro “Por Uma Geografia Nova”, aprofunda uma crítica importante por conseguir desnudar as mazelas sociais existentes no espaço e propor a construção de um mundo com dignidade humana. Por isso, assim como nos apontou Oliveira (2021), ser uma iniciativa que se entende pensar dentro de uma chave analítica de uma Pedagogia Decolonial. Não apenas por *pensamentos outros*, mas por consolidar o *pensamento nosso*, construído por um intelectual/pensador do Sul a partir do Sul. Santos nos propõe uma nova fase em relação ao olhar e no produzir Geografia, a sua busca por um novo paradigma segue a direção de pensar a ciência geográfica, não como ciência natural, e sim ter entendimento de ser uma ciência humana.

Uma mudança de paradigma corresponde a uma mudança completa na visão do mundo, que o novo paradigma deve representar. Em verdade, não é a nossa visão do mundo que mudou, o que mudou foi o próprio mundo. A história humana é marcada por saltos quantitativos e qualitativos, que significam uma nova combinação de técnicas, uma nova combinação de forças produtivas e, em consequência, um novo quadro para as relações sociais.

A cada mudança técnica, as verdades científicas do passado devem ceder lugar a novas verdades científicas.

Não nos deixemos enganar. Não é possível pensar em um paradigma que seja particular, exclusivo, de uma ciência isolada, particular. Um paradigma afeta ao mesmo tempo todas as disciplinas científicas, “exatas” ou não. Se é um fato que a cada aparição de um novo paradigma a ordem de importância das ciências também muda, isso não quer dizer que há departamentos do saber que escapem à sua ação revolucionária. O paradigma novo se impõe a todas as ciências e lhes impõe transformações consideráveis e às vezes brutais (Santos, 2021, p. 198).

Ressaltamos que, quando Santos discorre sobre a busca de um novo paradigma para a geografia ser um processo que afeta ao mesmo tempo vários

conhecimentos científicos, ele mais uma vez aponta o seu pensamento em relação à condição de isolamento que a Geografia possui. Isto se mostra como dúvida para entender como podemos pensar a Geografia com uma ciência de síntese? Esse não seria o caminho, segundo o pensamento miltoniano. Essa sua inquietação o levou a sempre caminhar na busca da construção da ciência geográfica, traçando possibilidades no trajeto de um novo paradigma e como o mesmo pode interferir no âmbito das ciências.

Os problemas a rever não são, pois, exclusivamente questões *particulares*, quando um novo paradigma se levanta. Toda a problemática é a rever, porque a problemática do todo já não é mais a mesma. Isso não significa que a totalidade das relações seja igualmente atingida. Basta, no entanto, que algumas dessas relações, ou mesmo uma delas, conheça uma modificação importante (sejam as técnicas, os modos de produção, as relações de produção, as relações de trabalho), para que todo o edifício teórico caia e deva ser imediatamente substituído, a menos que desejemos manter-nos sem um aparelho interpretativo válido.

A noção de paradigma não pode ser derivada da história particular de uma ciência ou de uma descoberta feliz de um cientista caprichoso e genial. A noção de paradigma pertence à história e se impõe ao mesmo tempo que os movimentos históricos de fundo (Santos, 2021, p.198-199).

Nossa proposta é pensar diante da reflexão proposta por Milton Santos, é estar sempre em busca de entender o mundo do tempo presente, e desse modo, contribuir para sua transformação. Neste sentido, captamos que o referido autor estabelece um compromisso com o tempo vivido ou presente, demonstrando que no campo do saber, as investigações encaminham para a necessidade de mudanças de postura e caminhos e só assim o que produzirmos como conhecimento, será válido. Por esse sentido, podemos relacionar as discussões apresentadas com a ideia de atitude decolonial, apresentada por Nelson Maldonado-Torres (2016, p.88), na publicação *Transdisciplinaridade e decolonialidade*: “O que chamo aqui de atitude decolonial encontra suas raízes nos projetos insurgentes que resistem, questionam e buscam mudar padrões coloniais do ser, do saber e do poder” (Torres, 2016, p. 88).

Como um pensador social crítico que foi construindo caminhos, edificando estradas que se cruzam com outras disciplinas, Milton Santos demonstra entender o paradigma de uma nova Geografia, fruto da ação múltipla das disciplinas e de saberes outros. Neste rumo, mais uma vez o pensamento de Maldonado-Torres (2016) se relaciona com as proposições miltonianas, ao demonstrar que o projeto de decolonização é incompleto e para a superação seria necessário uma Transdisciplinaridade.

A partir de Fanon pode-se chegar à conclusão de que a decolonização é tanto um projeto incompleto e em processo como uma atitude. Com base no exercício da decolonização como projeto e atitude é que qualquer uso de disciplinas e métodos tem sentido. Do contrário, as disciplinas e os métodos tendem a ser orientados pelo projeto e pela atitude moderno-coloniais. Transdisciplinaridade, neste contexto, significa, em primeiro lugar, a necessidade de reconhecer imperativos e lógicas mais amplas do que as disciplinas que encontram sua orientação própria e em relação às quais elas mesmas e seus métodos podem se destruir e se reconstruir de forma distinta (Maldonado-Torres, 2016, p. 93).

Ao fazer referência e prestar homenagem a partir da leitura da obra de Milton Santos, Mônica Arroyo (2022) no artigo intitulado “A transição em marcha: o desafio às formações socioespaciais do Sul”, em suas reflexões nos apresenta como a escrita deste pensador demonstra a sua autonomia epistêmica. Demonstrando estar o pensamento miltoniano sempre na sua busca pela amplitude do conhecimento geográfico ao apresentar uma proposta inovadora, demonstra a importância do cruzamento com outras disciplinas para compreensão da realidade existente no espaço.

Estamos perante um dos grandes expoentes do pensamento social crítico latino-americano. Como disse Santos numa entrevista, “a teoria é uma produção social datada, o que significa que as grandes mudanças históricas ferem mortalmente os conceitos vigentes” (Seabra *et al.*, 2000, p. 41), daí a necessidade de sua atualização. Isto o levaria a um aprofundamento incessante em questões de teoria e método e à elaboração de um sistema de conceitos constitutivos e operacionais, fundado num exercício de análise da história, para fugir da descrição meramente adjetiva ou baseada em metáforas. Por isso sua preocupação e insistência com a *metageografia*, essa filosofia particular que lhe permite conversar com outras disciplinas; esse prisma com o qual se interpreta o mundo, de forma autônoma, mas não independente do saber geral. “Construir o objeto de uma disciplina e construir sua metadisciplina são operações simultâneas e conjugadas” (Santos, 1996, p. 17). Nessa perspectiva, o autor não mede esforços numa teorização sistemática ao interior da geografia, tornando central a discussão sobre seu objeto, isto é, o espaço. E, ao mesmo tempo, dedica-se a estar em diálogo aberto e permanente com a filosofia, a história, a economia, a sociologia, dentre outras disciplinas. Ao final, como ele disse, o mundo é um só (Arroyo, 2022, p. 68).

Ao propor como objeto da Geografia, o espaço, Milton Santos contribui para que a Geografia tenha um novo horizonte, demonstrando a importância dos contatos com outras disciplinas, reconhecendo que a Geografia isolada nos seus conhecimentos da natureza, não é capaz de compreender as estruturas que fundamentam o entendimento do mundo. Essa Geografia “transdisciplinar” deve ter como centralidade o espaço e o foco na sua totalidade, ou seja, na sua dinâmica interna existente. Afinal, nesta perspectiva o espaço é apropriado/preenchido pelos processos políticos, econômicos, culturais e ideológicos.

O dado global que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade tem um significado particular para cada lugar, mas este significado não pode ser apreendido senão ao nível da totalidade. De fato, a redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição quantitativa e qualitativa das infraestruturas e de outros atributos do espaço. O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não tem um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais.

O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

Os objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetos da produção num dado momento e, em seguida, pelo fato de sua própria presença, influenciam-lhes os momentos subsequentes da produção (Santos, 1997, p. 91).

O espaço pensado por Milton Santos encontra-se dentro de uma totalidade, sendo não apenas um reflexo das ações sociais, mas na realidade é um fator social, entendido como um conjunto de realidades que representa relações constituídas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente. O autor amplia essa visão quando nos apresenta como se estuda o espaço.

O Ser é a sociedade total; o tempo são os processos, e as funções, assim como as formas são a existência. As categorias fundamentais do estudo do espaço são, pois, a totalidade e o tempo; mas, como o acontecer sobre o espaço não é homogêneo, a noção de lugar e de área se impõem, impondo ao mesmo tempo a categoria da escala, isto é, a noção de fração de espaço dentro do espaço total. Apenas o acontecer próprio a um lugar não é indiferente ao acontecer próprio a um outro lugar, exatamente pelo fato de que qualquer que seja o acontecer é um produto do movimento da sociedade total (Santos, 2021, p. 218).

Logo, Milton Santos apresenta ser o espaço o objeto da Geografia, porém, nos demonstra ser um conceito dinâmico, apontando que para a compreensão da organização espacial deve-se ter como referência as seguintes categorias: estrutura, processo, função e forma. As citadas categorias devem ser observadas a partir de uma relação dialética entre elas e a totalidade social, encontrada no espaço resultante dessas múltiplas interações. Só dentro desta chave de análise podemos entender como a sociedade se organiza no espaço, ou seja, como se constrói a sua espacialidade, permitindo o entendimento das razões de sua intervenção que modificam e transformam a dinâmica do espaço.

Consequentemente é pela estrutura como categoria que é possível analisar o

espaço e o modo que está organizado. Esse processo nos permite entender e observar as ações contínuas efetuadas no espaço, condição capaz de validar as transformações ao longo do tempo e dessa forma, como as estruturas sociais e econômicas se comportam. Tal processo permite alcançar a forma e perceber o padrão espacial, como os objetos que materializam a ocupação do espaço. Logo a função é compreender como o espaço é dinamizado, nos permitindo no conjunto das categorias e ter enquanto horizonte a sua totalidade.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (Santos, 1978, p. 122 *apud* Saquet, 2008, p. 32).

Analisar o “espaço total de nossos dias” (2021, p. 201), como nos propõe Milton Santos, é estar atento às múltiplas ações que nele ocorrem e suas transformações resultantes. Considerando que as metamorfoses não são marcadas por rupturas com as marcas do passado, devemos nos atentar aos fatores e às condições que influenciaram na organização do espaço, que se fazem presente, mesmo de forma secundária na sua composição atual.

Devemos ter como horizonte, quando analisamos o espaço dentro da episteme miltoniana, ser o mesmo formado a partir de um conjunto de sistemas de objetos e ações fundamentados e complementados pelo cruzamento da técnica, do tempo, da razão e da emoção. Neste cruzo de forças que não se anulam, mas que conduzem a uma variedade de formações dentro de uma mesma espacialidade, representando objetivos distintos é o que fundamenta ser o espaço um campo de forças. Diante dessa tensão, temos que pensar como nos aponta Santos (2021) que

O espaço total e o espaço local são aspectos de uma única e mesma realidade – a realidade total – à imagem do universal e dos particulares. A sociedade global e o espaço global se transformam através do tempo, num movimento que, embora interessando igualmente às diversas frações da sociedade e do espaço, é o resultado da interação entre sociedade global e espaço global e de suas diversas frações (Santos, 2021, p. 208).

A abordagem miltoniana sobre o espaço total e local, nos leva a um paralelo entre os conceitos de sociedade global e de espaço global, como uma contribuição ao adensamento sobre o conjunto de ações e atores que disputam o domínio do espaço. Dessa forma, nos permite trazer o pensamento de Walter D. Mignolo (2003), no livro

“Locais/Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar”
como mais um cruzo com as ideias miltonianas

Na segunda metade do século XX, a emergência do colonialismo global, gerenciado pelas corporações transnacionais, apagou a distinção que era válida para as formas iniciais de colonialismo e a colonialidade do poder. No passado a diferença colonial situava-se lá fora, distante do centro. Hoje emerge em toda parte, nas periferias dos centros e nos centros da periferia. A diferença colonial é o espaço onde emerge a colonialidade do poder. A diferença colonial é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados (Mignolo, 2003, p. 10).

Percebemos que Milton Santos, apresenta uma conexão com as proposições de Mignolo.

Chegamos à fase histórica em que a noção de espaço global se impõe com mais força porque as variáveis que ajudam a tecer o seu contexto têm uma origem cada vez mais longínqua e um alcance mundial. Isso foi possível porque, com o atual capitalismo da organização comandado pela presença das firmas multinacionais, o processo de acumulação do capital não poderia mais fazer-se sem que tais grandes firmas pudessem ir buscar, seja, onde for, as condições para obtenção de um lucro maior (Santos, 2021, p. 208-209).

Assim como a diferença colonial interfere na estruturação do espaço, demonstrando a manifestação da colonialidade do poder, onde os projetos globais se fazem representar e interferir na produção, objetivando assim a universalização de um empreendimento em prol do domínio constitutivo pelo Norte Global na busca de consolidar a sua hegemonia. Milton Santos, como já afirmamos neste trabalho, apesar de não utilizar na sua reflexão o conceito denominado posteriormente a sua obra, colonialidade do poder, a episteme segue a mesma linha do pensar ao demonstrar a expansão do domínio do Norte Global a partir das suas multinacionais. A partir desta percepção sobre a expansão do capitalismo, apontada nas escritas das citações anteriores, demonstra-se criticidade nas abordagens, em relação à consolidação da hegemonia do capitalismo sobre o Sul Global. Afinal o capitalismo é o alicerce da colonialidade.

Seguindo as reflexões abordadas, avançamos no sentido de entender como a colonialidade do poder mencionada por Mignolo (2003), assim como a expansão das firmas multinacionais apontadas por Milton Santos (2021), interferem na estruturação do espaço e no campo de atuação do Estado.

A realidade de uma sociedade mundial fez com que também o espaço se tornasse total. Mas o movimento brutal de unificação, iniciado desde os começos do período capitalista por volta do século XVI, é também um

movimento de diversificação que consagra o princípio da unidade e da diversidade na História. Este movimento atinge seu ápice neste período tecnológico em que cada nação parece só pode encontrar destino sob a forma de um Estado (Santos, 2021, p. 221).

Esse Estado constituído sob a égide do poder mundial eurocêntrico, capitalista, que se arroga de moderno acaba adquirindo características que fortalecem a hegemonia/poder dos externos. A imposição do Norte Global e seus projetos vai interferindo nas ações do Estado-nação, possuidor na sua formação de três elementos basilares, que são eles o território, o povo e a soberania. Principalmente, em relação ao terceiro pilar, soberania, pensamos ser a mesma mutilada em função do projeto de modernidade influenciado pela colonialidade, relacionada com a expansão da produção capitalista. Por isso, outras funções são exercidas, agindo como um intermediário entre as forças externas, representadas pelos projetos globais, e as forças internas, identificadas pelas histórias locais.

A noção tradicional de Estado empalidece nas condições político-econômicas do período tecnológico: comando da economia mundial em escala mundial; política internacional fundamentada em interesses econômicos a curto e a longo prazos; desconhecimento das verdadeiras riquezas nacionais pela maior parte dos países; papel das minorias no interior de cada nação; insatisfação crescente das populações, principalmente das populações pobres, provocada contraditoriamente pelas condições do sistema atual (Santos, 2021, p. 221).

Perante as questões que envolvem o chamado Estado-nação, em sua multiplicidade de comportamentos, se destaca sua ação comprometida pela internacionalização da economia, condição que o conduz, na maioria das vezes, a funcionar como agente dos interesses de empresas estrangeiras. Essa opção, normalmente, é alicerçada na ideia de modernidade/desenvolvimento, considerando que a presença e a relação com os de fora podem trazer para os de dentro. Na realidade o que suleia a relação a partir desse posicionamento do Estado é a reprodução da dependência, da subordinação e da perpetuação da colonialidade. Mas, apesar dessa condução favorecida pela sua forma de atuação, nos países subdesenvolvidos, se faz importante, mesmo com a forma opaca ao tratar as necessidades das estruturas internas. Por isso, Milton Santos (2021, p. 224) apresenta o seguinte argumento: “Os Estados-nações são formações socioeconômicas por excelência tanto pela necessidade e complexidade das relações exteriores como pelas necessidades emergentes das sociedades locais”.

Milton Santos aborda a condição de intermediário que a relação do Estado demonstra ao agir associada às questões que remetem à vida social.

Sem falar da complexidade crescente da vida social e da anomia característica da vida nas cidades, tudo isso dá ao Estado um papel cada dia mais importante, sendo o poder público chamado a se intrometer cada vez mais em domínios diversos, seja para tentar estabelecer ou reestabelecer o chamado equilíbrio social, seja para oferecer aos cidadãos uma resposta às exigências cada dia mais impressionantes da vida cotidiana, como a saúde, a educação, os transportes, o trabalho, a diversão etc. (Santos, 2021, p.226-227).

Ao propor uma nova Geografia Crítica, o pensamento miltoniano foi construindo um caminho analítico, que ao buscar entender a corporalidade do Estado e seus sistemas de ação, assim como as suas multiplicidades de atuação, vai percorrendo como a mundialização da economia interfere e condiciona o seu olhar prioritário. Apesar de entender a necessidade do relacionamento com o externo, o mundo pautado na expansão capitalista sob a liderança das nações desenvolvidas, na atualidade países centrais, esmagam a soberania dos países subalternos. A colonialidade global, resultante da modernidade global, se faz representar pelas ações das corporações transnacionais capazes de disseminar hierarquizações e desigualdades econômicas, tal qual nos demonstra Mignolo (2017).

A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade. Por isso, a expressão comum e contemporânea de “modernidades globais” implica “colonialidades globais” no sentido exato de que a Matriz Colonial de Poder (MCP) é compartilhada e disputada por muitos contendores: se não pode haver modernidade sem colonialidade, não pode também haver modernidade sem colonialidade, não pode também haver modernidades globais sem colonialidades globais (Mignolo, 2017, p. 2).

Walter Mignolo (2017) consolida como a colonialidade do poder cria um sistema colonial moderno, fazendo com que o processo de exploração se perpetue, sem levar em consideração as questões sociais. A mundialização capitalista trazida pelas corporações, com a ideia de modernidade, evidenciada pela escrita de Milton Santos, não se preocupa com a vida social dentro do Estado-nação, revelando que nem tudo é economia.

No que diz respeito às relações entre os grupos humanos e o Estado, trata-se muito mais de ações dependentes, porque toda força do poder é insuficiente para negligenciar as “rugosidades” que definem cada pedaço do território; com efeito, sendo cada pedaço do território definido por uma história, por um arranjo específico dos homens, dos equipamentos e das atividades, nenhuma ação externa e nenhuma ação do Estado ou que o Estado transmite podem ser indiferentes a estas rugosidades (Santos, 2021, p. 227).

Assim continua Milton Santos,

O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história mas em um dado momento ele representa um dado fixo. Ele se chama espaço logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas. É o uso deste poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e formas de ocupação do território (Santos, 2021, p. 233).

Em nosso entendimento, Milton Santos ao propor uma Geografia nova, colocando como centralidade o espaço e a análise do Estado-nação como unidade geográfica de estudos, aponta a necessidade de observar com acuidade questões que estão obscurecidas em função da ideia de ser a economia global o caminho para a modernidade. Quando aborda as rugosidades, Milton Santos apresenta um cenário marcado pela associação entre o passado e o presente que constituem o espaço, não podemos compreendê-lo à luz apenas da modernidade advinda do imperativo econômico, precisamos levar em consideração o povo, a dinâmica dos que fazem parte do espaço social.

A noção tradicional de Estado empalidece nas condições político-econômicas do período tecnológico: comando da economia mundial em escala mundial; política internacional fundamentada em interesses econômicos a curto e a longo prazos; desconhecimento das verdadeiras riquezas nacionais pela maior parte dos países; papel das minorias no interior de cada nação; insatisfação crescente das populações, principalmente das populações pobres, provocada contraditoriamente pelas condições do sistema atual. Tudo isso contribui ao mesmo tempo para retirar do Estado uma parcela importante de suas funções e de sua força, mas também fazem dele um instrumento indispensável (Santos, 2021, p. 221-222).

Nesse cruzo, entendemos como Mignolo que,

A matriz colonial inclui a esfera econômica e não a separa de outras esferas. Todos eles estão inter-relacionados na naturalização da cosmologia ocidental (por exemplo, a totalidade) que produz o efeito mágico de nos fazer acreditar que o mundo é o que essa cosmologia diz que é. O distanciamento é urgente e requer uma mudança epistêmico-descolonial (que está em curso em diferentes regiões do planeta) proporcionando o conhecimento adquirido por

outras epistemologias, outros princípios de conhecimento e compreensão e, portanto, outras economias, outras políticas, outras éticas (Mignolo, 2010, p.17).

A análise de Mignolo (2010) dialoga com o pensamento apresentado por Milton Santos (2021), ao abordar o conceito de Formação Socioeconômica, que se caracteriza como um modo de produção constituído a partir do encontro entre as forças produtivas e as relações de produção em reunião com os elementos de visões políticas, jurídicas, religiosas, artísticas e filosóficas. Esse emaranhado representa as instituições da sociedade.

Quanto às Formações Socioeconômicas, podia imaginar-se que essa categoria seria melhor utilizada quando os países fossem dotados de autonomia interna e externa. A verdade, no entanto, é diferente. Quando, em nosso tempo, os processos propriamente “internos” da produção se externalizam e a produção “exterior” se internaliza, temos, como nunca antes, um agravamento das dependências, e, ao mesmo tempo, as estruturas, socioeconômicas nacionais se tornam bem mais individualizadas, extremamente diferentes umas das outras.

Além disso, e da mesma forma que a criação de colônias foi necessidade no fim do século XIX, o Estado se tornou, de um modo geral, uma necessidade atual do sistema capitalista. A existência de um Estado atribui à Formação Social um quadro jurídico, político, fiscal, financeiro, econômico e social definido, tudo isso tendo como consequência o fato de que a estrutura econômica e social própria a cada país se torna um dado ainda mais específico, mediante suas próprias transformações operadas sob o impulso de um sem-número de fatores internos e externos.

As multinacionais concluíram uma verdadeira mundialização do mundo. Ao mesmo tempo se reforçava a ideia e a realidade de uma Totalidade Maior, mas uma totalidade sem “lei”, exceto a lei do mais forte (Santos, 2021, p. 236).

Ao trabalhar com o conceito de Formação Socioeconômica, Milton Santos nos apresenta um caminho para analisar a sociedade a partir da sua realidade concreta, tendo como referência o seu cotidiano, ou seja, demonstra ser esse percurso capaz de contribuir para o conhecimento de uma sociedade em sua totalidade. Diante deste objetivo, utiliza como apoio quatro conceitos suleadores do seu pensar em relação ao espaço: forma, função, estrutura e processo. A partir das relações imbricadas por esses quatro conceitos, Milton Santos foi apontando o caminho para a renovação crítica da Geografia brasileira, atingindo também a produção geográfica por vários lugares do mundo.

O mundo mundializado aí está sob nossos olhos, como um fato, embora mascarado pelas próprias condições em que foi gerado: quando a economia se baseia na insensatez, a ordem social apenas se mantém porque a ideologia se intromete; e a ordem política fica obrigada a se confundir, e isto ao infinito, com as demais instâncias de vida. O mundo “mundial” se apresenta aos seus observadores, que são também seus personagens, como

algo de incompletamente compreensível, ao menos para os indivíduos mais desarmados, que são a maioria.

O Estado, porém, por mais internalizado que hoje esteja obrigado a ser, surge a olho nu como algo mais fungível, como um quadro real, capaz de permitir que se captem e distingam as determinações que o definem, desde a origem até o seu ponto de chegada.

Dominado por um modo de produção, o mundo cria objetos segundo uma certa ordem histórica, uma história que envolve a totalidade dos países. É através de cada Formação Social que se cria e recria, em permanência, uma ordem espacial de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela. Por isso, a Formação Social constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo (Santos, 2021, p. 236).

Quando utiliza o conceito de Formação Social, Milton Santos se aproxima ao marxismo, cria-se com este contato a trajetória que traz para a Geografia, a partir do pensamento miltoniano, o entendimento do espaço enquanto uma instância social, capaz de permitir a condução de uma análise mais concreta da relação entre sociedade e espaço, entendendo assim a totalidade dessa relação. Diante dessa condição, em “Por uma Geografia nova” (2021, p. 242), o autor cita uma frase de V. Gerratama (1973, p. 62) que nos permite a economia de uma discussão mais profunda: “o sistema social é uma forma qualquer de sociedade, a formação social é uma sociedade bem precisa”.

Em sua escrita, que retrata um longo caminho percorrido, não apenas do ponto de vista físico/territorial, condição esta já espacializada por nós, sendo a mesma pensada como um giro mundo praticado por Milton Santos, que na sua inquietude pelo conhecimento geográfico e na busca em relação ao entendimento das questões sociais que atravessam as pessoas. O grande intelectual que foi se construindo nesse processo, sendo referência na formulação de uma teoria social não apenas para a Geografia, quando propõe ser o objeto da disciplina o Espaço e no avançar dos estudos, trazer como categoria de análise, a Formação Social, para dar concretude e explicação para as várias fotografias sociais existentes. Milton Santos, apesar de não estar dentro do contexto histórico da emergência do conceito de Decolonialidade, apontava e praticava uma opção decolonial. Segundo Mignolo (2008, p. 287),

A desobediência civil pregada por Mahatma Gandhi e Martin Luther King Jr. foram de fato grandes mudanças, porém, a desobediência civil sem desobediência epistêmica permanecerá presa em jogos controlados pela teoria política e pela economia política eurocêntricas (Mignolo, 2008, p. 287).

Neste sentido, Milton Santos, na elaboração de “Por uma Geografia nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica”, foi tecendo de maneira combativa e

exemplificando caminhos outros para o fazer geográfico, praticando na sua escrita uma desobediência epistêmica.

Ainda pensando em Milton Santos, a escrita de Oliveira (2021) se faz relevante.

Introduzido por Mignolo (2003), a diferença colonial significa pensar a partir das ruínas, das experiências e das margens criadas pela colonialidade na estruturação do mundo moderno/colonial como forma de fazê-los intervir em um novo horizonte epistemológico. A perspectiva da diferença colonial requer um olhar sobre enfoques epistemológicos e sobre as subjetividades subalternizadas. Supõe o interesse por outras produções de conhecimento distintas da modernidade ocidental. O que se produz fora da modernidade epistemológica eurocêntrica, por sujeitos subalternizados, pode ser identificado como diferença colonial (Oliveira, 2021, p. 18).

Pensar na produção de Milton Santos é ver como um intelectual do Sul Global, oriundo do mundo dos subalternizados, não só mostrou sua resiliência perante as imposições do pensamento hegemônico do Norte Global, como também realizou confrontos e apontou outros caminhos. Pensamos em caminhos nossos para o entendimento das questões que envolvem o espaço social. Colocou também interrogação nos padrões, conceitos e perspectivas impostos pela Geografia do Norte Global ao ser a suleadora da produção geográfica do Sul Global. Suas proposições contribuem para uma renovação da produção geográfica brasileira e latino-americana, contaminando, junto com outros geógrafos, um olhar mais social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

MILTONGRAFIA

No mapa-múndi
 ele Brota em Macaúbas
 e colhe África onde se planta
 Periferia
 Na superfície da pele
 cor de petróleo -
 terreno fértil
 para estudar o passado
 e entender o futuro -,
 escorre o suor da
 sabedoria.
 O cérebro
 fincado no mundo
 são bússolas
 que guiam escravos modernos
 através dos Quilombos da Geografia.
 Na face dois olhos
 semiáridos de tanta regar
 territórios devastados
 pelo silêncio dos que não dormem
 por que não comem
 e dos que vivem em banho-maria.
 Na boca
 um sorriso onde afiou suas lâminas
 e destila o verbo no silêncio da academia.
 Ao leste do peito
 solo de mil sonhos
 o Professor e
 topógrafo do sentimento,
 colocou no mapa
 o estado da utopia.

Sergio Vaz³⁷

A poesia *Miltongrafia* escrita por Sérgio Vaz, apresentada na 59ª Ocupação realizada pelo Itaú Cultural em 2023, na cidade de São Paulo, foi partilhada pelos capítulos e a íntegra completa nessas considerações finais. Vaz descreve com maestria o significado, importância e os objetivos do nosso orixá de cabeça nesta tese, o Exu Milton Santos, descortinando esse grande intelectual da Geografia, nos fazendo perceber em 31 linhas e 113 palavras a trajetória de formação e insurgência de Milton Santos.

Nas últimas linhas e palavras escritas por Sérgio Vaz, “o Professor e topógrafo do sentimento, colocou no mapa o estado da utopia”, apesar da palavra utopia nos trazer a ideia de uma civilização ideal, imaginária e fantástica, condições que nos

³⁷ VAZ, Sérgio. *Miltongrafia*. Instagram, 9 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DCJvjxLJNul/?igsh=MXh6d21pNmp4NGdwNA==>>. Acesso em: 9 nov. 2024.

conduz ao mundo das impossibilidades, ao que podemos pensar no lugar que não existe, porém, refletindo sobre os caminhos epistêmicos desenvolvidos por Milton Santos, temos pistas, caminhos outros, caminhos nossos, que são capazes de nos energizar, na mesma linha praticada por Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Angela Davis e Andaiye, intelectuais públicas que muito contribuíram para uma reflexão crítica e na ação para a construção de um mundo melhor, mais humano, valorizando os subalternizados. Para os mais céticos, esse objetivo seria uma utopia, mas para essas mulheres apontadas anteriormente, e também para Milton Santos, as ações são capazes de transformar o mundo, como nos aponta o título do livro “O importante é transformar o mundo” (2022), de Andaiye³⁸. Percebemos que Santos ao retornar para casa e publicar “Por uma Geografia nova” apresenta não só um compromisso com a Geografia, mas como a teoria social deveria estar atenta às demandas e ações que ocorrem no espaço de forma militante e decolonizadora na encruzilhada que vivíamos. Assim como nos aponta Amauri Mendes Pereira (2013),

Não há por que ter medo de encruzilhadas, nem mesmo de seguir a direção errada. Em processos sociais, sempre há encruzilhadas e se ilude quem imagina tê-las transposto de uma vez por todas. Nelas, se encerram e se criam novas histórias, de tal forma que se pode dizer que a história corresponde a uma miríade de encruzilhadas (Pereira, 2013, p. 8).

A escrita de Pereira (2013) foi construída diante das suas reflexões e ações em que aborda a luta contra o racismo no Brasil, é de entendimento nosso ser as encruzilhadas onde o autor demonstra ser as possibilidades de encerramento e criação de novas histórias, condição também apresentada por Milton, não apenas no livro “Por uma Geografia nova”, mas em toda a sua obra após este marcador. Essa proposição de caminhos acadêmicos que muda a realidade social serviu de elemento suleador na busca de entender o mundo na sua totalidade em seus escritos e falas que tencionaram não apenas o fazer, pensar e agir geográfico brasileiro, mas reverberou pelo mundo. O impacto de suas teorias foi legitimado ao ser agraciado pelo prêmio internacional de Geografia Vautrin Lud em 1994, premiação considerada, em função dos critérios de indicação, ser semelhante ao prêmio Nobel, por isso, entre a comunidade da Geografia também é intitulado como “Prêmio Nobel de Geografia”. O professor Milton Santos se torna o primeiro geógrafo negro, do Sul Global a ser

³⁸ Livro que é uma coletânea de textos de Sandra Williams, nascida na Guiana Britânica, que adotou posteriormente o nome de Andaiye, de origem suaíli, significa “a filha que retorna a casa”. Neste livro, ela demonstra sua radical imaginação pela luta feminista periférica.

homenageado por essa premiação.

Para a produção deste estudo, fizemos uma revisão sistemática onde nossa primeira estratégia foi fazer um levantamento bibliográfico de qual livro de Milton Santos estivesse mais próximo a corroborar a nossa hipótese de que este intelectual era um dos que abriram portas para os que constituíram os conceitos de colonialidade e decolonialidade. Após decidir como obra principal de Santos “Por uma Geografia nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica”, partimos para a busca dos textos e autores que pudessem fortalecer nossos pressupostos e objetivos e dessa forma escrever esta tese. Ou seja, neste trabalho de caráter qualitativo e quase arqueológico, identificamos, analisamos e apontamos as relações entre Milton Santos e as proposições decoloniais.

Apresentamos as inquietações e proposições do intelectual acadêmico/orgânico, para entender se a produção miltoniana era capaz de representar a distinção tão comum dentro dos cânones da universidade, porém, na realidade em seu Testemunho Intelectual (2004, p.18), Milton Santos assim se define: “Os americanos estão chamando esse tipo de intelectual, que eu desejo ser, de intelectual público, quer dizer, aquele sujeito que decide pensar como pensa, dizer o que pensa, escrever o que pensa, manter o que pensa”. Diante do seu pensamento, entendemos que o pensar, escrever e agir dentro da obra de Milton Santos foi sendo construída dentro da avidez em que ele se definia.

Estas buscas significam a capacidade de reler as relações entre teoria e prática no âmbito da educação e da pedagogia, no sentido da reconstrução social, educativa e pedagógica gerada pelas profundas mudanças das transformações na esfera da revolução científico-técnica em andamento (Mejía, 2018, p. 60).

O nosso intelectual público, como se autodefine Milton Santos (2004), apresenta a energia da busca por transformações na sistemática de produção no saber geográfico, edificando novos conceitos e na formulação de paradigmas outros no que pensa ser a Geografia. A sua proposição em relação à centralidade do espaço como o conceito capaz de apontar possibilidades outras para o entendimento das relações sociais são atuais. Como Milton Santos fala em seu Testemunho Intelectual (2004, p. 134), “Tenho medo de cometer uma imprudência no que vou dizer, mas creio que a única continuidade que me caracteriza é a busca. Em que sentido tal procura terá rupturas?”. Dessa forma, como apontamos em nossa hipótese, ele age como um Exu abrindo caminhos para pensamentos outros como os do grupo

Modernidade/Decolonialidade.

Evidenciamos que, em sua busca e provocando como consequências as rupturas, o pensamento miltoniano foi sendo elaborado. Na primeira parte de “Por uma Geografia nova”, tematizada como a seguinte questão: A crítica da Geografia, vai construindo um arcabouço diante de uma atuação similar aos agentes internos na formação do relevo, realizando de forma contínua e dinâmica críticas que conduzem o repensar a prática geográfica. É por esta metodologia que aponta como a Geografia Colonial foi se constituindo e destruindo formas de pensar o espaço diferenciado. Com o seu olhar insurgente aponta a necessidade de transformações morfológicas da disciplina, aplicando a expressão no sentido de modificação das estruturas que estuda e dessa forma a decolonizando.

É neste sentido que Milton Santos aponta os problemas e propõe caminhos outros para o pensar, agir e fazer Geografia, marcando assim uma ruptura em relação aos padrões eurocêntricos da disciplina, da condição hegemônica em relação ao Norte Global, propondo e produzindo outras epistemes georreferenciadas pelo Sul, realizando uma violação de contrato ou acordo imposto desde o colonialismo e que ainda existe em função da colonialidade do poder, saber e do ser.

Como já afirmamos algumas vezes neste texto, Milton Santos é o orixá Exu, trazendo, assim como Franz Fanon, Gayatri Chakravorty Spivak, Paulo Freire e Aimé Cesaire, a intermediação para um paradigma maior, com o objetivo de contribuir para dar visibilidade aos subalternizados, mostrando a capacidade dos mesmos em transformar o mundo vivido, que entendemos como bases alicerçadas antes mesmo dos pensadores decoloniais.

Em virtude de sua importância como mediador dos orixás entre si, destes com os seres humanos, dos seres humanos com os orixás, entre o Orum e o Aiye e mesmo entre os próprios seres humanos, Exu é o primeiro orixá a ser apresentado... Etimologicamente, Exu significa o “dono da força”. Figura quase onipresente no sistema religioso do candomblé, Exu é a síntese do princípio dinâmico que rege o Universo e possibilita a existência, é o grande mensageiro e intérprete, um viajante de todos os caminhos, que “anda por quanto mundo existe” e “troca língua” como quer (Lopes, 2004, p. 266-267). Cabe a Exu levar as oferendas dos fiéis aos orixás, bem como retornar as dádivas dadas pelos orixás aos seres humanos (Pereira, 2012, p.12-13).

O professor Milton de Almeida dos Santos nos presenteou com uma vasta obra, vários livros, cada um com as suas especificidades, centenas de artigos científicos e entrevistas que merecem uma análise cuidadosa, por estarem dentro do contexto não só da realidade brasileira, como ser importante para o entendimento do mundo atual.

Essa tese se faz referenciada por apenas um livro, “Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica”, e os postulados de intelectuais insurgentes ao colonialismo e à colonialidade que se faz presente pelo mundo dos subalternizados. Entendemos ser esse cruzo de grande importância para nós, porque mostramos como o pensamento miltoniano está irmanado na produção dos intelectuais que apresentam como universo investigativo a decolonialidade. Afinal, Milton Santos (2004) demonstra que as suas preocupações também se relacionam com a perspectiva decolonial, sem evidentemente conceituar como tal.

Creio poder alinhar os meus momentos de busca dizendo que primeiro minhas preocupações eram claramente empíricas, ainda que não me desinteressasse pelas generalizações. Minha formação no ensino secundário e na Faculdade de Direito foi largamente humanística e crítica, instrumentos de que me apoderei (vejo-o, hoje, claramente) para ler a literatura geográfica que me caía às mãos e poder cotejar as diversas contribuições apreendidas. O gosto pela análise – dos textos e das situações – facilitava a tarefa crítica. Foi, assim, depois, que enfrentei, já vivendo na França, a questão do subdesenvolvimento, o que me permitiu fazer proposições que acredito inovadoras, tarefa a que num primeiro momento me entreguei com timidez, mas não com tibieza e, depois, com mais sistematicidade e vigor (Santos, 2004, p.134-135).

Pensar a questão do subdesenvolvimento, do Terceiro Mundo, do Sul Global, dos subalternizados, dos colonizados, da colonialidade. Todas essas questões contribuíram, ou seja, contribuem para a produção miltoniana e dos decoloniais. A temporalidade, assim como a evolução das pesquisas, motiva novas denominações e conduz à emergência de conceitos. Faz-se importante buscar as encruzilhadas que os cortam. Diante dessa realidade, a tese que por ora concluo é apenas mais uma possibilidade de pensar em caminhos outros ou nossos de compreender, agir e contribuir para o entendimento de autores que estão presentes e que pensamos que deveriam estar mais presentes em nossas salas de aulas, não apenas nos espaços acadêmicos.

Apesar da segurança da obra de nossa escolha na escrita desta tese, Milton Santos nos presenteou com livros, tais como: O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo (1971), A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo/Razão e Emoção (1996), Por uma Outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal (2000). São publicações que merecem um cruzo com os intelectuais que pensam a decolonialidade. Existem possibilidades a serem construídas e evidências a serem exploradas.

Esse caminho que está aqui sendo explicitada, é percebido a sua necessidade

pelas trocas que ocorrem nos diálogos com colegas professores a serem interrogados sobre os caminhos da nossa proposta de tese, onde todos conhecem Milton Santos, leram parte da sua obra, poucos leram “Por uma Geografia nova”, porém, um número muito reduzido entende sobre colonialidade/decolonialidade.

A Geografia Crítica presente em “Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica”, assim como as leituras dos pensadores decoloniais, devem estar nos livros, alimentar as nossas práticas e levar ao ambiente escolar condições de apresentar as ações dos humanos do terceiro mundo de Milton Santos aos humanos subalternizados do século XXI, demonstrando que os múltiplos movimentos sociais sempre estiveram como o fogo da vela, em movimento, sendo o alicerce na edificação por um mundo melhor. Como nos escritos do nosso orixá de cabeça da Geografia, o Exu Milton Santos: “um outro mundo é possível”.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Por uma reflexão sobre a organização e representação de conceitos decoloniais na América Latina: o pensamento de Aníbal Quijano à luz da análise de domínio. **Encontros Bibli** [Internet], v. 28, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.
- ARROYO, Mónica. A transição em marcha: o desafio às formações socioespaciais do Sul. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (Org.). **Instabilidade dos territórios**: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH/USP, 2022.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial. **Revista de História**, São Paulo, n. 115, p. 167-174, 1983. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i115p167-174. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61800>>. Acesso em: 26 out. 2024.
- ASANTE, M. K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo, Selo Negro, 2009.
- BAÇAN, Lourivaldo Perez. **Dicionário dos Rituais Afrobrasileiros**. Disponível em: <<https://ticunbrasil.com/wp-content/uploads/2015/08/96827245-dicionario-dos-rituais-afro-brasileiros.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2024.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai./ago. 2013.
- BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFÓGUEL, Ramon (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BERNARDES, A. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. **Formação (Online)**, v. 27, n. 50, p. 275-299, 2020.
- BHABHA, Hommi K. O compromisso com a teoria. In: ARANTES, R. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papiros, 2000. p.10-29.
- BHABHA, Hommi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004. (Coleção Pensamento Radical)
- CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea – Milton Santos**: Obra Revisitada. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- CASTRO, Cloves Alexandre de. Movimento social e Geografia: contribuição ao debate. **Revista Nera**, Ano 16, n. 23, jul./dez. 2013. ISSN: 1806-6755.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. **A Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Pós-colonialidade explicada às crianças**. Belo Horizonte: Letramento, 2021.

CAVALCANTE, Leandro Vieira; LIMA, Luiz Cruz Epistemologia da Geografia e espaço geográfico: a contribuição teórica de Milton Santos. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 1, p. 61-75, 2018. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/127769>>. Acesso em: dia mês. ano.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CONCEIÇÃO, Fernando. **Milton Santos**: uma biografia. São Paulo: edição do autor, 2016.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. África vista por um negro baiano: notas acerca das leituras de Milton Santos sobre África. **Revista ABPN**, v. 12, ed. especial. Caderno Temático: Geografias Negras, abr./2020, p.243-272.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Dimensão social da questão ambiental: contribuições da obra do Prof. Milton Santos à compreensão do espaço geográfico. **GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 2, n. 1, p. 9-12, 1998. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.1998.123252. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/123252>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CRUZ, Valéria Cristina da; OLIVEIRA, Andrade Oliveira (Org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

CRUZ, Valter. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V. do C.; OLIVEIRA, D. A. de (Orgs.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

DANTAS, Aila; TAVARES, Marcos Aurélio. Introdução ao Pensamento de Milton Santos: reflexões sobre o “Trabalho do Geógrafo”. **GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 139-148, 2011. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2011.74237. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74237>>. Acesso em: 26 dez. 2023

DANTAS, Aldo. Geografia e Epistemologia do Sul na obra de Milton Santos. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 49-61, set./dez. 2014. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mercator/a/HvTh6cbKcYr83RpVXBjgGLv/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 7 jan. 2024

DULCI, Teresa Maria Spyer; MALHEIROS, Mariana Rocha. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. 2021. **Revista Espirales**, v. 5, n. 1, p. 174-193. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 51-73, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6079>>. Acesso em: 7 set. 2024.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro. A origem do "mito da modernidade"**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005b. p. 63-79.

ESCOBAR, Arturo. **Mundos e conhecimentos**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/504386411/05-Escobar-Arturo-Mundos-e-conhecimentos-de-outros-mundos>>. Acesso: 27 nov. 2024.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UJFJ, 2005. (Coleção Cultura, v. 2)

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu editora, 2022.

FILHO, Luis Lopes Diniz. Decolonialidade e Pós-desenvolvimento: novas roupas para a velha Geografia Crítica. **GEOgraphia**, v. 24, n. 52, 25 jan. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/50149>>. Acesso em: 27 out. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GRIMM, Flavia. Aspectos da produção teórica e da organização do arquivo de documentos do geógrafo Milton Santos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 52, p. 165-182, 2011. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i52p165-182. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34678>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**. v. 20, n. 48, p. 75-90, jun. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre um giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Um olhar descolonial em Milton Santos. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (Orgs.). **Instabilidade dos territórios**: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 49-66.

LACOSTE, Yves. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 19. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, E. **A Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEITE, Gabriel Carvalho da Silva; JÚNIOR, Saint-Claire Cordeiro da Trindade. "GEOGRAFIAS DO SUL": Descentramento, Transesclaridade e espacializações no pensamento miltoniano. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 76, p. 39-65, set./dez. 2020. DOI: 10.5007/2177-5230.2020v35n76p39. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/71278/44378>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

LEMOS, Marcelo Rodrigues. **Modernidade & Colonialidade**: uma crítica ao discurso científico hegemônico. Curitiba: Appris, 2019.

LOBATO CORRÊA, Roberto. A trajetória da geografia brasileira: uma breve interpretação. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 34, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.2010.310. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/310>>. Acesso em: 30 nov. 2024.

LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2015.

MACHADO, Thiago Adriano. Geografia e dependência: o diálogo entre Milton Santos e Ruy Mauro Marini a partir da teoria do subimperialismo. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 185-190, 5 out. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13809>>. Acesso em: 6 jan. 2024.

MACHADO, Thiago Adriano. O país distorcido: Milton Santos e o lugar das ideias. **GEOgraphia**, v. 25, n. 55, 17 out. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/59486>>. Acesso em: 6 jan. 2024.

MALACHIAS, Billy. **Roda de Conversa**. 2 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.itaucultural.org.br/secoes/agenda-cultural/billy-malachias-apresenta-bate-papo-milton-santos>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.) **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 71-114, mar. 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/695>>. Acesso em: 19 out. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre a colonialidade do ser**: contribuições para o desenvolvimento de um conceito. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva; SOUSA, Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo (Orgs.). **Suleando conceitos e linguagens**: decolonialidades e epistemologias outras. Campinas: Pontes Editora, 2022.

MEJÍA, Marco Raúl. **Educación e Pedagogias Críticas a partir do Sul**: Cartografias da Educação Popular. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais**. Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 33-49. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter D. Decolonialidade como o caminho para a cooperação. **IHU On-Line**, 4 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5253-walter-mignolo>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, jun. 2017.

MIGNOLO, Walter D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**, v. 48, p. 187-224, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: Pequena História Crítica. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: teoria e crítica**. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço. São Paulo: Contexto, 2021.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?**: por uma epistemologia crítica. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MOURA, Beatriz Martins. **Pedagogia do ebó**: horizontes possíveis para a universidade a partir de mulheres de axé. Curitiba: Appris, 2023.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NETO, João Colares da Mota. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina**: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Curitiba: CRV, 2016.

NGUGI WA, Thiong'o. **Descolonização mental**: a política da linguagem na literatura africana. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2021. Trad.: Carlos R. Rocha (Fuca).

NOGUERA, Renato. Denegrindo a filosofia: o pensamento como coreografia de conceitos afroperspectivistas. **Griot: Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 1-19, 2011.

OCORÓ LOANGO, A. O Racismo e a hegemonia do privilégio epistêmico. **Revista de Filosofia Aurora**, [S. l.], v. 33, n. 59, 2021. DOI: 10.7213/1980-5934.33.059.DS05. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/27988>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. **Boletim Historiar**, v. 8, n. 1. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/15456>>. Acesso em 25 jul. 2024.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Educação e Militância Decolonial**. Rio de Janeiro, Selo Novo, 2018.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Pedagogias decoloniais no Brasil**. Rio de Janeiro: Selo Novo, 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**, v. 26, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

PAZ, Octávio. **O Labirinto da Solidão e Post Scriptum**. 4. ed. Tradução de Eliane Zagury. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PENNA, Camila. Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. **Revista Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.8, n. 2, 2014. ISBN 1984-1639. p.181-199.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Encruzilhadas na luta contra o racismo no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Orgs.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade. In: BONILLO, Heraclio (Camp.). **Los conquistados**. Bogotá: Tecer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. p. 437-449. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, Online, v. 17, n. 37, p. 4-28, 2002. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicaao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF>. Acesso em: 15 set. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, A. C. T. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 3, p. 147, 2000.

RUFINO, Luiz. **Pedagogias das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021. (Coleção Milton Santos, 2)

SANTOS, Milton. A totalidade do diabo. Como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: SANTOS, Milton. **Economia espacial**. Críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 31-42.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. Pronunciamento do prof. dr. Milton Santos. **Boletim Gaúcho de Geografia**. v. 21, n. 1, 1996. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38895>>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: SANTOS, Milton *et al.* **O Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

SANTOS, Milton. As exclusões da globalização: pobres e negros. **Revista THOTH**: informe de distribuição restrita do gabinete do senador Abdias Nascimento, n. 4, 1998. Disponível em: <<https://ipeafro.org.br/wp-content/uploads/2015/10/THOTH-4.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **O País distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos, 2)

SANTOS, Milton. **Testamento intelectual**. Entrevistado por Jesus de Paula Assis. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (Coleção Milton Santos, 12)

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (Coleção Milton Santos, 5)

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (Coleção Milton Santos, 7)

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (Coleção Milton Santos, 8)

SANTOS, Milton. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. (Coleção Milton Santos, 15)

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 5. ed. (Coleção Milton Santos, 11)

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021. (Coleção Milton Santos, 10)

SANTOS, Milton. **Entrevista explosiva com Milton Santos**. Portal Gelédes, 28 dez. 2024. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/entrevista-explosiva-com-milton-santos/>>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 54, p. 81-100, 2017. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>>. Acesso em: 2 dez. 2024.

SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 21, p. 7-14, ago. 1996. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SANTOS, Milton. O professor como intelectual na sociedade contemporânea. **Ciência Geográfica**, v. 2, n. 19, p. 4-9, 2001.

SANTOS, Milton *et al.* **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **GeoUERJ**, Ano 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008. ISSN 1981-9021. Disponível em: <www.geouerj.uerj.br/ojs>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SAUVY, A.; Medeiros, D. A. de; BARBOSA, J. R. de A. Três mundos, um planeta. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.12, n. 1, p. 155-158, 2023.

SILVA, A. C. da. A renovação geográfica no Brasil 1976/1983 (as geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica). **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 60, p. 73-140, 2017. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1004>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SILVA, Tatiane; MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. A perspectiva de(s)colonial na geografia brasileira: um estudo bibliométrico a partir dos trabalhos de pós-graduação. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 112, p. 384-409, 2024. DOI: 10.61636/bpg.v1i112.3290. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/3290>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Exu**: o guardião da casa do futuro. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia** (Geografia e Ideologia). 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

SOMBRA, Laurenio Leite. Diferença colonial e antagonismo: investigando a alteridade da América Latina. **Hendu – Revista Latino-Americana de Direitos Humanos**, v. 7, n. 1, p. 132-143, 2016.

SOUZA, Maria Adelia Aparecida de. **Mundo do cidadão**. Um cidadão do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (Orgs.). **Teorias na Geografia**: avaliação crítica do pensamento geográfico. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2020.

SUESS, Rodrigo Capelle; SILVA, Alcinéia de Souza (2019). A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 23, 2019. DOI: 10.5902/2236499435469. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/35469>>. Acesso em: 7 jan. 2024

TAVARES, Matheus Avelino; SILVA, Aldo Dantas da. Introdução ao Pensamento de Milton Santos: reflexões sobre o “trabalho do geógrafo...”. **Revista GEOUSP-Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 139-148, 2010.

TORRES GARCIA, Joaquin. **Manifesto**: A Escola do Sul. 1935. Disponível em: <https://issuu.com/movbonanza/docs/manifesto_14.docx>. Acesso em: 7 dez. 2024.

TROTZ, Alissa (Org.). **O importante é transformar o mundo**: textos escolhidos de Andaiye. São Paulo: Editora Funilaria, 2022.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Milton Santos: geógrafo e cidadão do mundo (1926-2001). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 25-26, 2001. DOI: 10.9771/aa.v0i25-26.21017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21017>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Milton Santos: geógrafo e cidadão do mundo (1926-2001). **REvista Geografia**, Rio Claro, v. 27, n. 3, p. 5-28, dez. 2002.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **O universo conceitual de Milton Santos**. Curitiba: CRV, 2020.

VAZ, Sérgio. *Miltongrafia*. Instagram, 9 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DCJvjxLJNul/?igsh=MXh6d21pNmp4NGdwNA==>>. Acesso em: 9 nov. 2024.